



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
INSTITUTO DE LETRAS – IL
DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS E TRADUÇÃO – LET
BACHARELADO EM LETRAS – TRADUÇÃO – FRANCÊS

LETÍCIA DE SOUZA SÁ

**UMA ANÁLISE DOS VERBOS PERFORMATIVOS DA CONSTITUIÇÃO
PORTUGUESA COMO FERRAMENTA DE AUXÍLIO À TRADUÇÃO**

BRASÍLIA - DF

2019

LETÍCIA DE SOUZA SÁ

**UMA ANÁLISE DOS VERBOS PERFORMATIVOS DA CONSTITUIÇÃO
PORTUGUESA COMO FERRAMENTA DE AUXÍLIO À TRADUÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade de Brasília como exigência
parcial à obtenção do título de Bacharel em
Letras - Tradução – Francês.

Orientador: Prof. Dr. Jean-Claude Lucien
Miroir

BRASÍLIA - DF

2019

LETÍCIA DE SOUZA SÁ

**UMA ANÁLISE DOS VERBOS PERFORMATIVOS DA CONSTITUIÇÃO
PORTUGUESA COMO FERRAMENTA DE AUXÍLIO À TRADUÇÃO**

Monografia apresentada à Universidade de
Brasília - UnB como exigência parcial à
obtenção do título de Bacharel em Letras -
Tradução – Francês.

Orientador: Prof. Dr. Jean-Claude Lucien
Miroir

Aprovado pelos membros da banca examinadora em 09/12/2019, com menção SS
(_____).

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Jean-Claude Miroir Lucien (LET – UnB)

Prof^a. Dr^a. Sabine Gorovitz (LET – UnB)

Prof^a. Dr^a Clarissa Prado Marini (LET– UnB)

BRASÍLIA - DF

2019

*À Cléia, minha mãe,
por todo amor, apoio
e incentivo.*

RESUMO

A linguagem jurídica possui um vocabulário que pode, muitas vezes, causar dificuldades de entendimento ao leitor e tradutor dos textos jurídicos, pois esse vocabulário apresenta palavras que possuem sentido apenas no âmbito do direito e outras que são comuns à linguagem cotidiana. Algumas dessas palavras que podem causar dúvidas quanto aos seus significados são os verbos. O verbo, dentro do direito, é um elemento importante pois é por meio dele que são realizadas mudanças no meio jurídico. Ele tem a característica de mudar uma realidade no momento em que é enunciado, sendo denominado verbo performativo. Considerando as diversas acepções dos termos jurídicos e as dificuldades enfrentadas pelo tradutor durante o processo tradutório, objetiva-se analisar, neste estudo de caso, as estruturas de modo performativo da Constituição da República Portuguesa e suas traduções para a língua francesa para verificar qual o papel dos argumentos junto aos verbos performativos e se há um padrão nessa estrutura. Destacando as estruturas Sujeito-Predicado-Objeto (SPO), que permitem alcançar a estrutura sintática profunda no texto de partida e na tradução, verificou-se que os verbos performativos possuem diversas traduções para um mesmo termo em francês, além de pré-definirem as características dos argumentos que os acompanham. Com auxílio de dicionários, identificamos diversas acepções de cada verbo, visando entender os fatores que motivaram diferentes traduções. Desse modo, observou-se que tais fatores compreendem o tipo de verbo, a definição do verbo e também o substantivo que será acompanhado pelo verbo, o que permite concluir que as estruturas pré-definidas não se adequam a todas as situações, cabendo, então, ao tradutor, identificar o contexto de uso de cada verbo e a melhor opção tradutória.

Palavras-chave: Tradução jurídica. Constituição da República Portuguesa. Verbos performativos.

RÉSUMÉ

Le langage juridique a un vocabulaire qui peut souvent causer des difficultés de compréhension au lecteur et au traducteur de textes juridiques, car ce vocabulaire présente des mots qui n'ont de sens que dans le domaine du droit et d'autres qui sont communs au langage courant. Certains de ces mots qui peuvent faire douter de leur signification sont des verbes. Le verbe, dans la loi, est un élément important parce que c'est à travers lui que des changements sont apportés au milieu juridique. Il a la caractéristique de changer une réalité au moment où il est énoncé, étant appelé verbe performatif. En considérant les différents sens des termes juridiques et les difficultés rencontrées par le traducteur au cours du processus de traduction, l'objectif est d'analyser, dans cette étude de cas, les structures de la Constitution de la République portugaise et ses traductions en français pour vérifier le rôle des arguments auprès des verbes performatifs et s'il y a un modèle dans cette structure. En mettant en évidence les structures SPO (Sujet-Prédicat-Object), qui permettent d'obtenir une structure syntaxique profonde dans le texte source et dans la traduction, nous avons constaté que les verbes performatifs ont plusieurs traductions pour le même terme en français, en plus de prédéfinir les caractéristiques des arguments qui les accompagnent. A l'aide de dictionnaires, nous avons identifié plusieurs significations de chaque verbe, afin de comprendre les facteurs qui motivent les différentes traductions. Ainsi, il a été observé que ces facteurs incluent le type de verbe, la définition du verbe et aussi le nom qui sera accompagné du verbe, ce qui nous permet de conclure que les structures prédéfinies ne conviennent pas dans toutes les situations. Il appartient donc au traducteur d'identifier le contexte d'utilisation de chaque verbe et la meilleure option de traduction.

Mots-clés : Traduction juridique. Constitution. Verbes performatifs.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<i>Figura 1 - Tipologia dos textos normativos</i>	<i>22</i>
<i>Figura 3- Tabela SPO em francês</i>	<i>48</i>
<i>Figura 4 -Resultado da pesquisa "garantie" no dicionário de coocorrências TERMIUM</i>	<i>58</i>
<i>Figura 5 - Resultado da pesquisa "constitution" no dicionário de coocorrências TERMIUM</i>	<i>59</i>
<i>Figura 6 - Resultado da pesquisa "activité" no dicionário de coocorrências TERMIUM</i>	<i>75</i>

LISTA DOS QUADROS

Quadro 1 - Exemplos dos verbos "competir", "caber" e "incumbir" extraídos da tabela Sujeito, Predicado, Objeto (SPO)	30
Quadro 2 - Exemplo de estrutura de frase de sujeito nulo.....	31
Quadro 3 - Definições dos tipos de sujeito segundo Castilho (2010)	32
Quadro 4 - Definições dos tipos de sujeito segundo Maciel (2008).....	33
Quadro 5- Correspondência de definições do sujeito entre os autores Castilho e Maciel.....	33
Quadro 6- Tipologia dos predicados segundo Castilho (2010)	34
Quadro 7- Tipos de verbo segundo Maciel (2008).....	34
Quadro 8 - Síntese e correspondência dos predicados e verbos de Castilho (2010) e Maciel (2008)	36
Quadro 9 - Verbos constativos que exprimem decisões executórias.....	37
Quadro 10 Os tipos de verbos performativos segundo Maciel (2008)	39
Quadro 11 - Síntese dos tipos de voz e dos papéis que atribuem ao sujeito e ao objeto.....	40
Quadro 12 - Síntese dos tipos de sujeito, verbo e objeto.....	42
Quadro 13 - Papéis temáticos encontrados na CRP	44
Quadro 14- Relação de tokens e types no texto de partida (TP) e texto de chegada (TC)	45
Quadro 15 - Análise do verbo 'consagrar' extraída das FTC	49
Quadro 16 - Resultados de pesquisas dos verbos na CRP em português com o AntConc.....	51
Quadro 17 - Verbo "promulgar" extraído da planilha SPO em contexto original.....	53
Quadro 18 - Frases do verbo "promulgar" após transformações propostas pela autora.....	54
Quadro 19 - Síntese da estrutura frasal com o verbo "promulgar"	54
Quadro 20 – Síntese de traduções do verbo “promulgar”	55
Quadro 21 - Trechos extraídos da tabela SPO referente ao verbo "consagrar" em contexto original.....	55
Quadro 22- Síntese da estrutura frasal com o verbo "consagrar"	56
Quadro 23 - Síntese da estrutura frasal com o verbo "consagrar" na ordem direta.....	56
Quadro 24 - Trechos extraídos da tabela SPO referente ao verbo "consagrar" em contexto original.....	57
Quadro 25- Síntese da estrutura frasal com o verbo "consagrar"	57
Quadro 26 – Síntese de traduções do verbo “consagrar”	58
Quadro 27- Trechos extraídos da tabela SPO referente ao verbo "decretar" em contexto original	58

Quadro 28- Trechos extraídos da tabela SPO referente ao verbo "decretar" em contexto original	59
Quadro 29 – Transformações de frases do verbo "decretar" propostas pela autora	60
Quadro 30- Síntese de estruturas frasais observadas com o verbo "prononcer"	61
Quadro 31 – Síntese de traduções do verbo “decretar”	61
Quadro 32 - Trechos extraídos da tabela SPO referente ao verbo "aprovar" em contexto original	61
Quadro 33 - Expressões de busca de coocorrência entre os verbos "approuver" e "arrêter" com o substantivo "réglement"	62
Quadro 34- Trechos extraídos da tabela SPO referente ao verbo "aprovar" na voz passiva em contexto original	63
Quadro 35- Transformação SPO do verbo "aprovar" para a voz ativa proposta pela autora ...	63
Quadro 36- Síntese das estruturas das frases com o verbo “aprovar”	64
Quadro 37 – Síntese de traduções do verbo “aprovar”	64
Quadro 38- Trechos originais extraídos da tabela SPO referente ao verbo "caber" em contexto original.....	65
Quadro 39- Trechos extraídos da tabela SPO referente ao verbo "caber" traduzido por "réguler" em contexto original	66
Quadro 40 - Trechos extraídos da tabela SPO referente ao verbo "caber" com transformações propostas pela autora	67
Quadro 41- Síntese das estruturas frasais usadas na tradução do verbo "caber"	67
Quadro 42 – Síntese das traduções do verbo “caber”	67
Quadro 43- Trechos extraídos da tabela SPO referente ao verbo "competir" em contexto original	68
Quadro 44 - Trechos extraídos da tabela SPO referente ao verbo "competir" transformados pela autora	68
Quadro 45- Trechos extraídos da tabela SPO referente à transformação do verbo "competir" transformados pela autora.....	69
Quadro 46- Trechos extraídos da tabela SPO do verbo "competir" em contexto original	69
Quadro 47 – Síntese de estruturas frasais com o verbo “competir”	69
Quadro 48- Trechos extraídos da tabela SPO com o verbo "incumbir" em contexto original.	70
Quadro 49- Trechos extraídos da tabela SPO sobre a transformação no verbo "incumbir" transformados pela autora.....	70

Quadro 50- Trechos extraídos da tabela SPO sobre a transformação no verbo "incumbir" transformados pela autora.....	70
Quadro 51 – Síntese das traduções do verbo “incumbir”	71
Quadro 52- Trechos extraídos da tabela SPO com os verbos "permitir" e "proibir" em contexto original.....	71
Quadro 53- Síntese das traduções dos verbos "permitir" e "proibir"	72
Quadro 54 – Síntese da estrutura frasal com os verbos “proibir” e “permitir”	72
Quadro 55 - Trechos extraídos da tabela SPO com o verbo "facultar" em contexto original ..	73
Quadro 56 - Trechos extraídos da tabela SPO com a transformação no verbo "facultar" proposta pela autora.....	73
Quadro 57 – Síntese das traduções do verbo “facultar”	74
Quadro 58- Trechos extraídos da tabela SPO com o verbo "vedar" em contexto original	74
Quadro 59 - Trechos extraídos da tabela SPO com o verbo "vedar" em contexto original	74
Quadro 60 -Trechos extraídos da tabela SPO com o verbo "vedar" em contexto original	75
Quadro 61 - Trechos extraídos da tabela SPO com o verbo "vedar" com transformações propostas pela autora	76
Quadro 62 – Síntese de traduções do verbo “vedar”	77
Quadro 63 - Síntese das estruturas dos verbos que criam uma norma jurídica ao serem proferidos.....	78
Quadro 64 - Síntese das estruturas dos verbos que dotam determinados indivíduos e/ou instituições com uma parcela do poder governamental.....	79
Quadro 65 - Síntese das estruturas dos verbos que ordenam o comportamento em uma sociedade politicamente organizada.....	79
Quadro 66 - Trecho da tabela SPO de verbos no futuro em português	80
Quadro 67 - Trecho da tabela SPO de verbos no futuro em francês	81
Quadro 68- Trecho da tabela SPO de verbos no futuro em francês com transformações propostas pela autora.....	82

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
1.1	A Constituição da República Portuguesa	15
1.2	O estudo	16
2	A LINGUAGEM JURÍDICA	18
2.1	Texto normativo.....	21
2.2	Texto constitucional.....	24
3	ELEMENTOS GRAMATICAIIS DO SUJEITO, PREDICADO E OBJETO	28
3.1	SUJEITO.....	28
3.1.1	Sujeito nulo, oculto ou elíptico	29
3.1.2	Sujeito inexistente ou oração sem sujeito.....	29
3.1.3	Sujeito indeterminado.....	29
3.1.4	Sujeito pleno.....	30
3.1.5	O uso do sujeito nulo.....	30
3.2	VERBO.....	33
3.2.1	O verbo performativo.....	36
3.2.2	Voz.....	39
3.2.3	A voz ativa.....	39
3.2.4	A voz passiva.....	40
3.2.5	A voz reflexiva.....	40
3.3	COMPLEMENTO	40
3.3.1	O objeto direto.....	40
3.3.2	O objeto indireto.....	41
3.4	PAPÉIS TEMÁTICOS	42
4	ESTUDO DE CASO	45
4.1	MATERIAIS.....	45
4.1.1	Textos de estudo.....	45
4.1.2	Coleta dos textos.....	46
4.1.3	Preparação dos textos.....	46

4.1.4	Alinhamento do texto de partida (TP) e do texto de chegada (TC).....	46
4.2	MÉTODOS	47
4.2.1	Exploração da base de dados	47
4.3	DESCRIÇÃO DOS DADOS	51
4.3.1	A ELABORAÇÃO DA TABELA SPO.....	52
4.3.2	A ANÁLISE DOS VERBOS.....	53
4.3.2.1	Verbos que criam uma norma jurídica ao serem proferidos (promulgar, consagrar, decretar e aprovar).....	53
4.3.2.1.1	Verbo “promulgar”	53
4.3.2.1.2	Verbo “consagrar”	55
4.3.2.1.3	Verbo “decretar”	58
4.3.2.1.4	Verbo “aprovar”	61
4.3.2.2	Verbos que dotam determinados indivíduos e/ou instituições com uma parcela do	64
4.3.2.2.1	Verbo “cabere”	64
4.3.2.2.2	Verbo “competir”	68
4.3.2.2.3	Verbo “incumbir”	70
4.3.2.3	Verbos que ordenam o comportamento em uma sociedade politicamente organizada – composta pelos verbos permitir, facultar, proibir e vedar.	71
4.3.2.3.1	Verbos “permitir” e “proibir”	71
4.3.2.3.2	Verbo “facultar”	73
4.3.2.3.3	Verbo “vedar”	74
4.4	DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	78
4.4.1	A tradução dos verbos performativos.....	78
4.4.2	A performatividade do verbo no futuro.....	80
4.4.3	Verbo modal.....	82
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	86
	APÊNDICE A – Fichas terminológicas contrastivas (FTC)	90
	FTC_consagrar_consacrer_offrir.....	90
	FTC_decretar_adopter_prononcer_décreter	91

FTC_aprovar_voter_approuver_arrêter.....	92
FTC_caber_saisir_appartenir.....	93
FTC_competir_appartenir_exercer.....	94
FTC_incumbir_appartenir_incomber_devoir.....	95
FTC_vedar_interdire_pouvoir_refuser.....	96
APÊNDICE B – Resultados finais da tabela sujeito, predicado e objeto (SPO).....	98

1 INTRODUÇÃO

Traduzir um texto jurídico é uma tarefa que apresenta dificuldades que vão além da equivalência de palavras. Confrontar-se com um texto estrangeiro da área do direito e torná-lo compreensível na língua de chegada exige um trabalho árduo de pesquisa, pois a linguagem jurídica varia de acordo com o contexto social e cultural em que está inserida.

A tradução de textos jurídicos enfrenta alguns obstáculos, sendo um deles a disparidade entre os sistemas jurídicos do país da língua de partida e aquele da língua de chegada, além de uma linguagem especializada empregada na área (BOCQUET, 2008, pp. 14-15). O tradutor, então, se encontra diante de um texto que apresenta instituições que são comparáveis, mas não idênticas, e que devem ser submetidas a um processo de comparação antes de serem, de fato, traduzidas. Este método de comparação é denominado, por Bocquet (2008), direito comparado. Essa comparação de instituições aponta uma linguagem específica de cada sistema jurídico, cujas palavras e verbos possuem um sentido apenas dentro daquele contexto, e uma linguagem comum, em que palavras e verbos empregados na linguagem cotidiana também figuram no direito com um outro significado.

Segundo Bocquet (2008, p. 10), o direito é um discurso pois se define como o enunciado de um conjunto coordenado de normas. Essas normas são definidas por aquilo que o autor chama de textos normativos, que têm como característica o modo performativo. Esse modo performativo cria uma nova realidade no âmbito jurídico pelo uso de verbos que realizam a ação no momento da fala, chamados verbos performativos. A relevância do estudo desses verbos resulta das diferentes acepções que eles podem assumir segundo o contexto e na dificuldade que elas podem causar ao tradutor.

Após trabalhar a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e sua tradução na disciplina de “Prática De Tradução Português-Francês: Textos Jurídicos”, com o Prof. Dr. Jean-Claude Miroir, no primeiro semestre de 2019, decidimos explorar o texto constitucional de Portugal e sua tradução para o francês. O texto constitucional foi escolhido como objeto por ser a fonte do direito de cada nação, de onde emanam os poderes para que outras normas sejam estabelecidas.

A análise e os resultados que serão apresentados também são aplicáveis em textos brasileiros pelo fato de ambas as constituições de língua portuguesa serem bem semelhantes do ponto de vista linguístico.

A redação do texto da Constituição brasileira se assemelha muito àquela da Constituição portuguesa quanto à estrutura das frases. Na construção de frases em português europeu, no

geral, observa-se que o gerúndio não se produz na mesma forma que no português brasileiro, sendo o verbo principal precedido de um auxiliar no infinitivo: Ex. 1 - Estou a comer. Porém, no texto constitucional essa estrutura não é utilizada, o que aproxima mais as estruturas linguísticas.

Um fator que diferencia a redação das constituições e que pode ser observado em alguns exemplos de frases deste estudo é a escrita de algumas palavras, como *acto*, *actividade*, entre outras. Essas diferenças, porém, não afetam o resultado da nossa análise, pois essas palavras, que constituem substantivos, são empregadas da mesma maneira em português brasileiro.

No âmbito deste trabalho, escolhemos trabalhar com a Constituição de Portugal e sua tradução para o francês para observar como o tradutor lidou com a tradução dos verbos performativos para a língua francesa, mas a metodologia aqui apresentada pode ser aplicada também em outros textos constitucionais como o brasileiro e o francês.

1.1 A Constituição da República Portuguesa

A história constitucional de Portugal é marcada por rupturas. O surgimento de novas constituições portuguesas decorreu de revoluções, à exceção de um texto. Dessa forma, a Constituição

de 1822 é consequência da revolução de 1820, a de 1838 da revolução de 1836, a de 1911 da revolução de 1910, a de 1933 da revolução (ou contrarrevolução) de 1926 e a de 1976 da revolução de 1974; e, de igual sorte, o Ato Adicional de 1852 é consequência da revolução de 1851”, sendo a Carta Constitucional a única exceção porque se situa na mesma vertente histórica de 1820 (MIRANDA, 1976), buscando representar “um compromisso entre os defensores da soberania nacional adotada na Constituição de 1822 e os defensores da reafirmação do poder régio (CARTA..., 2003-2019, s.p.).

A Constituição vigente de Portugal, promulgada em 1976 e objeto deste estudo, é fruto de um movimento revolucionário turbulento da história do país. A Revolução de 25 de abril de 1974, ou a Revolução dos Cravos, como ficou conhecida, foi liderada por militares que criaram um movimento, o Movimento das Forças Armadas, visando acabar com a ditadura salazarista que perdurava há 41 anos (BEZERRA, 2019). O sucesso do movimento ocasionou a convocação de uma Assembleia Constituinte para determinar o novo sistema político, econômico e social que seria estabelecido em Portugal (MIRANDA, 2007). A Constituição da República Portuguesa demorou dois anos para ficar pronta, sendo aprovada no dia 2 de abril de 1976.

Por o país haver sentido os efeitos do processo político enfrentado por Portugal até sua formação, a Constituição de 1976 é a mais vasta e completa. Devido ao período ditatorial

sofrido pelo país, a Carta Magna se preocupa em estabelecer os direitos fundamentais dos cidadãos e dos trabalhadores, definindo também a divisão dos poderes, visando enfatizar o caráter democrático da lei (MIRANDA, 2007, p. 257).

1.2 O estudo

Neste projeto, veremos os usos dos verbos performativos no texto da Constituição da República Portuguesa (CRP) na criação de normas e suas traduções para o idioma francês, analisando como esses verbos são estruturados no texto de partida e como foram transpostos para o texto de chegada.

Para proceder a esta análise, definimos alguns elementos gramaticais a serem estudados e, então, como base linguística e gramatical, fizemos uma revisão bibliográfica dos três principais elementos da frase, sujeito, predicado e objeto, para classificá-los segundo as teorias de Cançado (2005), que desenvolve a teoria dos papéis temáticos, de Maciel (2008), que estuda a estrutura dos verbos performativos em constituições lusófonas, e de Castilho (2010), que, a partir de sua gramática, nos ajudará a caracterizar os elementos gramaticais.

Este trabalho se baseia na pesquisa desenvolvida por Anna Maria Becker Maciel, em sua tese de doutorado “Para o reconhecimento da especificidade do termo jurídico” (2001), e em seu artigo “O verbo performativo na linguagem legal” (2008) em que a autora estuda os verbos performativos encontrados em textos constitucionais dos países de língua portuguesa. A teoria de Maciel (2001; 2008) foi aplicada neste trabalho com uma perspectiva comparativa, em que visamos aplicar a mesma metodologia daquela teoria no texto constitucional português e em sua tradução para o francês para observar os resultados obtidos. No âmbito da pesquisa deste trabalho, as referências teóricas restringem-se àquelas apresentadas por Maciel em seus trabalhos supracitados por limitação de tempo. Porém, em etapas futuras, é possível citar diretamente textos específicos.

A análise deste estudo visa mapear as características dos três principais elementos da frase citados anteriormente (sujeito, predicado e objeto) buscando evidenciar um padrão de estrutura também na língua francesa. A partir da teoria dos atos de fala de Austin (1962 *apud* MACIEL, 2001), analisaremos o aspecto performativos dos verbos.

Os verbos performativos são divididos, por Maciel (2008, pp. 6-7), em três categorias, conforme a função que desempenham na frase, sendo elas: a) Verbos que criam uma norma jurídica ao serem proferidos; b) Verbos que dotam determinados indivíduos e/ou instituições com uma parcela do poder governamental; c) Verbos que ordenam o comportamento em uma sociedade politicamente organizada.

A análise desses verbos tem como objetivo específico observar como as frases são construídas a partir deles, identificando características dos argumentos que os acompanham. Após, por meio de análise do texto traduzido da constituição, veremos como o tradutor lidou com estes verbos performativos na língua francesa, analisando as soluções propostas na tradução e buscando encontrar a motivação para a escolha de determinados verbos no francês. A intenção é de que esta análise entre texto de partida e texto de chegada seja sintetizada em uma tabela, identificando os argumentos que cada verbo admite na língua francesa, assim como a tradução dos verbos performativos.

O objetivo final deste estudo é, a partir das análises e discussões feitas sobre os verbos performativos, ajudar o tradutor a perceber as nuances entre as estruturas dos idiomas português e francês, pois, como veremos na parte de análise, o aspecto gramatical, em alguns momentos, obriga o tradutor a mudar a estrutura da frase para que esta seja compreendida; e também perceber as diferenças semânticas que os verbos podem apresentar na linguagem jurídica.

2 A LINGUAGEM JURÍDICA

Uma corrente de pensamento da ontologia admite que o direito seria determinado pela língua. A língua, dotada de uma energia própria, imporia sua natureza ao direito de tal forma que os juristas, que estariam longe de dominá-la, seriam, então, dominados por ela (CORNU, 2005, p. 4). As relações entre língua e direito se evidenciam pelo fato de que ambos são fenômenos sociais que se formam pelo hábito, sendo fenômenos costumeiros (CARBONNIER *apud* CORNU, 2005, p. 4). Estes fenômenos são produtos da história, por terem sido desenvolvidos ao longo do tempo; são sistemas evolutivos, pois uma vez que a língua evolui, o direito também evolui; e são fatos culturais, influenciados pelo desenvolvimento social e cultural onde língua e direito estão inseridos (CORNU, 2005, p. 4).

A união entre direito e língua é factual. Isso significa dizer que o mesmo direito pode ser dito em várias outras línguas e que, se nascido em uma língua específica, ele pode ser transposto para outra sem muitos obstáculos, devido ao princípio de universalidade que permeia a construção do direito (CORNU, 2005, p. 5). Apesar de possuir uma característica universal, o direito é expresso de maneiras diferentes em cada idioma devido às características deste, que variam de acordo com o país onde ele é falado. O sistema judiciário em cada país também tem suas particularidades, e isso também influenciará a linguagem do direito local. Assim, o direito pode ser representado em um mesmo idioma, mas de diferentes formas, como se vê a distinção entre o francês jurídico do Quebec, da Bélgica, da Suíça etc. (CORNU, 2005, p. 5) e o português jurídico dos diferentes países lusófonos.

A linguagem do direito engloba termos que nem sempre podem ser compreendidos, em um primeiro momento, por não juristas. A especificidade da linguagem do direito não faz parte do uso cotidiano da língua, o que a torna diferente e favorece estudos aprofundados sobre o tema. Entre essas especificidades da linguagem, há o uso exclusivo de palavras pelo direito, ou seja, palavras que não possuem significado fora do âmbito jurídico e cuja única função é exprimir o direito. Essas palavras são definidas por Cornu (2005, p. 13) como *termos de pertencimento jurídico exclusivo* e compõem, então, um vocabulário jurídico. São alguns desses termos, em francês: *cassation, judiciaire, ilegal, sequestre, procureur* etc. (CORNU, 2005, pp. 63-65).

Esse vocabulário jurídico específico é empregado pelos iniciados no universo jurídico, mas mesmo entre eles o uso é variável. Alguns desses termos são raramente usados pois a coisa que eles designam já está em processo de desaparecimento (ex.: *colonage, colonat, adition d'hérédité*); outros, porque a coisa que eles designam é praticada excepcionalmente no direito (*antichrèse, emphytéose, dettier*); outros, porque não são termos usados por todos, mas por um

grupo específico (*hoirie, audiencier, sapiteur*); e outros, porque são arcaicos e obsoletos (*délibation, judiciaire, distrat*) (CORNU, 2005, p. 66).

Os termos de pertencimento jurídico exclusivo não possuem tanta força por não serem capazes de derivar outros termos, devido à restrição do significante. O significante não deixa claro o significado do termo, tornando-os incapazes de criar uma imagem de sentido figurado. Porém, esse caso não se encaixa em todos os termos, alguns são claros e relativamente acessíveis, como: *créancier, débiteur, licite, illicite, aliénable, inaliénable* (CORNU, 2005, p. 67).

Todos os termos de pertencimento exclusivo têm um sentido técnico de precisão, eles designam de forma muito pontual um elemento específico do sistema jurídico (CORNU, 2005, p. 67). Essas características se dão pelo fato de a ligação entre a palavra e o referente ser bem próxima, e pelo fato de o termo ser muito jurídico, ou seja, sem sentido na linguagem cotidiana. A união entre a força de ligação e a juridicidade do referente impedem, então, toda derivação, permanecendo o significante como a única representação intelectual do elemento jurídico (CORNU, 2005, p. 67).

Apesar de toda sua complexidade e especificidade, os termos de pertencimento jurídico exclusivo não são representativos do sistema jurídico pois não reagrupam os termos que designam as coisas essenciais do direito. Eles constituem um glossário, mas não são considerados como o coração do direito (CORNU, 2005, p. 68).

O vocabulário jurídico é composto, também, por palavras que são usadas no direito em um sentido próprio, ou seja, palavras de uma determinada língua que possuem, dentre suas definições, uma acepção jurídica. Esses termos são chamados de *termos de duplo pertencimento* (CORNU, 2005, p. 68), que são termos que possuem pelo menos uma definição no âmbito jurídico e uma na linguagem comum. Quando um termo é dotado de mais de uma definição jurídica, chamamos esse fenômeno de *polissemia interna*, e para um termo com mais de uma definição na linguagem comum, o nomeamos *polissemia externa*. O estudo desse contraste é, então, importante para localizar o vocabulário jurídico no conjunto de termos de uma determinada língua, identificando também as relações e os contextos de uso de cada um. (CORNU, 2005, p. 69).

Com base nessas características da linguagem jurídica de empregar termos específicos da área do direito e também termos da linguagem comum e as dificuldades do leitor e mesmo do redator e tradutor do texto jurídico para diferenciar as acepções desses termos no texto jurídico, Jacques Picotte criou o *Juridictionnaire* (PICOTTE, 2018). Essa obra reúne as diversas dificuldades do francês jurídico quanto a vocabulário e sentido dos termos em diferentes

contextos e as transforma em um grande dicionário, tornando-a uma ferramenta útil que permite a juristas e tradutores entenderem essas polissemias ou exclusividades dos termos e aplicar esse conhecimento em seus ofícios. Esta ferramenta também nos ajudará durante a exploração dos resultados da análise.

Na Constituição da República de Portugal, que será analisada adiante, nos ateremos aos significados dos verbos performativos contidos no texto para relevar a existência ou não de polissemia no texto em português e em sua tradução para o francês, localizando o termo na linguagem jurídica ou comum.

O termo “linguagem” define uma forma particular de falar existente em um grupo ou setor de atividade que apresenta certas propriedades que a tornam um falar particular, caracterizando a linguagem especializada. Porém, a linguagem jurídica se diferencia da linguagem técnica por ser marcada por aqueles que “falam” o direito, sejam eles os que o editam (legisladores) ou os que o falam (juristas) (CORNU, 2005, p. 17), e por apresentarem diferentes significantes para o mesmo significado (BOCQUET, 2008).

Segundo Maciel (2001), quando o direito é considerado como “o sistema de leis que regulam a conduta dos cidadãos” (MACIEL, 2001, p. 109), percebemos que ordenar faz parte da natureza jurídica. Logo, esta linguagem é caracterizada por ser uma linguagem de ação, como afirmam Sourieux e Lerat (*apud* MACIEL, 2001, p. 110): “a linguagem do Direito é uma linguagem de ação e a palavra jurídica não pode ser separada dos atos jurídicos”. Estes atos jurídicos, como definido por Maciel, se restringem a especificar os atos que possuem efeitos jurídicos, acarretando uma mudança no mundo legal, como por exemplo, a promulgação de uma lei.

As alterações fáticas que ocorrem por meio de atos jurídicos nos remetem à “teoria dos atos de fala” de Austin. Bocquet (2008) se refere a esta teoria quando caracteriza o modo performativo como parte integrante do texto normativo (ver subitem 2.1). Essa teoria foi desenvolvida a partir da linguística pragmática, por Austin (1962 *apud* MACIEL, 2001, p. 111), e mostra que a função da linguagem é não só descrever o mundo, mas também realizar ações. “O direito atribui à linguagem alguns efeitos jurídicos. Mais precisamente, ele dota os atos de fala de consequências jurídicas.”¹ (CORNU, 2005, p. 38). Assim, o direito admite que falar é agir, tendo o efeito performativo várias aplicações no âmbito jurídico. É o direito positivo, conjunto de todas as regras e leis que regem a vida social e as instituições de determinado local

¹ Do original: “Le droit attaché au langage certains effets de droit. Plus précisément, il **dote les actes de langage de conséquences juridiques.**”

e durante certo período de tempo (DIREITO..., 2017, s.p.), que impõe suas marcas sobre a causa e as consequências do ato de fala. Ele determina as condições jurídicas às quais o modo performativo é subordinado e as consequências jurídicas em que ele consiste (CORNU, 2005, p. 38).

Um enunciado performativo é destinado a transformar uma realidade. Assim, respostas como “sim” ou “não” não possuem valor performativo, que é definido pelo fato de uma ação ter sido cumprida ou não. Austin (*apud* MIROIR, 2019) estabelece a chamada condição de felicidade do ato performativo, que é a realização ou o fracasso do enunciado. Algumas dessas condições de felicidade, defendidas por Austin e Searle (*apud* MACIEL, 2001, p. 114), são: a aptidão do destinador e destinatário para realizar o ato, ou seja, o destinador deve ter a competência para realizar a ação e a intenção de fazê-la, assim como o destinatário deve ter ciência do que lhe é proposto e aceitar como tal (MACIEL, 2001, p. 114).

No âmbito jurídico, a enunciação do verbo performativo é responsável pela criação de um novo fato no universo do direito, ou seja, resulta em ato jurídico. E da mesma forma que na linguagem comum, o resultado da enunciação do verbo performativo depende da satisfação de condições de enunciação, como veremos, posteriormente, no subcapítulo 3.2. (MACIEL, 2001, p. 114-115).

2.1 Texto normativo

Para Claude Bocquet (2008), o texto jurídico é destinado a concretizar e reproduzir as normas do direito e aplicá-las em situações futuras, tendo como parâmetro acontecimentos anteriores. Bocquet classifica os textos jurídicos em três tipos: o texto normativo, o texto de jurisprudência e o texto de doutrina.

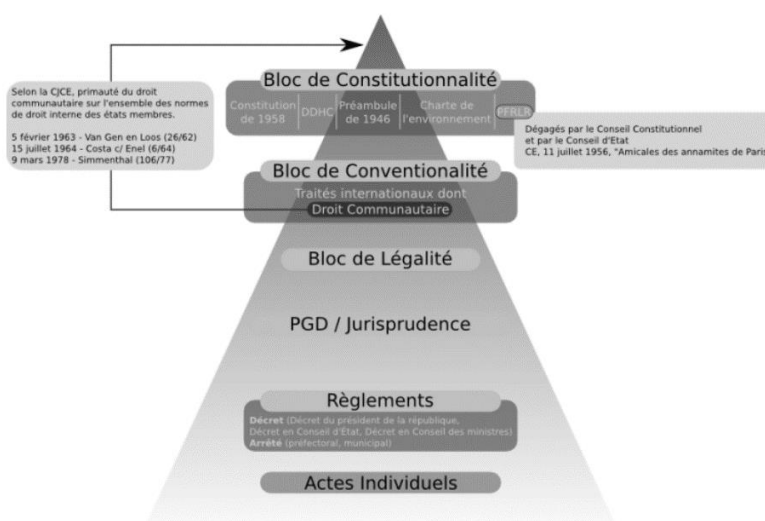
O texto normativo, que é o ponto de partida desse estudo, é o que cria as normas jurídicas. Segundo Bocquet (2008, p. 11), esses textos relevam aquilo que é chamado de modo performativo. Quando descrevemos uma realidade como na frase Ex. 2 – “Hoje faz sol”, não estamos criando algo novo, apenas contando um fato preexistente.

O modo performativo é, então, o responsável por criar, no momento da fala, uma nova realidade, como vemos nos textos constitucionais a frase: Ex. 3 - “A assembleia consagra a Constituição”.

Nesse exemplo, a constituição só passa a ser válida a partir do momento da fala. Quanto à linguagem e à forma de expressão do modo performativo, elas devem seguir regras específicas de cada idioma e os tradutores encontram aqui um problema que vai além da terminologia e da fraseologia (BOCQUET, 2008, p. 11).

Segundo Maciel, o texto normativo, chamado por ela de legislativo, materializa o direito, registrando por escrito as normas institucionais. A competência de redação desse texto, embora no fim seja da comissão do Congresso, é dada ao legislador pelo disposto na Constituição, que delega as competências a serem exercidas após sua promulgação. O destinador desse texto é o legislador, que não pode ser precisamente delineado, pois ele representa milhares de vozes que o escolheram por meio do voto popular. E o destinatário desse texto “é um público distante, anônimo e polimorfo” (MACIEL, 2001, p. 122). Assim, o texto normativo é um texto que foi escrito pelo povo, conjunto de vozes do legislador, para o povo.

Figura 1 - Tipologia dos textos normativos



Fonte: *La hiérarchie des normes et la pyramide de Kelsen* (2019).

Como podemos ver na pirâmide acima, o texto normativo é representado por textos de constituições, que estão no topo da pirâmide, leis, ordenamentos, decretos bem como documentos de ordem hierárquica mais próxima da base da pirâmide como regulamentos de condomínios e contratos (BOCQUET, 2008, p. 11).

Já o texto de jurisprudência é um texto de decisão a partir do qual se aplicam as normas jurídicas. Esse tipo de texto não apresenta modo performativo, seu intuito é de descrever os fatos segundo as regras e então emitir decisões administrativas ou decisões de tribunais (BOCQUET, 2008, p. 11). Maciel considera as manifestações dos juízes nos atos de jurisprudência como a própria fala do Direito (MACIEL, 2001, pp. 108-109).

E o último, o texto de doutrina, é um texto produzido por juristas falando sobre o Direito. Apesar de parecer mais acessível por não estar ligado a um uso restrito, esse tipo de texto é dotado de certa complexidade por ser mais fluido, nas palavras de Bocquet, no sentido de não

ser ligado a um uso restrito. Os textos de doutrina se compõem de comentários que parafraseiam leis, normas, e, conseqüentemente parafraseiam também o modo performativo, que é contado como discurso indireto (BOCQUET, 2008, p. 11). Cornu não concorda com a classificação de textos de doutrina enquanto textos jurídicos por serem uma descrição dos textos normativos, legislativos, judiciários e por não possuírem uma especificidade. Por isso, ele denomina então o discurso costumeiro, que seria “as máximas e os adágios do direito”² (CORNU *apud* BOCQUET, 2008, p. 11), e além desses discursos ele apresenta também o discurso legislativo e o discurso jurisdicional (BOCQUET, 2008, p. 10).

Para obter conhecimento mais aprofundado sobre o sistema jurídico de determinado país, é necessário consultar seu guia legístico. Guias legísticos constituem ferramentas interessantes para o trabalho do tradutor, pois neles encontramos informações mais precisas sobre o processo de criação e escrita dos textos jurídicos, que podem ser de grande importância para o trabalho tradutório. Para saber mais sobre o sistema jurídico em francês, por exemplo, existe o *Guide Légistique* (CONSEIL D'ÉTAT, 2017), encontrado diretamente no site do *Légifrance*.

Segundo a obra de legística, *Feitura das Leis* (CAUPERS et al., 2014), em Portugal, de acordo com a Constituição em vigor, existem quatro órgãos que podem exercer o poder legislativo, ou seja, somente estes órgãos podem redigir leis. O primeiro deles é a Assembleia da República, do Poder Legislativo, que dá origem às leis mais importantes, e que foi, inclusive, a entidade responsável pela promulgação da Constituição de Portugal (CAUPERS et al., 2014).

O segundo órgão responsável pela legislação no país é o Governo da República, dotado de reserva de competência legislativa, que pode exercer seu poder via autorização da Assembleia, "legislação delegada", ou por exercício de competência própria, garantida constitucionalmente. Estas leis elaboradas pelo Governo são denominadas "decretos-leis" e assim se distinguem das leis aprovadas pelo parlamento. E as assembleias legislativas regionais dos Açores e da Madeira constituem os dois órgãos restantes que possuem competência legislativa. Elas são responsáveis por aprovar leis específicas de cada região que são denominadas "decretos legislativos regionais" (CAUPERS et al., 2014).

Porém, apesar de ser o órgão soberano de legislação, a Assembleia da República produz menos leis que o Governo. De acordo com a obra *Feitura das leis* (CAUPERS et al., 2014),

Entre os anos de 2000 e 2011 foram publicados 933 leis e 3506 decretos-leis, isto é, quase quatro diplomas legais do Governo para cada lei da Assembleia

² No original: Les maximes et adages du droit.

da República. [...] Como noutros países da Europa, o Governo é o grande produtor de normas jurídicas. (CAUPERS et al., 2014, p. 85).

Na legislação portuguesa, as leis podem ser divididas em três grupos distintos:

Grupo 1: composto por leis que apenas a Assembleia da República pode aprovar;

Grupo 2: composto por leis que podem ser aprovadas pela própria Assembleia ou pelo Governo, sob autorização desta última;

Grupo 3: composto por leis que podem ser aprovadas tanto pela Assembleia quanto pelo Governo (CAUPERS et al., 2014, p. 84-85).

Alguns princípios, que devem também ser respeitados pelo tradutor, permeiam a redação das leis e de outros atos normativos, como por exemplo, princípio da clareza, que visa simplificação na redação; da uniformização, que busca reduzir a utilização de vocábulos na linguagem normativa; e princípio da neutralidade e corolário da sobriedade estilística, que definem que

através destes, a normatividade jurídica deve surgir despojada de valorações de tipo político, estético ou religioso. A intersecção entre o «político» e o «jurídico» deve ser acompanhada pela contenção redatorial do legislador. (CAUPERS et al., 2014, p. 169)

As disposições dos atos normativos e leis devem ser organizadas de forma sistêmica, de acordo com as divisões seguintes (ARAÚJO; COLAÇO, 2008, p. 34), que também devem ser seguidas pelo tradutor:

Livros ou partes (apenas no âmbito da Constituição e Códigos);
Títulos;
Capítulos;
Secções;
Subsecções;
Divisões (nível que acresce, depois da subsecção, no caso de se tratar de Códigos);
Subdivisões (nível que acresce, depois da divisão, no caso de se tratar de Códigos). (ARAÚJO; COLAÇO, 2008, p. 34)

Essas diferentes divisões sistêmicas devem ser identificadas por meio de numeração romana, com exceção dos artigos, que devem apresentar numeração arábica; das alíneas, identificadas por letras minúsculas do alfabeto português; e das subalíneas, que devem ser identificadas com números romanos em minúscula.

2.2 Texto constitucional

Segundo as definições do dicionário on-line Aulete e o dicionário jurídico de Santos, considerando as acepções de cunho jurídico, a palavra “constituição” significa:

Dicionário Aulete:

5. Jur. Lei fundamental e suprema que regula a organização de um Estado e rege a vida de uma nação, estabelecendo-lhe a forma de governo, as relações entre os poderes públicos, a distribuição de competências, os direitos e deveres dos cidadãos etc; a lei máxima, à qual todas as outras leis devem ajustar-se; CARTA CONSTITUCIONAL; CARTA MAGNA

6. Jur. Conjunto de leis fundamentais que regulam os direitos e deveres no âmbito estadual, elaborada e aprovada pela Assembleia Legislativa de cada Estado da Federação. [Com maiúsc. nas acepções 5 e 6.] (CONSTITUIÇÃO, 2014)

Dicionário jurídico brasileiro:

Constituição – (Lat.constitutio.) S.f. Lei fundamental e suprema de um Estado; Carta Constitucional; Carta Magna, que contém normas para a formação dos poderes públicos que formam a própria estrutura do Estado. (SANTOS, 2001, p. 57)

Assim, a Constituição se estabelece como o documento mais importante de uma nação, a Lei Suprema, de onde emanam poderes que darão origem a outras leis futuramente. Maciel define esta lei, em sentido lato, como “o corpo de normas jurídicas que governa a vida da nação”, que tem como objetivo final garantir a estabilidade dos princípios que regem os atos governamentais e o comportamento dos indivíduos em sociedade (MACIEL, 2001, p. 134). Essa norma jurídica tem como conteúdo a conduta humana, dessa forma, a norma busca regradar os princípios fundamentais de ordem pública e também de comportamento humanos em coletividade. Em sua tese, Maciel afirma que:

o propósito imediato da norma é disciplinar o comportamento dos indivíduos, as atividades dos grupos e das entidades. Em virtude disso, seu caráter é nitidamente instrumental, posto que, ao mesmo tempo, visa à estruturação e ao funcionamento de órgãos institucionais e disciplina a aplicação de outras normas, a fim de assegurar uma convivência social juridicamente ordenada (MACIEL, 2001, p. 131).

Assim, o texto constitucional não é juízo de valor e nem tem como objetivo informar, seu caráter é imperativo e busca “instituir princípios e prescrever os modos de agir” (MACIEL, 2001, p. 131-132). A essência da norma jurídica é a imperatividade e o autorizamento, que é a ação ou efeito de autorizar (AUTORIZAMENTO, 2019). Por ser de tal natureza imperativa, alguns juristas acreditavam que as normas também deveriam ser escritas segundo essa mesma natureza, ou seja, no modo imperativo, mas, pelo menos nas línguas ocidentais, prevalece o uso do modo indicativo para prescrevê-las (MACIEL, 2001, p. 132).

A expressão da norma jurídica implica tanto a performatividade dos verbos, que é a realização da ação no momento da fala, quanto a normatividade, o conteúdo das leis, pois é por meio do verbo que se criam as regras a serem impostas bem como as entidades, responsáveis

por fiscalizar o cumprimento da norma e também por criar outros regulamentos posteriores. E são estes objetos, regras e entidades que dão a razão de existir da norma jurídica. “Dessa maneira, se observa um mútuo e intrínseco relacionamento entre expressão e conteúdo, em outras palavras, entre performatividade, normatividade e especificidade na realização do texto da lei.” (MACIEL, 2001, p. 133).

Mesmo que uma Constituição não contenha todas as normas, essa lei possibilita a criação de outras destas, com base no que se estabelece na Lei Suprema. Assim, o texto constitucional é uma norma fundamental que serve como referência para normas jurídicas prescritas posteriormente. As normas constitucionais podem ser divididas em quatro grandes grupos, são eles (MACIEL, 2001, p. 135-138):

- a) *Normas programáticas*, que apontam princípios para as atividades dos poderes públicos, Legislativo, Executivo e Judiciário;
- b) *Normas de organização*, que determinam a administração estatal;
- c) *Normas de atribuição de poder e competência*, que, como evidencia o nome, “estatuem as atribuições das diferentes esferas da ordem pública para a consecução da meta comum do bem público”;
- d) *Normas de conduta*, que “interligam os fins visados pelo Estado e a atitude esperada dos cidadãos em todas escalas sociais e políticas”

O texto constitucional português se divide em “Preâmbulo”, “Princípios fundamentais”, Parte I - Direitos e deveres fundamentais, Parte II – “Organização econômica”, Parte III – “Organização do poder político”, Parte IV – “Garantia e revisão da constituição” e “Disposições finais e transitórias”, totalizando, já na VII Revisão Constitucional, 296 artigos.

Em comparação com a Constituição brasileira, o texto português é um pouco mais extenso, já que a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, última versão disponível no site do governo brasileiro³, possui 250 artigos. Em contrapartida, o texto constitucional da França é muito menor que os textos português e brasileiro, possuindo apenas 89 artigos, segundo a versão disponibilizada pelo site do *Conseil Constitutionnel*.⁴

O preâmbulo, em particular, é uma estrutura de extrema importância na Constituição, pois dele obtemos informações sobre do que trata a lei, quem é a entidade que a está promulgando e quais os objetivos da redação de tal texto normativo. Este pequeno trecho de

³ Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm >.

⁴ Disponível em: < <https://www.conseil-constitutionnel.fr/le-bloc-de-constitutionnalite/texte-integral-de-la-constitution-du-4-octobre-1958-en-vigueur> >.

texto nos possibilita “conhecer o enquadramento legislativo, político, econômico e social em que se insere o projeto de lei” (ARAÚJO; COLAÇO, 2008, p. 17).

Segundo o manual português de *Regras de Legística a Observar na Elaboração de Actos Normativos da Assembleia da República* (ARAÚJO; COLAÇO, 2008, p. 37), os preâmbulos devem observar alguns aspectos como a presença de linhas orientadoras da lei e sua motivação; a realização de consultas a cidadãos eleitores; e a negociação e a participação ou audição de entidades.

O preâmbulo da Constituição da República de Portugal, promulgado em 1976, enfatiza a resistência do povo português ao regime ditatorial e declara a liberdade daquele povo, destacando a restituição dos direitos fundamentais ao povo e da democracia. Esse texto permanece inalterado desde a primeira versão da Constituição, como um lembrete ao povo português do que já foi superado e conquistado por aquela Nação.

3 ELEMENTOS GRAMATICAIS DO SUJEITO, PREDICADO E OBJETO (SPO)

Como vimos anteriormente, os atos de linguagem, teoria defendida inicialmente por Austin (1978 *apud* MACIEL, 2001), e depois desenvolvida por Searle (1983 *apud* MACIEL, 2001), mostram que a função da linguagem vai além de apenas descrever o mundo, ela também realiza ações. Este poder de realizar ações garante caráter performativo ao enunciado, que cumpre sua missão quando é dirigido a alguém e quando este alguém entende o que é dito e feito. E a análise de alguns elementos que se apresentam nesses enunciados é importante para que possamos compreender o propósito desta pesquisa.

3.1 SUJEITO

O conceito de sujeito, segundo a *Nova Gramática do Português Brasileiro* (CASTILHO, 2010), se reveste de certa fluidez, no sentido de não possuir um único conceito, na teoria gramatical, segundo Castilho, por ser reconhecido de três diferentes formas: como sujeito sintático, que é expresso por um sintagma nominal, figura antes do verbo e concorda com este, além de ser pronominalizável e elidido; sujeito discursivo, que é aquele ou aquilo de que se declara algo; e o sujeito semântico, que é marcado pela agentividade, a característica do sujeito de executar a ação proposta na frase, sendo o responsável pela ação do verbo (CASTILHO, 2010, p. 289; pp. 295-296).

Já Maciel (2008, p. 7) classifica os sujeitos dos grupos de verbos performativos em *sujeito agente*, que é o que realiza a ação, e *sujeito gramatical*, em que o sujeito não exerce ação, mas é objeto dela que é praticada pelo destinador não mencionado explicitamente.

Esse elemento gramatical pode aparecer em posições diferentes na frase, se apresentando em ordem direta ou indireta. A ordem direta, sujeito, verbo e complemento, segundo um estudo realizado por Castilho (2010), é favorecida se o sujeito for foneticamente “leve”, com até 7 sílabas; sintaticamente construído com especificadores na esquerda do núcleo e complementadores à direita; semanticamente não específicos e agentivos; informacionalmente conhecido e textualmente mencionado (CASTILHO, 2010, p. 291).

Contrária a esta, existe também a ordem inversa que prioriza a ordem verbo, sujeito e complemento e é favorecido pelo sintagma nominal informacionalmente novo; semanticamente específico e não agentivo; selecionado por verbo monoargumental, que possui um só argumento; cujo complementador figura à direita do núcleo nominal; e foneticamente “pesado”, com mais de 7 sílabas (CASTILHO, 2010, p. 292).

Alguns autores acreditam que ambas ordens, direta e indireta, são naturais (BARBOSA *apud* CASTILHO, 2010, p. 292), enquanto outros acreditam que a ordem indireta “se mantém

em casos especiais, sobretudo em orações marcadas em relação à ordem declarativa, afirmativa, neutra” (PONTES *apud* CASTILHO, 2010, p. 292).

Na Constituição da República Portuguesa (CRP), veremos que a ordem inversa se apresenta com uma determinada categoria de verbo, caracterizada, na maioria das vezes, por um sujeito nulo.

3.1.1 Sujeito nulo, oculto ou elíptico

Segundo a teoria gerativa de Chomsky, de 1981, explorada por Villarinho (2006), em “Sujeito nulo no Português Brasileiro: elementos para sua análise a partir de situações experimentais”, as línguas português brasileiro (PB) e português europeu (PE) têm princípios e parâmetros que definem o nível de distanciamento entre elas, e um desses parâmetros é o sujeito nulo, ou “*pro-drop*”.

As línguas de sujeito nulo, ou *pro-drop*, como o português europeu, o espanhol e o italiano (VILLARINHO, 2006), são aquelas que permitem que o falante não utilize explicitamente o sujeito pronominal, sem prejuízo de compreensão, pois a ausência deste pronome é licenciada por alguma outra informação que se apresente na frase. É possível identificar o sujeito nulo por meio da desinência do verbo ou do contexto da frase. Os verbos identificados pela desinência verbal são classificados como categoria vazia do tipo *pro*(nome), que tem como exemplo o português europeu, o espanhol e o italiano. Já os identificados pelo contexto, como por exemplo o chinês, são classificados como categoria vazia do tipo *var*(iável) (VILLARINHO, 2006). O sujeito nulo também pode ser denominado categoria vazia, sujeito omissível (CASTILHO, 2010), sujeito oculto, elíptico, implícito, subentendido ou desinencial.

3.1.2 Sujeito inexistente ou oração sem sujeito

É importante destacar que o sujeito nulo se difere do que é definido como oração sem sujeito ou de sujeito inexistente. A oração com sujeito inexistente se articula a partir de um verbo impessoal (verbo que não tem sujeito) e a ação não é atribuída a nenhum ser, podendo exprimir fenômenos da natureza (Ex. 4 - *Choveu muito no inverno passado*) e indicar ideia de tempo ou fenômenos meteorológicos (Ex. 5 - *Eram duas horas da manhã*) (ORAÇÃO..., 2019).

3.1.3 Sujeito indeterminado

O sujeito indeterminado também é diferente do sujeito nulo pois, nele, não é possível identificar um referente explícito na oração a partir da flexão verbal. Esse tipo de sujeito pode ser construído pelo verbo transitivo direto na 3ª pessoa do plural (Ex. 6 - *Anunciaram a morte*

do prefeito) e pelo verbo transitivo indireto, verbo intransitivo ou verbo de ligação flexionado na 3ª pessoa do singular + pronome “se” (Ex. 7 - *Não se fala da morte do prefeito no jornal local*) (TIPOS..., 2019).

3.1.4 Sujeito pleno

Contrária à língua de sujeito nulo, há a língua de sujeito pleno que caracteriza como obrigatória a presença de um sujeito pronominal na frase, independente das condições ou verbos apresentados, e ocorre pelo fato de a flexão verbal não possuir tantas variações quando ao tipo de língua anterior, como por exemplo a língua inglesa, o que reforça a necessidade do uso do pronome para especificar o sujeito. Em alguns casos restritos, esse tipo de língua apresenta sujeito nulo (VILLARINHO, 2006).

3.1.5 O uso do sujeito nulo

Segundo a *Nova Gramática do Português Brasileiro* (CASTILHO, 2010, p. 293), o português brasileiro (PB) tende a preencher mais a categoria do sujeito que a do objeto, já o PE, analisado neste projeto, apresenta uma relação inversa.

Nas palavras de Duarte (*apud* CASTILHO, 2010, p. 293-294), o longo dos anos, o uso do sujeito nulo no PB foi caindo, sendo substituído pelo sujeito pleno, em textos teatrais brasileiros. O aumento do uso de sujeitos plenos foi atribuído à impossibilidade de identificar o sujeito a partir da desinência verbal, principalmente na primeira e segunda pessoa. Os textos que ainda continham sujeito nulo eram escritos em terceira pessoa e a ausência ou não do sujeito dependia do referente: se o referente era esperado, o sujeito era elidido, se não, preenchia-se o sujeito.

A partir disso, podemos analisar, a partir de trechos da CRP, algumas ocorrências de como o sujeito nulo se apresenta com os verbos performativos “competir”, “caber” e “incumbir” no texto original e em sua tradução para o francês:

Quadro 1 - Exemplos dos verbos "competir", "caber" e "incumbir" extraídos da tabela Sujeito, Predicado, Objeto (SPO)

PORTUGUÊS			FRANCÊS		
Sujeito (S)	Predicado (P)	Objeto (O)	Sujet (S)	Prédictat (P)	Objet (O)
∅ ⁵	compete	às associações sindicais exercer o direito de	Les syndicats	exercent	Le droit à la négociation collective

⁵ O símbolo de vazio <∅> será usado para preencher os espaços vazios das frases, seja pela ausência de sujeito ou de complemento.

		contratação colectiva			
Ø	Cabe	recurso para o Tribunal Constitucional das decisões dos tribunais	La Cour constitutionnelle	est saisie	des recours formés contre les décisions de justice
Ø	incumbe	às Forças Armadas, nos termos da lei, satisfazer os compromissos internacionais do Estado Português	il	appartient	aux forces armées de respecter les engagements militaires internationaux de l'Etat portugais
Ø	é proibido	o lock-out.	Le lock-out	est interdit	

Fonte: A autora

Observa-se que as frases em português se estruturam da seguinte forma: predicado - objeto, e o espaço do sujeito aparece vazio em todas as ocorrências, mas isso não significa que não há um sujeito na frase. Após o predicado, temos o que Maciel (2008, p. 7) classifica como sujeito gramatical, que é o sujeito que não é agente, mas o objeto da ação praticada pelo destinador, ou seja, pelo sujeito agente, que não está explícito, e temos o complemento do objeto indireto que é o destinatário da ação:

Quadro 2 - Exemplo de estrutura de frase de sujeito nulo

Verbo	Objeto direto - destinatário	Sujeito gramatical – objeto da ação
Compete	às associações sindicais	exercer o direito de contratação colectiva

Fonte: A autora

Maciel também identifica o sujeito nulo como o destinador pressuposto da ação (MACIEL, 2008, p. 8), ou seja, o sujeito agente que está implícito, que chamaremos de sujeito pressuposto.

A ausência do sujeito pode ser explicada por meio de um estudo sobre as condições de apagamento do sujeito feito por Castilho (2010) que evidencia que “a agentividade do sujeito favorece a sua elisão, enquanto a não-agentividade favorece sua retenção, numa proporção de 63% para 37%, respectivamente” (CASTILHO, 2010, p. 293). Na maioria dos casos em que houver um agente em potencial, na posição de sujeito haverá um sujeito gramatical e o sujeito agente estará implícito ou pressuposto (IGNÁCIO, 2007).

Na Constituição de Portugal, podemos dizer que esse sujeito agente pressuposto é definido logo no início do texto constitucional, ou seja, é a entidade apresentada no preâmbulo

que é a responsável por concretizar todos os atos de fala apresentados no texto: “**A Assembleia Constituinte**, reunida na sessão plenária de 2 de Abril de 1976, aprova e decreta a seguinte Constituição da República Portuguesa: [...]” (PORTUGAL, 2005. Grifo nosso). Sendo assim, ao ler a Constituição, podemos supor que todas as ações ali expressas, mesmo que não possuam sujeito explícito, têm a “Assembleia Constituinte” como sujeito agente pressuposto que realiza as ações, emana poderes, estabelece princípios, origina direitos e deveres.

No caso de outros textos normativos, esse sujeito pode ser representado por outras entidades pois, como vimos no item 1, existem quatro órgãos em Portugal que são responsáveis pela redação de normas.

Já a língua francesa não admite a ausência de sujeito, com exceção nos casos de verbo injuntivo, infinitivo deliberativo, quando vários verbos possuem o mesmo sujeito e quando se quer adotar um estilo telegráfico (BESCHERELLE, 2012, p. 30-31). Por esse motivo, a posição do sujeito nas frases da tradução da Constituição para o francês é sempre preenchida, seja por meio da inversão da frase, trazendo o objeto (sujeito gramatical) que figura na última posição da estrutura SPO para a primeira posição, de sujeito, que é uma das técnicas de tradução do francês para o português, ou pelo uso do pronome impessoal “*il*”, que é, nesses casos, um “sujeito aparente” (BESCHERELLE, 2012, p. 238).

Alguns verbos só se conjugam com o pronome impessoal *il*, dois casos que ilustram essa situação são: a) verbos que só podem ser conjugados na forma impessoal: *il faut, il s’agit, il y a*; b) verbos de condições atmosféricas: *il pleut, il neige, il vente* (LE « IL »..., 2017).

Os pronomes acima não representam uma pessoa nem uma coisa e os verbos que o acompanham só podem ser conjugados na terceira pessoa do singular.

Para condensar as informações das teorias apresentadas neste capítulo, organizamos quadros compostos pelos tipos de sujeito e suas definições segundo Castilho e Maciel:

Quadro 3 - Definições dos tipos de sujeito segundo Castilho (2010)

Sujeito segundo Castilho		
Tipo de sujeito	Descrição	Exemplos
Sujeito nominal	expresso por um sintagma nominal, figura antes do verbo e concorda com este, além de ser pronominalizável e elidido	“O Governo aprova os acordos internacionais.” Pronominalização: Ele aprova os acordos internacionais
Sujeito semântico	que é marcado pela agentividade, sendo o responsável pela ação do verbo	“O Governo aprova os acordos internacionais.”
Sujeito discursivo	é aquele ou aquilo de que se declara algo	A iniciativa do processo cabe à Assembleia da República

Sujeito nulo	É identificado a partir do contexto e pode ser elidido devido sua agentividade	<Ø> compete às associações sindicais exercer o direito de contratação colectiva
---------------------	--	---

Fonte: A autora

Agora, em síntese, as definições de Maciel:

Quadro 4 - Definições dos tipos de sujeito segundo Maciel (2008)

Sujeito segundo Maciel		
Tipo de sujeito	Descrição	Exemplos
Sujeito agente	Sujeito que executa a ação	“O Governo aprova os acordos internacionais.”
Sujeito gramatical	o objeto da ação praticada pelo destinador (agente)	A iniciativa do processo cabe à Assembleia da República
Sujeito pressuposto	Destinador implícito de uma ação	<Ø> compete às associações sindicais exercer o direito de contratação colectiva

Fonte: A autora

Comparando as duas teorias apresentadas neste capítulo, em síntese, o sujeito semântico, defendido por Castilho (2010), equivale àquele definido por Maciel (2008) como sujeito agente, que é o sujeito marcado pela agentividade. O sujeito discursivo, também do primeiro autor, corresponde ao sujeito gramatical de Maciel, que não executa ações, mas é objeto delas. E, por fim, o sujeito pressuposto equivale ao sujeito nulo. Assim, podemos pensar no seguinte quadro de correspondência:

Quadro 5- Correspondência de definições do sujeito entre os autores Castilho e Maciel

Tipos de sujeito segundo Castilho (2010)	Correspondente do sujeito segundo Maciel (2008)
Sujeito semântico	Sujeito agente
Sujeito discursivo	Sujeito gramatical
Sujeito nulo	Sujeito pressuposto

Fonte: A autora

3.2 VERBO

O verbo é o centro nevrálgico de todo o ato comunicativo, pois estabelece relações psicológicas do usuário da língua nas realidades por ele representadas (DAMIÃO, 2015, p. 42). Do ponto de vista semântico, o verbo expressa o estado das coisas, ou seja, as ações, os estados ou os eventos que queremos descrever quando falamos ou escrevemos (CASTILHO, 2010, p. 396).

A propriedade gramatical mais importante do verbo é a transitividade, pois ela estrutura a sentença e seleciona seus argumentos. A transitividade do verbo indica a relação do verbo

transitivo e seus complementos (argumentos), pois, sozinho, o verbo não possui sentido completo (FERNANDES, 2019). “O verbo e seus argumentos constituem o *predicado*”, que pode ser classificado da seguinte forma (CASTILHO, 2010, p. 396-397):

Quadro 6- Tipologia dos predicados segundo Castilho (2010)

Predicados segundo Castilho		
Tipo de predicado	Descrição	Exemplo da CRP
Predicados agentivos	Praticam a ação e podem configurar sentenças imperativas - “X <i>faz</i> Y”	“A Assembleia aprova a Constituição”
Predicados experienciais	Exprimem propriedades de natureza perceptiva, cognitiva ou estados afetivos – “X sabe/pensa/ama Y”	∅
Predicados possessivos, ou de transferência de posse	Exprime ideia de posse – “X tem/possui/envia/dá/recebe Y de/a Z”	“ incumbe ao Estado estimular a construção privada”
Predicados locativos	Estabelece relação não dinâmica de localização espacial - “X <i>está</i> em/ <i>é</i> de Y”	∅
Predicados causativos	Um dos argumentos designa a entidade que sofre mudança de estado ou lugar – “X abre/destrói Y”	“o Estado cria um sistema”

Fonte: A autora

A tabela acima exemplifica tipos de predicados definidos por Castilho que são atribuídos aos verbos revelando sua relação com os argumentos da frase. Colocamos exemplos de frases da tabela de Sujeito – Predicado – Objeto (SPO) das tipologias que encontramos na CRP, sendo elas: predicado agentivo, predicado possessivos, ou de transferência de posse e predicado causativo.

Em seu artigo, Maciel (2008, p. 7-8) atribui aos verbos performativos, assunto do próximo tópico, as seguintes classificações:

Quadro 7- Tipos de verbo segundo Maciel (2008)

Verbos segundo Maciel		
Tipo de verbo	Descrição	Exemplo da CRP
Verbo transitivo de ação-processo	tem a função pragmática de “realizar a ação que significa, isto é, publicar oficialmente e manifestar concordância”	“A Assembleia aprova a Constituição”
Verbo transitivo indireto	atribui determinadas ações jurídicas a um agente oficial	“ Incumbe ao Estado estimular a construção privada”
Verbo jussivo	expressa ordem, semelhante ao modo imperativo (JUSSIVO, 2014).	“ É proibido o trabalho de menores em idade escolar”

Fonte: A autora

O verbo transitivo de ação-processo é um tipo de verbo transitivo, mas cada um possui características específicas.

O verbo transitivo é o verbo que precisa de complemento. Esse complemento pode ser (VERBO..., 2019):

- a) direto, ou seja, sem preposição, sendo nomeado verbo transitivo direto;
- b) indireto, com preposição obrigatória, chamado de verbo transitivo indireto;
- c) ou direto e indireto, com complemento direto e indireto ao mesmo tempo, nomeado verbo transitivo direto-indireto.

E o verbo de ação-processo expressa, simultaneamente, um processo e uma ação, assim, no momento da fala, há uma ação que é realizada.

Observe-se que os exemplos dos predicados agentivos e possessivos de Castilho são os mesmos do verbo transitivo de ação-processo e do verbo transitivo indireto de Maciel. A repetição dos exemplos traz à tona uma semelhança que pode ser estabelecida entre esses dois tipos de classificação.

O verbo jussivo não pode ser relacionado diretamente com o predicado causativo, pois como podemos observar no Quadro 6 e Quadro 7, os objetivos de ambos são diferentes. Porém, é possível relacioná-lo também ao predicado agentivo, traçando as disparidades e semelhanças entre eles. De acordo com o Quadro 6, o predicado agentivo se expressa genericamente como “X faz Y” e o verbo jussivo, dentro da CRP, como veremos na análise, possui o sujeito nulo. Assim, podemos pensar na seguinte transformação da expressão genérica desse predicado: “faz-se Y” ou “Y é feito por [agente da passiva explícito ou implícito]”. Vejamos um exemplo da CRP: *Ex. 5* - “[...] é proibida a **atribuição de um número nacional único aos cidadãos** [Y] [...]” (PORTUGAL, 2005, adaptado para fins deste estudo, grifo nosso).

A “atribuição de um número nacional único aos cidadãos” corresponde ao Y da expressão genérica do predicado, mas o X não é expresso. Porém, como visto no item 3.1, a Assembleia Constituinte pode ser considerada como o sujeito agente de todo o texto constitucional, mesmo que ele não seja explícito, pois ela foi definida, no preâmbulo, como entidade que promulga todo o texto constitucional. Então, a assembleia é o X da expressão que, se explícita, originaria a frase: *Ex. 6* - “A Assembleia Constituinte [X] proíbe a **atribuição de um número nacional único aos cidadãos** [Y]” (PORTUGAL, 2005, adaptado para fins deste estudo, grifo nosso).

E teríamos então: “X proíbe Y”. Dessa forma, a frase antes com verbo jussivo e sem sujeito explícito se transforma, revelando o predicado agentivo.

Sintetizando as informações apresentadas sobre os predicados de Castilho e os tipos de verbo de Maciel, construímos a seguinte tabela com relação de correspondência:

Quadro 8 - Síntese e correspondência dos predicados e verbos de Castilho (2010) e Maciel (2008)

Tipologia dos predicados em Castilho	Tipo de verbo correspondente em Maciel
Predicativo agentivo	Verbo transitivo de ação-processo
Predicativo possessivo ou de transferência de posse	Verbo transitivo indireto
Predicativo agentivo	Verbo jussivo

Fonte: A autora

Essas tipologias são importantes para classificarmos os verbos performativos utilizados no texto constitucional que são objeto desta pesquisa.

3.2.1 O verbo performativo

Para que sejam realizadas ações no Direito, é necessário o uso da língua natural. Além da importância da terminologia jurídica para descrever tais ações, destacamos a importância dos verbos, pois são eles os representantes da concretização da linguagem legal. A partir da teoria dos atos de fala, de Austin, Anna Maria Becker Maciel desenvolveu o artigo “O verbo performativo na linguagem legal” (2008) para analisar as características do verbo performativo dentro do texto jurídico.

Os verbos performativos foram definidos por Austin (1962 *apud* MACIEL, 2001), na obra *How to do things with words*, e em oposição aos verbos constativos, que são os verbos que descrevem o mundo, os verbos performativos são aqueles que realizam ações. Eles significam a representação do espaço de concretização da fala no âmbito jurídico e sua denominação foi dada pelo próprio autor, que derivou a palavra do verbo em inglês *to perform* (MACIEL, 2001, p. 111). Nesta teoria, o uso da língua não só descreve o mundo, mas também realiza ações e estas ações são chamadas de atos de fala ou atos performativos.

Essa teoria despertou o interesse em muitos juristas pelo fato de que o Direito profere palavras que realizam ações no mundo jurídico constantemente. Essas ações alteram a realidade naquele âmbito, podendo criar ou extinguir entidades, promulgar ou revogar leis. “Por essa razão, são considerados atos de fala e, por terem consequências legais, constituem-se em atos de fala jurídicos.” (MACIEL, 2001, p. 114).

A eficácia da enunciação do verbo performativo depende da satisfação das certas condições. Warat (*apud* MACIEL, 2001), afirma que para que os atos de fala jurídicos se concretizem é necessária a “existência de um órgão dotado de autoridade para significar e de um corpo normativo, que habilita o emprego dos termos, com a função de constituir situações fáticas” (MACIEL, 2001, p. 11). Somente satisfazendo essas condições de enunciação é que os

atos de fala possuem eficácia, isto significa dizer que, sem a língua, o direito não pode existir, já que ele se produz através da linguagem.

Sourieux e Lerat (*apud* MACIEL, 2001) diferenciam, dentro da categoria dos verbos performativos, dois tipos de verbos, sendo eles os verbos performativos *stricto sensu*, que correspondem a compromissos individuais assumidos perante a lei. Nesta categoria, os verbos se apresentam flexionados na primeira pessoa do singular do presente do indicativo (ex.: conheço, confesso, instituo etc.).

O segundo tipo de verbo são os constativos oficiais, nomenclatura que pode causar confusão quanto àquela proposta por Austin, mas que descreve bem a característica dos verbos que “constatam ou corroboram legalmente ações da própria autoridade que representa o Estado” (MACIEL, 2001, p. 116) e são apresentados normalmente na terceira pessoa do singular, tanto na voz ativa quanto na passiva: *Ex. 7 - A Assembleia promulga/decreta/aprova/sanciona [algo]*.

Esses verbos constativos oficiais exprimem decisões executórias, que podem ser classificadas, ainda, em:

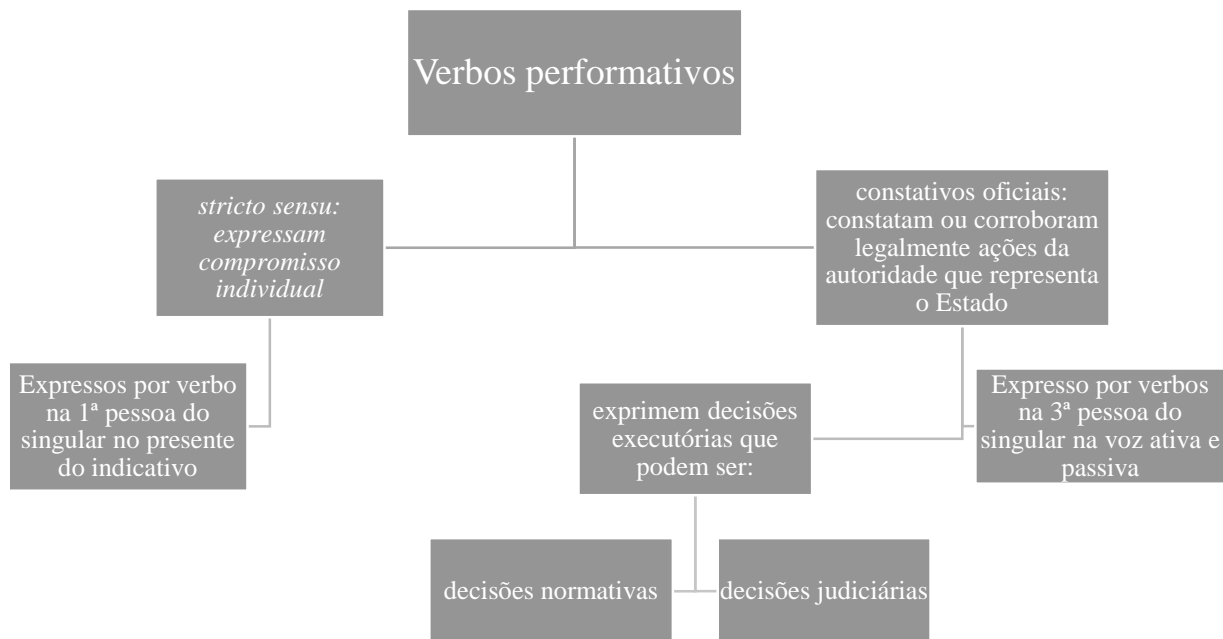
Quadro 9 - Verbos constativos que exprimem decisões executórias

Verbos constativos oficiais que exprimem decisões executórias	
Tipo de decisão	Exemplos de verbos
Decisões normativas	promulgar, sancionar, decretar, criar, instituir, abrogar, ordenar, revogar, anular, proibir, autorizar, permitir, incumbir, vedar, entre outros
Decisões judiciárias	autorizar, acordar, anular, negar, ordenar, condenar, absolver, pronunciar, reconhecer, declarar, sentenciar, entre outros

Fonte: A autora

O verbo performativo no âmbito do direito tem o poder de criar novos fatos e também de alterar ou encerrar atividades em curso, a enunciação, ou seja, o ato de enunciar, modifica o cenário jurídico. Segundo Maciel, “o Direito é uma área que não subsiste sem a língua” (MACIEL, 2008, p. 5), pois é por meio dela que os atos jurídicos são consumados.

Organograma 1 - Mapa mental do verbo performativo



Fonte: A autora

Existem, porém, verbos que possuem um papel mais abrangente que outros por darem origem a outros enunciados performativos no documento legal (MACIEL, 2001, p. 118). Antes de que as entidades, por meio de lei, pudessem realizar atos jurídicos, foi necessário um primeiro ato que delegaria a estas entidades o poder de proferir outros atos de fala jurídicos, sendo este ato definido por Greimas (*apud* MACIEL, 2001, p. 117) como ato performador original.

Verbos como “promulgar” e “decretar” são exemplos de verbos mais abrangentes que instauram esse ato jurídico principal que “atribui efeitos legais das ações dele emanadas” (MACIEL, 2001, p. 118), ou seja, a força ilocucionária do verbo, que é o fato de a ação coincidir com a enunciação da sentença, é transmitida aos outros verbos enunciados, o que permite que estes realizem outros atos de fala.

Maciel (2008, p. 6-7) categoriza os verbos performativos em três tipos:

1. Verbos que criam uma norma jurídica ao serem proferidos;
2. Verbos que dotam determinados indivíduos e/ou instituições com uma parcela do poder governamental;
3. Verbos que ordenam o comportamento em uma sociedade politicamente organizada.

As diferenças entre esses tipos de verbos performativos bem como exemplos deles são compilados na tabela abaixo.

Quadro 10 Os tipos de verbos performativos segundo Maciel (2008)

Verbos performativos de Maciel		
Tipo de verbo performativo	Descrição	Exemplo
Verbos que criam uma norma jurídica ao serem proferidos	Categoria composta pelos verbos promulgar, consagrar, decretar e aprovar	“Os trabalhadores deliberam a constituição, aprovam os estatutos e elegem, por voto directo e secreto, os membros das comissões de trabalhadores.”
Verbos que dotam determinados indivíduos e/ou instituições com uma parcela do poder governamental	composta pelos verbos <i>cabere</i> , <i>competir</i> e <i>incumbir</i>	“ Compete ao Governo: Fazer decretos-leis”
Verbos que ordenam o comportamento em uma sociedade organizada	composta pelos verbos permitir, facultar, proibir e vedar	“São proibidos os regimes de aforamento e colónia e serão criadas condições aos cultivadores”

Fonte: A autora

Os verbos acima foram extraídos e classificados por Maciel em sua pesquisa sobre as constituições lusófonas e, neste trabalho, veremos como eles se comportam especificamente na Constituição da República Portuguesa e como foram traduzidos para a língua francesa.

Segundo Maciel, o uso do verbo no futuro ou na forma de gerúndio não satisfaz as condições de um verbo performativo por não realizar suas ações no momento da fala (MACIEL, 2008, p. 7). É possível realmente afirmar que tais verbos não podem ser considerados performativos? Tentaremos responder a esta pergunta com a análise dos dados.

3.2.2 Voz

Segundo a Nova Gramática do Português Brasileiro, “a voz assinala o tipo de participação do sujeito sentencial no estado das coisas” (CASTILHO, 2010, p. 436), sendo dividida em voz ativa, voz passiva e voz reflexiva.

3.2.3 A voz ativa

A voz ativa atribui ao sujeito da sentença o papel temático de /agente/, e ao objeto o papel de /paciente/. Esse tipo de voz depende de um sujeito, assim, deve ser acompanhada por verbos biargumentais (que possuem dois argumentos: sujeito e objeto) transitivos diretos ou bitransitivos (transitivos diretos-indiretos). “A voz ativa é expressa por um sintagma verbal simples” (CASTILHO, 2010, p. 436): Ex. 8 - *O presidente da República **promulga** as leis* (PORTUGAL, 2005, adaptado para fins deste estudo, grifo nosso).

3.2.4 A voz passiva

A voz passiva é “expressa por um sintagma verbal composto, constituído por ser + participio”. Essa voz atribui ao sujeito o papel de /paciente/ e ao complemento o papel de /agente/ e “aparece quando se quer ressaltar o resultado de uma ação anterior “(CASTILHO, 2010, p. 436-437): Ex. 9 - *As alterações da Constituição são aprovadas por maioria de dois terços dos Deputados em efetividade de funções.* (PORTUGAL, 2005, adaptado para fins deste estudo, grifo nosso).

3.2.5 A voz reflexiva

A voz reflexiva ocorre com verbos pronominais e atribui ao sujeito os papéis de /agente/ e /paciente/ ao mesmo tempo: Ex. 10 - *O Estado obriga-se a realizar uma política nacional de prevenção* (CASTILHO, 2010, p. 437. Grifo nosso).

Nos verbos performativos que serão analisados posteriormente, veremos ocorrências das vozes ativa e passiva, mas não da reflexiva.

Quadro 11 - Síntese dos tipos de voz e dos papéis que atribuem ao sujeito e ao objeto

Voz		
Papel do sujeito	Tipo de voz	Papel do objeto
Agente	Voz ativa	Paciente
Paciente	Voz passiva	Agente
Agente/paciente	Voz reflexiva	

Fonte: A autora

3.3 COMPLEMENTO

Os complementos de uma sentença podem ser objetos diretos, indiretos ou complementos oblíquos e, junto com o sujeito, eles exercem funções centrais da sentença pelo fato de serem selecionados pelo verbo (CASTILHO, 2010, p. 298).

3.3.1 O objeto direto

O objeto direto (O.D.) possui algumas propriedades que o distinguem do indireto, são elas, segundo Castilho (2010, p. 300-301):

- a) a proporcionalidade aos pronomes pessoais acusativos;
- b) a função de sujeito assumida por ele na voz passiva correspondente;
- c) a possibilidade de ser preenchido por sintagma nominal de núcleo pronominal ou nominal, e por sentença substantiva objetiva direta;
- d) o papel temático, que será explicado a seguir, de /paciente/, mesmo com verbos causativos; a possibilidade de elisão na sentença, influenciada pelo fato do

objeto ser /animado/, que favorece a realização do O.D., ou /-animado/, favorecendo a elisão.

O O.D., tanto em português quanto em francês (BESCHERELLE, 2012, p. 159), é colocado, geralmente, após o verbo, mas existem alguns fatores que, segundo Castilho (2010, p. 304), podem favorecer o seu deslocamento para a esquerda, como:

- a) se o O.D. for preenchido por pronome demonstrativo neutro;
- b) se o O.D. for codificador de “entidades inferíveis e evocadas e apenas secundariamente entidades novas”;
- c) quando o O.D. implica numa retomada de item anteriormente mencionado, fazendo dessa função um fator de coesão textual.

Em português europeu (PE), a posição do objeto direto é mais “preenchida”, ou seja, não há tanta elipse do objeto, que aquela do sujeito (CASTILHO, 2010, p. 293).

3.3.2 O objeto indireto

Já o objeto indireto (O.I.) aparece sempre preposicionado e apresenta as seguintes propriedades, segundo Castilho (2010, p. 304-305), também parecidas com as características do *objet indirect* do francês:

- a) são proporcionais aos pronomes dativos;
- b) são preenchidos, geralmente, por sintagma preposicionado nucleado por *a* e *para*, em português, e *à* e *de*, em francês, podendo também apresentar outras preposições;
- c) a construção em que figuram não é conversível à voz passiva;
- d) podem coocorrer com o O.D.;
- e) seu papel temático é, em geral, de /beneficiário/; e sua colocação de base é após o verbo ou após o O.D., se houver.

Maciel (2008, p. 7-8), classifica os complementos, além de diferenciá-los entre diretos e indiretos, segundo o valor semântico deles, ou seja, o sentido atribuído a eles segundo o contexto. Assim, ela observa que, de acordo com o grupo de verbos, o complemento direto pode ser “expresso por nome inanimado designativo de documento de natureza legislativa ou de princípio sociopolítico fundamental”, o indireto, preposicionado com *a*, “é manifestado por um agente com traços concreto, ativo e humano ou por um nome abstrato referindo uma coletividade ou uma instituição oficial” ou pode ser também o destinatário da ação.

Para sintetizar todas informações acerca de sujeito, verbo e complemento, criamos uma tabela para apresentar os diferentes tipos expostos acima, bem como para expor a escolha de denominação da autora para a análise da CRP:

Quadro 12 - Síntese dos tipos de sujeito, verbo e objeto.

	Tipos de sujeito	Tipos de verbo	Tipos de objeto
Castilho (2010)	Sujeito nominal; Sujeito discursivo; Sujeito semântico; Sujeito nulo	Predicativo agentivo Predicativo possessivo ou de transferência de posse Predicativo agentivo	Objeto direto; Objeto indireto;
Maciel (2008)	Sujeito gramatical; Sujeito agente; Sujeito pressuposto	Verbo transitivo de ação-processo; Verbo transitivo indireto; Verbo jussivo;	Complemento direto; Complemento indireto.
Terminologia adotada neste trabalho	Sujeito gramatical; Sujeito agente; Sujeito nulo	Verbo transitivo de ação-processo; Verbo transitivo indireto; Verbo jussivo;	Complemento direto; Complemento indireto.

Fonte: A autora

A terminologia escolhida para este trabalho busca se assemelhar àquela definida por Maciel para fins de complementação dos dois estudos.

3.4 PAPÉIS TEMÁTICOS

De acordo com o *Manual de Semântica: noções básicas e exercícios*, de Márcia Cançado (2005), os papéis temáticos compõem outro tema interessante relacionado à pesquisa proposta pois dizem respeito à ligação entre conceito mental e sentido, noção desenvolvida por Gruber (1965 *apud* CANÇADO, 2005, p. 109), Fillmore (1968 *apud* CANÇADO, 2005, p. 109) e Jackendoff (1972 *apud* CANÇADO, 2005, p. 109), “sob a alegação de que as funções gramaticais de sujeito, objeto e outras são insuficientes para traduzir certas relações existentes entre algumas construções” (CANÇADO, 2005, p. 109). Os papéis sintáticos são as funções que são atribuídas pelo verbo ao seu sujeito e seus complementos a partir de uma relação de sentido (CANÇADO, 2005, p. 110).

Além dos eventos relativos às ações, como os verbos “abrir” e “fechar”, existem também eventos mentais que expressam experiências que podem ser psicológicas, perceptivas e cognitivas. Não são em todos os casos que podemos classificar o sujeito como agente ou experienciador de um processo, ficando evidente que “as relações semânticas entre os verbos e

seus argumentos podem apresentar diferentes tipos de papéis temáticos” (CANÇADO, 2005, p. 110-111).

Alguns desses papéis são⁶:

Agente: desencadeador de alguma ação, capaz de agir com controle. Ex: *Maria* correu;

Causa: o desencadeador de alguma ação, sem controle. Ex: o *sol* queima a plantação;

Instrumento: o meio pelo qual a ação é desencadeada. Ex: João colou o vaso com *cola*;

Paciente: a entidade que sofre o efeito de alguma ação, havendo mudança de estado. Ex: João quebrou o *vaso*;

Tema: a entidade deslocada por uma ação. Ex: a *bola* atingiu o alvo;

Experienciador: ser animado que mudou ou está em determinado estado mental, perceptual ou psicológico. Ex: *João* pensou em/viu/ama *Maria*;

Beneficiário: a entidade beneficiada pela ação descrita. Ex: João pagou *Maria*;

Objetivo: entidade à qual se faz referência, sem que esta desencadeie algo, ou seja afetada por algo. Ex: João leu *um livro*;

Locativo: o lugar em que algo está situado ou acontece. Ex: Eu nasci em *Brasília*;

Alvo: a entidade para onde algo se move, tanto no sentido literal quanto metafórico. Ex: Sara jogou a bola para *Bruno*;

Fonte: a entidade de onde algo se move, tanto no sentido literal quanto metafórico. Ex: João voltou de *Paris*. (CANÇADO, 2005, p. 111-112)

Assim, podemos identificar os papéis temáticos dividindo-os em papéis temáticos do plano da ação (agente, experienciador, paciente, beneficiário, instrumento) e do plano temático (tema, alvo, fonte, locativo). Suas posições temáticas podem se associar à estrutura sintática por algum tipo de correspondência sistemática entre os papéis e as posições sintáticas ou pela escolha do verbo. A ordem canônica de uma frase esperada em português corresponde a: agente (sujeito) > tema (O.D.) > instrumento (adjunto da sentença) (CANÇADO, 2005, p. 115-116). Porém, é possível omitir o agente e ter o instrumento na posição de sujeito:

Exemplo dado por Cançado (2005, p. 116): *João* matou a galinha com a faca afiada. > *A faca afiada* matou a galinha.

⁶ As definições de cada papel temático e os exemplos foram os apresentados por Cançado em seu *Manual de Semântica*, nas páginas 111-112. A autora explica que esta lista é uma tentativa de constituir uma lista mais geral e que outros autores dão diferentes definições para os diversos tipos de papéis temáticos.

Nesse exemplo, a faca afiada assume papel temático de instrumento com o qual João matou a galinha nas duas frases, mas na segunda, o agente é omitido e o complemento que é instrumento assume a posição de sujeito.

O processo de diferentes papéis temáticos ocuparem a posição de sujeito é um processo hierárquico, conhecido como Princípio da Hierarquia Temática, exemplificado por Cançado como: **agente > experienciador/beneficiário > tema/paciente > instrumento > locativo** (CANÇADO, 2005, p. 117)

Nesse esquema, quanto mais próximo do lado esquerdo, mais os papéis temáticos têm preferência para a posição de sujeito, enquanto os que estão mais à direita possuem menos preferência para ocupar tal posição (CANÇADO, 2005, p. 117).

A partir dessas definições percebemos que talvez as noções de sujeito gramatical e agente não sejam suficientes para definir os papéis assumidos pelo sujeito e objeto. Assim, nos embasaremos nesses papéis temáticos para complementar a classificação dos sujeitos e complementos que acompanham os verbos performativos.

Nem todos os tipos de papéis temáticos estão representados na CRP, assim, encontraremos poucos, como:

Quadro 13 - Papéis temáticos encontrados na CRP

Papéis temáticos		
Tipo de papel temático	Descrição	Exemplo da CRP
Agente	Desencadeador de alguma ação, capaz de agir com controle	“ O presidente da República promulga as leis”
Paciente	A entidade que sofre o efeito de alguma ação, havendo mudança de estado	“ O acesso a cargos, trabalho ou categorias profissionais é vedado em função do sexo”
Beneficiário	A entidade beneficiada pela ação descrita	“Cabe recurso para o Tribunal Constitucional das decisões dos tribunais”
Tema	A entidade deslocada por uma ação	“Os deputados aprovam as alterações da Constituição”

Fonte: A autora

Durante a análise dos dados das tabelas, recuperaremos essas informações para auxiliá-los na identificação dos argumentos das frases.

4 ESTUDO DE CASO

Por meio deste estudo de caso, visamos compreender as motivações de tradução dos verbos performativos na Constituição da República de Portugal observando e comparando o texto constitucional em português com sua tradução para o francês. A partir de uma análise quantitativa, descreveremos os dados obtidos a partir da exploração dos textos de estudo, avaliando e buscando explicar as escolhas do tradutor, transformando o conhecimento advindo dessa metodologia em ferramenta para o tradutor.

4.1 MATERIAIS

4.1.1 Textos de estudo

Para proceder à pesquisa, foi preparado o texto constitucional de Portugal em português europeu e sua tradução para o francês. Por se tratar apenas de um texto e sua tradução, optamos pela nomenclatura “textos de estudo”, já que a palavra “corpus” abarca um conjunto de textos. A Constituição da República Portuguesa (CRP) é datada de 1976 e sua última revisão (versão utilizada nesta análise), VII revisão constitucional, data de 2005. O texto em português foi coletado do site da Assembleia da República de Portugal⁷. A tradução do texto constitucional para o francês também é disponibilizada no mesmo site, assim como a tradução da CRP para o inglês, porém, não há informações que permitam identificar quem foi o tradutor do texto nem em que data a constituição foi traduzida, havendo, então, um apagamento da figura do tradutor.

O texto em português apresenta 31.682 palavras (*tokens*), sendo 3.396 palavras diferentes (*types*), enquanto em francês são 36.287 *tokens* e 3.305 *types*.

Quadro 14- Relação de tokens e types no texto de partida (TP) e texto de chegada (TC)

	TP	TC	TP-TC
Tokens	31.682	36.287	-4605
types	3.396	3.305	+91
Ratio ty/to	10,71 %	9,10 %	+1,61

Fonte: A autora

A partir desses números, podemos perceber que o texto de chegada (TC), CRP em francês, apresenta uma quantidade de palavras, chamadas de *tokens*, de 14,54%, a mais que o texto de partida (TP) em português. Um dos motivos para esta diferença é que a língua francesa não omite o sujeito, exigindo que o argumento seja explícito, podendo ser, inclusive, o pronome impessoal “*il*”, do qual falamos no fim do subitem 3.1.5.

⁷ Disponível em: < <https://www.parlamento.pt/> >

Já o número de palavras únicas, chamadas de *types*, é bem próximo entre os dois idiomas, sendo o número de *types* do texto de partida 2,75% maior que o texto de chegada, o que significa que o(a) tradutor(a) não variou muito na escolha de tradução para uma determinada palavra e que estes tipos diferentes podem ser elementos específicos da língua francesa, como pronomes e artigos que são elididos com menos frequência nesse idioma.

Partindo desse par de textos, visamos verificar o comportamento dos verbos performativos no texto em português e analisar como esses verbos são traduzidos para o francês, identificando se o aspecto performativo do verbo é mantido ou não, e buscando encontrar um padrão na estruturação das frases traduzidas.

4.1.2 Coleta dos textos

Para obter os textos da constituição, acessamos o site da Assembleia da República de Portugal. A coleta do texto constitucional em português europeu ocorreu de forma mais simples, pois foi necessário apenas copiá-lo e colá-lo em um arquivo Word, para poder salvá-lo em .docx. Já o texto em francês proporcionou um pouco mais de dificuldade, pois, apesar de ser disponibilizado também pelo site da Assembleia, o arquivo estava em .pdf, o que requereu o auxílio de uma ferramenta on-line de conversão de textos em .pdf para .docx.

4.1.3 Preparação dos textos

Após a coleta dos textos constitucionais, foi necessário realizar a limpeza destes para melhor manipulação, por esse motivo os textos foram salvos em formato .docx, para que a ferramenta de localização e substituição do Word fosse utilizada. Foram usadas expressões de busca com caracteres coringas que permitiram eliminar espaços duplos, quebras de linha e seção, tabulações, numeração de páginas, entre outras expressões, que, quando inseridas na ferramenta “localizar e substituir” do Word, possibilitaram uma limpeza adequada no texto.

4.1.4 Alinhamento do texto de partida (TP) e do texto de chegada (TC)

Após a limpeza, o texto original e sua tradução foram alinhados com a ajuda da ferramenta online *YouAlign*. Uma vez alinhados, os textos foram salvos em .txt (sem formatação), separadamente, para a criação de uma base de dados com auxílio do *AntPConc*. Esta ferramenta possibilita a análise de textos paralelos que estejam codificados em UTF-8. Para fins de melhor organização, os textos da constituição dos dois idiomas foram salvos com os nomes CRP_PT e CRP_FR seguidos da data de modificação do arquivo, pois, no caso desta pesquisa, foram necessárias muitas versões para que o alinhamento e a limpeza funcionassem da forma desejada.

Após esses procedimentos, a base de dados foi criada por meio do programa *AntPConc*.

4.2 MÉTODOS

4.2.1 Exploração da base de dados

Por meio desta última ferramenta, deu-se início à extração dos verbos jurídicos performativos apresentados na CRP em português e suas respectivas traduções. Os verbos pesquisados no *AntPConc* foram os mesmos verbos trabalhados por Maciel (2008), sendo estes os verbos performativos *promulgar, consagrar, decretar e aprovar; caber, competir e incumbir; permitir, facultar, proibir e vedar*. Estes verbos foram organizados em uma planilha no programa Excel que apresenta, além das divisões de sujeito, predicado e objeto nos dois idiomas, colunas destinadas à identificação das versões em originais ou adaptações, numeração das linhas que pertenciam ao mesmo contexto, identificação do tipo de sujeito, verbo e objeto, e uma coluna para especificar a forma do verbo no infinitivo e sua regência. A tabela também possui colunas destinadas às acepções jurídicas dos verbos analisados.

As figuras abaixo ilustram a organização da planilha:

Figura 2 - Tabela SPO em português

A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K
ID	versões	Tipo de transformação	Tipo de Sujeito	Sujeito (S)	Predicado (P)	Objeto (O)	Tipo de Objeto	V. Loc.V. no infinitivo +	Tipo de Verbo	Acepção jurídica [Dicionário]
1										
2	1_00_Original		paciente	Os direitos fundamentais	consagrados	na Constituição	locativo			5. Garantir a valid:
	2_00_Original		paciente	direitos	consagrados	no seu estatuto	locativo			
3	3_00_Original	V. ativa	Suj. gramatical (objeto)	sujeito: oculto? nulo? nexistente?	compete	ao Representante da República assinar e mandar publicar os decretos legislativos	compl. agente com traços concreto, ativo e humano	competir + [a] + alguém	VTI	3. Ser da competência, da jurisdição ou da atribuição ou responsabilidade de; CABER [ti. + a : A decisão compete ao juiz.: Compete -lhe cuidar dos filhos.]
4	3_01_Adaptation_01	Nominalização	Suj. gramatical (objeto) - tema	A assinatura e a ordem de publicação dos decretos legislativos	compete	ao Representante da República	O.D.: nome inanima	assinar + algo	VTD	
5	3_02_SPO_01	Nominalização	Suj. gramatical (objeto) - tema	A assinatura dos decretos legislativos	compete	ao Representante da República	O.D.: nome inanima	mandar publicar + algo	VTD	
6	3_02_SPO_02	Nominalização	Suj. gramatical (objeto) - tema	a ordem de publicação dos decretos legislativos	compete	ao Representante da República				
7	4_00_Original	SPO	Suj. agente	Estado	consagre	garantias de um processo justo e equitativo				VT de ação - processo
8	5_00_Original	SPO	Suj. agente	A Assembleia Constituinte	decreta	a seguinte	O.D.	decretar +	VT de ação -	Estipular por

(continua)

Figura 3- Tabela SPO em francês

M	N	O	P	Q
Sujet (S)	Prédicat (P)	Objet (O)	V. Loc.V. Infinitif + RV	Acception juridique [Dictionnaire]
Les droits fondamentaux	consacrés	dans la Constitution	consacrer + qqch	- [L'obj. désigne un mot, une loc.] Adopter en conférant une signification particulière qu'on ne peut changer :
les droits	consacrés	dans son statut	consacrer + qqch	- [L'obj. désigne un mot, une loc.] Adopter en conférant une signification
Le Représentant de la République	signe et fait publier	les décrets législatifs		
Le Représentant de la République	signe et fait publier	les décrets législatifs		
Le Représentant de la République	signe	les décrets législatifs	signer + qqch	
Le Représentant de la République	fait publier	les décrets législatifs	faire publier + qqch	

Fonte: A autora

A partir dos verbos em contexto original, algumas frases foram adaptadas para que a estrutura profunda da frase, que chamaremos de SPO (estrutura que compreende Sujeito, Predicado e Objeto), ficasse facilmente identificável.

O conceito de estrutura de superfície e profunda foi desenvolvido por Chomsky (*Aspects de la théorie syntaxique*, 1965 *apud* MANCILHA, 2005). Nesse conceito, a estrutura de superfície é definida como aquilo que é falado ou escrito. A estrutura profunda (*deep structure*) é onde a relação entre sujeito e objeto é estabelecida, onde os léxicos são apresentados. É onde figuram todos os elementos necessários para a compreensão semântica (DUBOIS-CHARLIER; VAUTHERIN, 2008, p. 8). Assim, o que chamamos aqui de SPO é a simplificação da frase até alcançar a estrutura profunda, ou seja, a ideia principal, expressa pelo Sujeito, Predicado e Objeto.

Ao verificar, a partir dos SPO de cada idioma, que alguns verbos apresentavam mais de uma tradução possível, foi necessário montar fichas terminológicas contrastivas (FTC) para comparar as definições e as acepções de cada verbo apresentado como sugestão de tradução.

Além das definições dos verbos, foram pesquisados os sinônimos de cada um deles, para verificar se há relação de sinonímia. Vejamos um exemplo de FTC:

FTC_consagrar_consacrer_offrir

Quadro 15 - Análise do verbo 'consagrar' extraída das FTC

BR	FR	
Contextos: Os direitos fundamentais consagrados na constituição. Les droits fondamentaux consacrés dans la constitution. Estado consagre garantias de um processo. l'État demandeur offre les garanties d'un procès		
Consagrar	Consacrer	Offrir
1. Rel. Tornar sagrado; reservar ou dedicar (algo, alguém) à divindade (por meio de culto) ou ao serviço dela (por voto, promessa) 2. Rel. Realizar a conversão do pão e do vinho no corpo e no sangue de Jesus Cristo, por meio do rito da eucaristia. 3. Rel. Abençoar; celebrar religiosamente 4. Reconhecer ou ser reconhecido publicamente pelo valor, mérito; dar ou receber reconhecimento, notoriedade. 5. Garantir a validade de; CONFIRMAR; RATIFICAR; VALIDAR 5. Sancionar. [1]	A.- [L'obj. désigne un lieu liturgique ou non, un obj., une pers.] Revêtir d'un caractère sacré en dédiant à quelque divinité par une action rituelle. - [L'obj. désigne un mot, une loc.] Adopter en conférant une signification particulière qu'on ne peut changer : B.- [L'obj. désigne une chose ou une pers.] Affecter à une fin déterminée et parfois exclusive. D.- [L'obj. désigne une chose ou une pers.] Conférer la célébrité, rendre durable, sanctionner.	-Présenter quelque chose à quelqu'un, en souhaitant qu'il l'accepte. -Proposer les services d'une personne. — Note : Il s'emploie alors avec le nom de la personne comme complément direct. -(Spécialement) (Religion) Faire une offrande ou un don en hommage à Dieu. (En particulier) (Christianisme) Présenter à Dieu, en expiation de ses péchés. Proposer. Proposer de donner ou de faire à telle ou telle condition. (Figuré) Présenter à la vue ou à l'esprit. (Familier) Se payer quelque chose. OBS. "offrir" est collocation avec "donner/offrir des garanties "[1]
http://www.aulete.com.br/consagrar	https://www.cnrtl.fr/definition/consacrer	https://www.le-dictionnaire.com/definition/offrir
Sinônimos: Garantir a legitimidade de algo: 4. confirmar, ratificar, sancionar, abonar, acolher, aprovar, autorizar, legitimar, reconhecer, validar. [fonte]	Synonymes: dédier, affecter, appliquer, destiner, donner, vouer, accorder, bénir, sacrer, oindre, sanctifier, inaugurer, affermir, sanctionner, ratifier, confirmer, entériner, adonner, attacher, atteler, attribuer, cultiver, dévouer, employer, livrer, sacrifier, vaquer [fonte]	Synonymes: relation, proposer, présenter, donner, dédier, faire hommage, acheter, acquiescer, allouer, assigner, concéder, exposer, fournir, immoler, livrer, pourvoir, procurer, produire, sacrifier, soumettre, suggérer, tendre [fonte]

Fonte: A autora

Como pode-se verificar na FTC, a primeira informação dada é o contexto em que o verbo está inserido nos dois idiomas. A partir disso, buscamos a definição dos diferentes verbos que aparecem na tradução nos dicionários online supracitados e os sinônimos de cada um dos

verbos. E a partir desse material coletado, foi feita uma análise para identificar a motivação da escolha de diferentes verbos e, caso fosse aplicável, foram dadas algumas novas sugestões de tradução.

4.3 DESCRIÇÃO DOS DADOS

Como mencionado no capítulo anterior, escolhemos analisar as categorias de verbos que são trabalhadas por Maciel (2008, p. 6-7), são elas:

- Verbos que criam uma norma jurídica ao serem proferidos – categoria composta pelos verbos *promulgar*, *consagrar*, *decretar* e *aprovar*;
- Verbos que dotam determinados indivíduos e/ou instituições com uma parcela do poder governamental – composta pelos verbos *cabere*, *competir* e *incumbir*;
- Verbos que ordenam o comportamento em uma sociedade politicamente organizada – composta pelos verbos *permitir*, *facultar*, *proibir* e *vedar*.

Com estes verbos, compomos uma tabela Excel para facilitar a exploração dos dados.

A partir do texto da CRP em português, fizemos uma primeira pesquisa para verificar o número de ocorrência de cada verbo utilizando uma expressão de busca coringa no programa *AntConc*:

Quadro 16 - Resultados de pesquisas dos verbos na CRP em português com o *AntConc*

Expressão de busca	Resultados esperados	Nº de ocorrências	Exemplos
promulg*	Promulgamos, promulgo, promulga, promulgar, promulgado	17 oc.	<ul style="list-style-type: none"> • compete ao presidente da república promulgar e mandar publicar as leis, os decretos-leis e os decretos regulamentares; • deve o Presidente da República promulga-lo [o decreto]
consagr*	Consagra, consagramos, consagro, consagrado	3 oc.	<ul style="list-style-type: none"> • Direitos consagrados no seu estatuto • Estado consagre garantias de um processo
decret*	Decreta, decretamos, decreto, decretado	60 oc.	<ul style="list-style-type: none"> • A Assembleia Constituinte decreta a seguinte Constituição da República • A prisão preventiva tem natureza excepcional, não sendo decretada nem mantida sempre que possa ser aplicada caução
aprov*	Aprovo, aprova, aprovamos, aprovado	56 oc.	<ul style="list-style-type: none"> • compete ao governo aprovar os acordos internacionais • Os trabalhadores deliberam a constituição, aprovam os estatutos e elegem, por voto directo e secreto, os membros das comissões de trabalhadores.
cab* coub* caib*	Cabe, coube, caiba	5 oc.	<ul style="list-style-type: none"> • Cabe recurso para o Tribunal Constitucional das decisões dos tribunais • A iniciativa do processo cabe à Assembleia da República

compet*	Compete	128 oc.	<ul style="list-style-type: none"> • Compete às associações sindicais exercer o direito de contratação colectiva • O julgamento da regularidade e da validade dos actos de processo eleitoral compete aos tribunais
incumb*	Incumbe	16 oc.	<ul style="list-style-type: none"> • Na administração da justiça incumbe aos tribunais assegurar a defesa dos direitos • Incumbe ao Estado estimular a construção privada
permit*	Permite, permitimos, permito, permitido	4 oc.	<ul style="list-style-type: none"> • Não é permitida a acumulação de empregos ou cargos públicos • Incumbe ao Estado organizar as estruturas jurídicas e técnicas que permitam o exercício de uma maternidade e paternidade conscientes
facult*	Faculta,	1 oc.	<ul style="list-style-type: none"> • A organização do trabalho em condições socialmente dignificantes, de forma a facultar a realização pessoal e a permitir a conciliação da actividade profissional com a vida familiar;
proib*	Proibe, proibimos, proibido	10 oc.	<ul style="list-style-type: none"> • é proibido o trabalho de menores em idade escolar • é proibido o acesso a dados pessoais de terceiros
ved*	Vedo, vedamos, vedado	3 oc.	<ul style="list-style-type: none"> • A lei pode definir sectores básicos nos quais seja vedada a actividade às empresas privadas e a outras entidades da mesma natureza • A igualdade de oportunidades na escolha da profissão ou género de trabalho e condições para que não seja vedado ou limitado, em função do sexo, o acesso a quaisquer cargos, trabalho ou categorias profissionais

Fonte: A autora

Para que a pesquisa encontrasse o maior número de verbos e suas diferentes flexões, foi usado o asterisco (*) como caractere coringa. Uma única expressão foi suficiente para encontrar estes verbos por se tratar de verbos regulares, a única exceção sendo o verbo “caber”, que, por ser irregular e possuir radicais diferentes, precisou de uma expressão que pudesse buscar todas essas formas: (cab* | coub* | caib*).

4.3.1 A elaboração da tabela SPO

A tabela SPO, que foi montada no programa Excel, reuniu todas as ocorrências dos verbos em contexto original para que as frases fossem analisadas e transformadas, conforme necessidade, para alcançar o que chamamos de SPO, que é a estrutura profunda da frase que revela o sujeito, o predicado e o objeto, assim as linhas da tabela se desdobraram em várias outras, que são as versões, até alcançarmos o SPO de cada verbo.

4.3.2 A análise dos verbos

A estrutura profunda de uma frase, SPO, nos permite observar se há um padrão nas estruturas, identificando, por exemplo, os papéis semânticos que podem ser adotados pelo sujeito e pelo complemento, e a influência do verbo para a escolha destes.

Analisando as frases da tabela SPO, observamos que um mesmo verbo foi traduzido para mais de um verbo na língua francesa e, então, com o apoio das definições de dicionários e sinônimos dos verbos, buscamos entender o que motivou as diferentes traduções. Apresentaremos os verbos segundo a classificação de Maciel, destacando as observações feitas por nós.

4.3.2.1 Verbos que criam uma norma jurídica ao serem proferidos (promulgar, consagrar, decretar e aprovar)

4.3.2.1.1 Verbo “promulgar”

O verbo “promulgar” se apresenta, na CRP, traduzido da seguinte forma:

Quadro 17 - Verbo "promulgar" extraído da planilha SPO em contexto original

PORTUGUÊS				FRANCÊS		
ID	Sujeito (S) ⁸	Predicado (P)	Objeto (O)	Sujet (S)	Prédictat (P)	Objet (O)
15	compete ao presidente da república:	promulgar	e mandar publicar as leis, os decretos-leis e os decretos regulamentares	Les pouvoirs propres du Président de la République sont les suivants :	promulguer	et faire publier les lois, les ordonnances et les décrets réglementaires
81	deve o Presidente da República	promulgá	-lo [o decreto]	Le Président de la République	doit promulguer	tout décret
85	No prazo de vinte dias contados da recepção de qualquer decreto da Assembleia da República para	ser promulgado +	como lei orgânica	Le même jour où il adresse au Président de la République un décret qui	doit être promulgué	sous forme de loi organique

Fonte: A autora

No ID 15 do quadro acima, podemos perceber que o tradutor não traduziu o verbo “competir” que se localiza na célula do sujeito. Esse verbo de atribuição de competência foi

⁸ Doravante utilizaremos apenas as iniciais **S**, **P**, **O** para diferenciar o sujeito, predicado e objeto nas tabelas.

substituído por: *Les pouvoirs propres du <entidade> sont les suivants*. Mas a estrutura de enumeração do texto em português foi mantida pelo uso de dois pontos (:). No ID 81, a tradução já foi feita resgatando a estrutura profunda, SPO, apresentando primeiro o sujeito (que realiza a ação, ou seja, agente), o verbo com o auxiliar *devoir* e o objeto direto.

Apesar de estar inserido, segundo a análise de Maciel, na categoria que tem como características a presença do verbo transitivo de ação-processo e do sujeito agente, o verbo “promulgar”, nos contextos acima, se apresenta de forma diferente. Observa-se que este verbo, nos exemplos do Quadro 17 é precedido de um verbo auxiliar (“competir”, “dever” e “ser”, respectivamente). Retirando estes verbos auxiliares da frase e destacando os verbos principais, obtemos as seguintes frases, conforme transformações propostas pela autora:

Quadro 18 - Frases do verbo "promulgar" após transformações propostas pela autora

PORTUGUÊS				FRANCÊS		
ID	S	P	O	S	P	O
15	o presidente da República	promulga	as leis	le président de la République	promulgue	les lois
81	o presidente da República	promulga	o decreto	Le Président de la République	promulgue	tout décret

Fonte: A autora

A partir da análise dos Quadro 17 e Quadro 18, percebemos que a figura do “Presidente da República” ocupa a posição de sujeito, nos IDs 15, 81 e 85 e também nas outras ocorrências do verbo na Tabela SPO. Podemos então inferir que o verbo “promulgar” é sempre acompanhado de um sujeito agente que, com valor semântico de entidade, instituição ou função pública, realiza a ação e de um objeto direto (tema) representado por um texto normativo.

Quadro 19 - Síntese da estrutura frasal com o verbo "promulgar"

Tipo de sujeito	Verbo	Tipo de objeto
O presidente da República	promulga	as leis
Sujeito agente (função pública)	promulga	Objeto direito (texto normativo)

Fonte: A autora

Esse mapeamento de estrutura da frase auxilia o processo tradutório para que a tradução expresse de forma clara o sentido do texto original. Ou seja, comparando o texto em português e em francês, o tradutor percebe que o verbo “promulgar” não possui variações de tradução, sendo traduzido pelo seu correspondente *promulguer* e identifica também que para alcançar a

estrutura SPO das frases, o verbo auxiliar que acompanha o verbo performativo pode ser elidido, destacando o verbo principal.

Quadro 20 – Síntese de traduções do verbo “promulgar”

Verbo performativo: Tipo 1	Verbos em tradução	Observações
Promulgar	Verbo 1 em francês (<i>promulguer</i>)	Este verbo não apresenta outras variações de tradução

Fonte: A autora

4.3.2.1.2 Verbo “consagrar”

O verbo “consagrar”, que possui apenas três ocorrências na CRP, aparece traduzido pelos verbos *consacrer* e *offrir*. As duas ocorrências que aparecem traduzidas por *consacrer* possuem a seguinte estrutura: sujeito gramatical (objeto) + verbo no particípio passado + complemento, como veremos no contexto original:

Quadro 21 - Trechos extraídos da tabela SPO referente ao verbo “consagrar” em contexto original

PORTUGUÊS				FRANCÊS		
ID	S	P	O	S	P	O
1	Os direitos fundamentais	consagrados	na Constituição	Les droits fondamentaux	consacrés	dans la Constitution
2	direitos	consagrados	no seu estatuto	Les droits	consacrés	dans son statut

Fonte : A autora

Nesse caso, o verbo no particípio passado revela que a ação sobre o sujeito já aconteceu, ou seja, o “direito” já sofreu a ação de ser consagrado, logo, podemos atribuir a ele o papel temático de /paciente/. Porém, a frase não expressa quem foi o responsável por essa ação de consagrar pois o sujeito agente não é mencionado, mas sabemos que ele existe. Como vimos no item 3.1.1, a agentividade do sujeito favorece sua elisão por ser um sujeito pressuposto, assim, as frases são expressas na voz passiva pois supõe-se que o leitor já saiba quem é este sujeito que executa a ação, que, no caso da CRP, é a Assembleia Constituinte, apresentada no preâmbulo do texto constitucional. Essa elisão do sujeito agente também ocorre com outros verbos, como veremos adiante.

Quanto à escolha do verbo, de acordo com a obra *Juridictionnaire* (2018), o verbo *consacrer*, quando referido a “direitos”, poderia ser, ainda, substituído por outros. Segundo Picotte (2018), esse verbo aparece como sinônimo de verbos como *crystalliser*, que descreve a mudança de estado de um fenômeno que antes era mutante, evolutivo, e se concretiza, tornando-

se fixo, estabelecendo sua forma definitiva. O termo *crystallisation* é muito usado para falar sobre direitos, regras, princípios e métodos, e como, nesse contexto, o objeto da oração é justamente "direitos", poderia se dizer "les droits **consacrés** | **crystallisés** dans la Constitution" (PICOTTE, 2018. p. 1302).

No Canadá, essas frases poderiam ser traduzidas pelo verbo *enchâsser*, que significa "prescrever expressamente os direitos em um regime, um quadro constitucional"⁹ (PICOTTE, 2018. p. 1664). Esse termo, entretanto, é criticado por ser um decalque de metáforas inglesas que suscitam o sentido figurado de dois verbos cujas significações são complementares *to enshrine* e *to entrench*. O primeiro implica um sentido religioso de conservar religiosamente, portanto, fazer parte integrante de algo, como exemplo de Picotte (2018): Ex. 11 - *Nos droits fondamentaux font partie intégrante* ("are enshrined") *de la Constitution* (PICOTTE, 2018, p. 1665).

O segundo verbo evoca uma imagem militar de algo entrincheirado, confinado, e, no sentido figurado, algo bem consolidado: Ex. 12 - *Le principe de la primauté du droit est fermement implanté dans la common law* (PICOTTE, 2018, p. 1665).

Por isso, em uma formulação mais francesa, ou seja, no francês da França, os direitos e liberdades constitucionalizados serão inscritos (*inscrits*), consagrados (*consacrés*) e garantidos (*garantis*) na Constituição (PICOTTE, 2018. p. 1665).

Quadro 22- Síntese da estrutura frasal com o verbo "consagrar"

Tipo de sujeito	Verbo	Tipo de objeto
O direito	É + consagrado	Na Constituição
Sujeito gramatical	É + consagrado	Objeto indireto (texto normativo)

Fonte: A autora

Transformando a frase para a ordem direta, obtemos o seguinte resultado:

Quadro 23 - Síntese da estrutura frasal com o verbo "consagrar" na ordem direta

Tipo de sujeito	Verbo	Tipo de objeto
A Constituição	consagra	o direito
Sujeito agente (texto normativo)	consagra	Objeto direto (tema)

Fonte: A autora

⁹ Do original : Enchâsser, c'est prescrire expressément des droits dans un régime, un cadre constitutionnel. (Tradução nossa)

Segundo o *Juridictionnaire* (PICOTTE, 2018. p. 866), o verbo *consacrer* aparece também como sinônimo do verbo *sactionner* que significa confirmar, aprovar legalmente ou oficialmente.

A outra tradução dada ao verbo “consagrar”, na CRP, é *offrir*:

Quadro 24 - Trechos extraídos da tabela SPO referente ao verbo "consagrar" em contexto original

PORTUGUÊS				FRANÇÊS		
ID	S	P	O	S	P	O
4	Estado	consagre	garantias de um processo justo e equitativo	l'État demandeur	offre	les garanties d'un procès juste et équitable

Fonte: A autora

Neste contexto, o sujeito possui o papel temático de /agente/ e função de entidade pois é ele quem executa a ação descrita pelo verbo, e o objeto direto assume o papel de /tema/.

Quadro 25- Síntese da estrutura frasal com o verbo "consagrar"

Tipo de sujeito	Verbo	Tipo de objeto
O Estado L'État	Consagra offre	Garantias les garanties
Sujeito agente (entidade)	Consagra offre	Objeto direito (tema)

Fonte: A autora

O verbo *offrir* não possui acepção jurídica semelhante ao verbo em português (ver FTC_consagrar_consacrer_offrir), porém, de acordo com o dicionário de coocorrências do TERMIUM¹⁰, o substantivo *garantie* apresenta coocorrências com determinados verbos e, entre eles, o verbo *offrir*:

¹⁰ Disponível em: <https://www.btb.termiumplus.gc.ca/tpv2guides/guides/cooc/index-fra.html?lang=fra>.

Figura 4 -Resultado da pesquisa "garantie" no dicionário de coocorrências TERMIUM

Rechercher dans **TERMIUM Plus®**

Pour commencer votre recherche, cliquez sur la première lettre du mot voulu dans l'alphabet ci-dessous.

garantie

A B C D E F G H I J K L M N O P Q R S T U V W X Y Z

garantie

1 sur 10 fiches

◀▶

certaine, excellente, illusoire, implicite, sérieuse, solide, (in)suffisante, sûre, totale.

Demander, détenir, donner, exiger, fournir, obtenir, offrir, prendre, présenter, recevoir, réclamer, stipuler une/des ~(s); avoir, donner la ~ que (...); s'entourer de ~s; prêter contre/sous ~; conserver, donner en ~.

© Travaux publics et Services gouvernementaux Canada, 2019
 TERMIUM Plus®, la banque de données terminologiques et linguistiques du gouvernement du Canada
 Outils d'aide à la rédaction - Dictionnaire des cooccurrences
 Un produit du Bureau de la traduction

Fonte : Dictionnaire de cooccurrences TERMIUM (2001)

A verificação de coocorrência entre verbo e substantivo é um fator relevante na escolha do verbo pois, nesse caso, a tradução não foi motivada pela definição do verbo, e sim pela relação de coocorrência evidenciada pelo dicionário TERMIUM. Assim, podemos destacar a relevância dessa observação de relações entre verbo e substantivo pelo tradutor visando a melhor escolha de palavras para que a tradução não soe de forma “estranha” na língua de chegada.

Quadro 26 – Síntese de traduções do verbo “consagrar”

Verbo performativo: Tipo 1	Verbos em tradução	Observações
Consagrar	Verbo 1 em francês (<i>consacrer</i>)	Apresenta mais ocorrências na CRP
	Verbo 2 em francês (<i>offrir</i>)	Tradução do verbo influenciada pelo substantivo que o acompanha

Fonte: A autora

4.3.2.1.3 Verbo “decretar”

Apesar de existir o verbo *décreter* na língua francesa, “decretar” foi traduzido pelos verbos *adopter* e *prononcer*, como podemos ver nos exemplos abaixo:

Quadro 27- Trechos extraídos da tabela SPO referente ao verbo "decretar" em contexto original

ID	PORTUGUÊS			FRANCÊS		
	(S)	(P)	(O)	(S)	(P)	(O)
5	A Assembleia Constituinte	decreta	a seguinte Constituição da República	L'Assemblée constituante	adopte	la Constitution de la République portugaise dont le texte suit

Fonte: A autora

Neste contexto, o sujeito é /agente/ com valor semântico de *entidade*, com verbo na voz ativa e objeto direto que funciona como o /tema/ da oração. O verbo *adopter* possui uma acepção que pode ser considerada jurídica por ser relacionada à assembleia deliberante, deliberação de algo etc. (ver FTC_decretar_adopter_prononcer_décreter), mas a preferência para seu uso nesse contexto se dá, também, por outro motivo. No dicionário de coocorrências do TERMIUM, o substantivo “constituição” é acompanhado, entre outros, do verbo *adopter*:

Figura 5 - Resultado da pesquisa "constitution" no dicionário de coocorrências TERMIUM

The screenshot shows the search interface for 'constitution' in the TERMIUM Plus database. It includes a search bar with the word 'constitution', a search button, and a navigation bar with letters A-Z. Below the search bar, the word 'constitution' is highlighted. The results section shows '1 sur 1 fiches' and provides detailed information about the word, including its grammatical forms and associated verbs.

constitution

1 sur 1 fiches

(*conformation, santé*) bonne, chétive, débile, de fer, délicate, faiblarde, faible, forte, fragile, herculéenne, malingre, robuste, saine, solide, vigoureuse.

Avoir une ~ (+ *adj.*); être d'une ~ (+ *adj.*).

(*polit.*) bonne, démocratique, forte, saine, solide.

Adopter, abroger, amender, appliquer, compléter, discuter, donner, édicter, élaborer, établir, faire, fixer, modifier, préparer, promulguer, ratifier, rédiger, réformer, respecter, réviser, transgresser, violer, voter une ~; se doter d'une ~. La ~ déclare, prévoit, stipule.

© Public Works and Government Services Canada, 2019
 TERMIUM Plus®, the Government of Canada's terminology and linguistic data bank
 Writing tools – Dictionnaire des cooccurrences
 A product of the Translation Bureau

Fonte : Dictionnaire de cooccurrences TERMIUM (2001)

Percebemos que o verbo *décreter* não consta nessa lista de coocorrência, assim como a outra tradução do verbo utilizada na CRP, *prononcer*. Então, assim como no caso do Verbo “consagrar”, visto anteriormente, a escolha do verbo foi condicionada pelo substantivo que o acompanha.

As outras ocorrências do verbo são traduzidas por *prononcer*, que possui duas fortes acepções jurídicas, segundo a FTC_decretar_adopter_prononcer_décreter:

Quadro 28- Trechos extraídos da tabela SPO referente ao verbo "decretar" em contexto original

ID	PORTUGUÊS			FRANÇÊS		
	(S)	(P)	(O)	(S)	(P)	(O)
11	A prisão preventiva tem natureza excepcional,	não sendo decretada	nem mantida sempre que possa ser aplicada caução	La détention provisoire est de nature exceptionnelle, elle	ne peut être prononcée	ni maintenue dès lors que l'application d'une caution

39	Internamento de portador de anomalia psíquica em estabelecimento terapêutico adequado,	decretado	ou confirmado por autoridade judicial competente	internement d'une personne atteinte d'une anomalie psychique dans un établissement thérapeutique adapté,	prononcée	ou confirmé par l'autorité judiciaire compétente.
-----------	--	------------------	--	--	------------------	---

Fonte: A autora

Na tabela acima, observa-se que a posição do sujeito (S) é preenchida por um sujeito gramatical, “a prisão preventiva e o internamento de portador de anomalia”, que é objeto da frase; o verbo, em ambos os casos, se encontra na voz passiva; e, no ID 39, a entidade responsável pela ação da frase se apresenta no complemento.

Buscando alcançar a estrutura profunda da frase, o SPO, fizemos seguintes adaptações:

Quadro 29 – Transformações de frases do verbo "decretar" propostas pela autora

PORTUGUÊS				FRANCÊS		
ID	(S)	(P)	(O)	(S)	(P)	(O)
11	<Ø>	não decreta	a prisão preventiva com aplicação de caução	<Ø>	ne prononce	la détention provisoire dès lors que l'application d'une caution
39	autoridade judicial competente	decreta	internamento de portador de anomalia psíquica em estabelecimento terapêutico adequado,	l'autorité judiciaire compétente	prononce	l'internement d'une personne atteinte d'une anomalie psychique dans un établissement thérapeutique adapté

Fonte: A autora

Pudemos perceber que a estrutura da frase do ID 11 acima não explicita a presença de um sujeito, sendo este representado pelo símbolo de vazio (Ø), mas como visto no subitem 3.1.5, isso significa que o sujeito agente, que é o responsável por executar a ação, é pressuposto, ou seja, podemos considerar que o agente dessa frase é aquele explícito no preâmbulo da Constituição, no caso, a Assembleia Constituinte.

Já no ID 39 da tabela acima, conseguimos adaptar a frase alcançando o SPO pois o sujeito agente estava, na versão original, ocupando a posição do complemento.

Sintetizando as estruturas com o verbo “decretar”, tanto a original na voz passiva, quanto a transformação para a voz ativa, obtemos o seguinte quadro:

Quadro 30- Síntese de estruturas frasais observadas com o verbo "prononcer"

Sujeito (S)	Predicado (P)	Objeto (O)
Internamento de portador de anomalia	decretado	por autoridade judicial competente
Sujeito gramatical - tema	Verbo na voz passiva	Complemento direto ou preposicionado por "par" (no caso do complemento ser a entidade agente)
autoridade judicial competente	decreta	internamento de portador de anomalia
Sujeito agente - entidade	Verbo na voz ativa	Complemento direto (objeto da oração)

Fonte: A autora

Vimos acima que o verbo *décreter*, que seria uma tradução literal de "decretar" existe na língua francesa, mas por que não foi usado? Apesar de ter acepções que se assemelham bastante àquelas do português, o verbo em francês tem um sentido muito mais forte que o verbo *prononcer*, e é dotado de uma imperatividade que pode ser inadequada a certos contextos. Apesar disso, o verbo *prononcer* apresenta o verbo *décreter* como um de seus sinônimos, então, para a realização de uma tradução satisfatória, é interessante que o tradutor faça uma pesquisa para verificar o uso do verbo no contexto do texto a ser traduzido.

O verbo "decretar" apresentou várias possibilidades de tradução, por isso, reforçamos a importância de verificação do contexto para a escolha da melhor opção a ser inserida na tradução deste verbo.

Quadro 31 – Síntese de traduções do verbo "decretar"

Verbo performativo: Tipo 1	Verbos em tradução	Observações
Consagrar	Verbo 1 em francês (<i>adopter</i>)	Apresenta mais ocorrências na CRP
	Verbo 2 em francês (<i>prononcer</i>)	Tradução do verbo influenciada pelo substantivo que o acompanha
	Verbo 3 em francês (<i>décreter</i>)	Tradução literal. Deve ser observado o contexto de uso pois possui sentido mais forte que os outros verbos.

Fonte: A autora

4.3.2.1.4 Verbo "aprovar"

O verbo "aprovar" aparece na CRP traduzido pelos verbos *voter*, *approuver* e *arrêter*:

Quadro 32 - Trechos extraídos da tabela SPO referente ao verbo "aprovar" em contexto original

PORTUGUÊS				FRANCÊS		
ID	(S)	(P)	(O)	(S)	(P)	(O)

20	A Assembleia Constituinte	aprova	a seguinte Constituição da República	L'Assemblée constituante	vote	la Constitution de la République portugaise dont le texte suit
21	Compete à Assembleia Legislativa da região autónoma	aprovar	o seu regimento	L'assemblée législative de la région autonome	arrête	son propre règlement
32	Os trabalhadores deliberam a constituição	aprovam	os estatutos e elegem, por voto directo e secreto, os membros das comissões de trabalhadores.	Les travailleurs décident de la constitution de comités de travailleurs,	approuvent	leurs statuts et élisent leurs membres au scrutin direct et secret.

Fonte: A autora

A escolha do verbo *voter* para a tradução do ID 20 acima pode ser motivada pelas definições do verbo (ver FTC_aprovar_voter_approuver_arrêter) que são compatíveis com o contexto acima apresentado e mais influente que a definição do verbo, pela coocorrência deste com o substantivo “constituição”. Como visto na Figura 5, a palavra *constitution* possui alguns verbos específicos que a acompanham, e o verbo *voter* está entre estes.

O segundo exemplo, representado pelo ID 21, apresenta o verbo “aprovar” precedido de um verbo auxiliar modal, o verbo “competir”. Em francês, vemos que o tradutor optou por transformar a frase excluindo o verbo modal, evidenciando o SPO. O verbo usado na tradução dessa frase foi *arrêter* que, segundo o *Juridictionnaire* (2018), em uma das suas acepções, fixa e determina datas, papel de audiência e também adota regimentos, diretivas (ver FTC_aprovar_voter_approuver_arrêter). Foi feita, então, uma pesquisa avançada no Google, com uso de expressão específica, para identificar se havia ocorrências da mesma estrutura da frase com o verbo *approuver* e *arrêter* e a quantidade de cada:

Quadro 33 - Expressões de busca de coocorrência entre os verbos "approuver" e "arrêter" com o substantivo "règlement"

Expressão de busca	Número de ocorrências
"le la * arrête le règlement *"	Aproximadamente 32 resultados (0,57 segundos)
"le la * approuve le règlement *"	Aproximadamente 11.700.000 resultados (0,45 segundos)

Fonte: A autora

O uso de aspas na expressão de busca restringe a pesquisa para que a ferramenta de busca procure as palavras na mesma ordem em que são apresentadas. A barra vertical funciona como um caractere condicional, que pesquisa ambas as palavras que elas separam, assim,

aparecerão tanto as frases que apresentam o artigo masculino (*le*) quanto o artigo feminino (*la*). E, por fim, o asterisco funciona como um caractere coringa, que pesquisará qualquer palavra ou palavras que estejam naquela posição.

Apesar de possuir mais ocorrências com o verbo *approuver*, a tradução de “aprovar” por *arrêter* é possível devido suas acepções e o contexto em que está inserido, que é o de adotar regimento (ver FTC_aprovar_voter_approuver_arrêter).

Por fim, o ID 32, foi traduzido por seu correspondente “literal”, o verbo *approuver*, que possui diversas acepções jurídicas e é o que mais apresenta sinônimos em comum com o verbo em português (ver FTC_aprovar_voter_approuver_arrêter). Segundo o *Juridictionnaire*, na linguagem jurídica, esse verbo significa dar consentimento a alguma coisa, conferir pleno efeito a algo (aprovar um casamento, por exemplo), autorizar algo por decisão administrativa e torná-la executória e definitiva (PICOTTE, 2018. p. 186).

Há, ainda, uma ocorrência do verbo *approuver* na voz passiva:

Quadro 34- Trechos extraídos da tabela SPO referente ao verbo "aprovar" na voz passiva em contexto original

PORTUGUÊS				FRANCÊS		
ID	(S)	(P)	(O)	(S)	(P)	(O)
29	As alterações da Constituição	são aprovadas	por maioria de dois terços dos Deputados em efectividade de funções.	Les modifications de la Constitution	sont approuvées	à la majorité des deux tiers des députés en exercice.

Fonte: A autora

Aqui a frase apresenta o sujeito gramatical na posição inicial e o agente está inserido no complemento da frase, por isso, o verbo é conjugado na voz passiva. Transformando a frase em SPO, obtemos o seguinte resultado:

Quadro 35- Transformação SPO do verbo "aprovar" para a voz ativa proposta pela autora

PORTUGUÊS				FRANCÊS		
ID	(S)	(P)	(O)	(S)	(P)	(O)
29	os deputados	aprovam	As alterações da Constituição	les députés	approuvent	Les modifications de la Constitution

Fonte: A autora

Analisando os dados da tabela acima, podemos ver que a estrutura SPO das frases pode ser resumida e esquematizada da seguinte forma: sujeito agente, com valor semântico de entidade, representado por uma função política ou grupo, verbo na voz ativa e objeto direto que

assume papel temático de tema ou sujeito gramatical + verbo na voz passiva + complemento (que pode incluir nele o sujeito agente):

Quadro 36- Síntese das estruturas das frases com o verbo “aprovar”

Estruturas das frases com o verbo “aprovar”		
Tipo de sujeito	Tipo de verbo	Tipo de objeto
As alterações da Constituição	são aprovadas	por maioria de dois terços dos Deputados
Sujeito gramatical - tema	Verbo – voz passiva	Objeto indireto (uso da preposição “por”) + sujeito agente
os deputados	aprovam	As alterações da Constituição
Sujeito agente	Verbo – voz ativa	Objeto direto - tema

Fonte: A autora

Em resumo, as traduções apresentadas para o verbo “aprovar” são:

Quadro 37 – Síntese de traduções do verbo “aprovar”

Verbo performativo: Tipo 1	Verbos em tradução	Observações
aprovar	Verbo 1 em francês (<i>voter</i>)	Tradução do verbo influenciada pelo substantivo que o acompanha
	Verbo 2 em francês (<i>arrêter</i>)	Tradução do verbo influenciada pelo substantivo que o acompanha
	Verbo 3 em francês (<i>approuver</i>)	Tradução literal.

Fonte: A autora

4.3.2.2 Verbos que dotam determinados indivíduos e/ou instituições com uma parcela do poder governamental

4.3.2.2.1 Verbo “caber”

Em português, as três estruturas recorrentes encontradas com o verbo “caber” são:

1. Cabe a + alguém + fazer algo
2. A alguém + cabe + fazer algo
3. **Algo + cabe + a alguém. (SPO)**

Observa-se que nenhuma das três estruturas apresenta o <alguém> como sujeito agente, o que significa que este verbo possui sujeito inexistente, por isso, nem por meio de adaptações considerando a Assembleia Constituinte como sujeito pressuposto é possível preencher o espaço do sujeito senão pelo sujeito gramatical. Deste modo, a única alteração feita para alcançar o SPO em português foi a nominalização que é o processo de transformar um verbo em um substantivo (NOMINALIZAÇÃO, 2019).

Analisando as ocorrências da CRP, vemos que o verbo “caber”, que possui apenas 5 ocorrências em todo o texto, apresenta 3 predicados diferentes em francês, sendo estes os verbos *saisir*, *appartenir* e *réguler*. Observamos algumas “condições” que podem ter motivado a escolha de cada um desses verbos. A primeira delas é quanto ao verbo *saisir*, que aparece precedido sempre de uma entidade:

Quadro 38- Trechos originais extraídos da tabela SPO referente ao verbo "caber" em contexto original

PORTUGUÊS				FRANÇÊS		
ID	(S)	(P)	(O)	(S)	(P)	(O)
34	Ø	Cabe	recurso para o Tribunal Constitucional das decisões dos tribunais	La Cour constitutionnelle	est saisi	des recours formés contre les décisions de justice
36	Ø	cabe	ainda recurso para o Tribunal Constitucional, obrigatório para o Ministério Público, das decisões dos tribunais que apliquem norma anteriormente julgada inconstitucional ou ilegal pelo próprio Tribunal Constitucional	Le ministère public	doit saisir	d'office la Cour constitutionnelle contre les décisions de justice qui appliquent une norme déjà jugée inconstitutionnelle ou illégale par la Cour constitutionnelle

Fonte: A autora

Este verbo pode causar muita dúvida durante sua tradução, pois se trata de um verbo que apresenta polissemia interna e externa. O verbo *saisir* apresenta diversas acepções na linguagem comum e também em outras áreas específicas do conhecimento, segundo o dicionário CNRTL (SAISIR, 2012), e, no *Juridictionnaire*, apresenta mais cinco acepções apenas do âmbito jurídico.

Segundo o *Juridictionnaire* (PICOTTE, 2018), o verbo *saisir* é usado na voz ativa para identificar *l'acte de saisir*, e, na voz passiva, *être saisi*. No primeiro exemplo do quadro acima, ID 34, vemos que, em francês, a entidade está na posição do sujeito, mas é classificada como sujeito gramatical por não ser quem executa a ação, e sim quem se beneficia desta, que está descrita pelo complemento. Assim, o sujeito gramatical assume o papel temático de beneficiário do complemento da frase. Por isso, a frase se encontra na voz passiva.

Já no segundo exemplo, do ID 36, o sujeito da frase em francês *Le ministère public* assume o papel de agente da ação, pois ele atribui a ação à *Cour constitutionnelle*, ou seja, a outra entidade que, nesse caso, é o alvo da ação praticada pelo agente.

Como veremos mais detalhadamente no item 4.4.3, o verbo modal não é necessário em francês para enfatizar o modo imperativo, pois o tempo do presente exerce essa função por si

só. Assim, a tradução do segundo exemplo poderia suprimir o verbo *devoir*, conjugando apenas o verbo principal, *saisir*.

Em português, a posição de sujeito se encontra vazia em ambos os IDs 34 e 36. Como visto em verbos anteriores, a agentividade do sujeito favorece sua elisão, mas sabemos, pelo texto do preâmbulo, quem é esse sujeito agente.

A outra tradução proposta para esse verbo é o verbo *appartenir*. O verbo *appartenir* apresenta uma só ocorrência como tradução do verbo “caber” e seu emprego na tradução é precedido de sujeito gramatical que se constitui no objeto, com papel temático de tema da oração:

Quadro – Trechos originais extraídos da tabela SPO referente ao verbo "caber" em contexto original

PORTUGUÊS				FRANÇÊS		
ID	(S)	(P)	(O)	(S)	(P)	(O)
35	A iniciativa do processo	cabe	à Assembleia da República	L'initiative de la procédure	appartient	à l'Assemblée de la République

Fonte: A autora

Esse verbo é um verbo transitivo indireto, então deve ser construído com a preposição “à”. O emprego pessoal do verbo exprime a ideia de posse, mas, nesse caso, o verbo *appartenir* expressa a mesma ideia de quando empregado de forma impessoal, que veremos mais adiante, a ideia de ser função de alguém, estar nas atribuições de alguém (PICOTTE, 2018. p. 278).

O último verbo que traduz o verbo “caber” é o verbo *réguler*:

Quadro 39- Trechos extraídos da tabela SPO referente ao verbo "caber" traduzido por "réguler" em contexto original

PORTUGUÊS				FRANÇÊS		
ID	(S)	(P)	(O)	(S)	(P)	(O)
37	Ø	cabe	a uma entidade administrativa independente assegurar nos meios de comunicação social: O direito à informação e a liberdade de imprensa	Une autorité administrative indépendante	r�gule	l'activité des m�dias de façon � garantir: le droit � l'information et à la libert� de la presse

Fonte: A autora

O ID 37 acima, em francês, já representa o SPO da frase, pois o verbo *réguler*, apesar de não possuir uma acep o jurídica, assume um sentido de atribui o de competência visto que o poder de regula o não   garantido a qualquer entidade ou pessoa. Podemos dizer, então, que, nesse caso, esse verbo também possui caráter performativo.

O uso do verbo acima é uma ótima opção que resume, em apenas um verbo, uma estrutura tão complexa como as que são formadas com o verbo “caber”. Mas se quisermos manter a equivalência de padrão verbal, podemos inserir o verbo *appartenir* na frase e nominalizar o então verbo principal, conforme transformação feita:

Quadro 40 - Trechos extraídos da tabela SPO referente ao verbo "caber" com transformações propostas pela autora

PORTUGUÊS			FRANCÊS			
ID	(S)	(P)	(O)	(S)	(P)	(O)
37	a asseguaração nos meios de comunicação social	cabe	a uma entidade administrativa independente	la régulation de l'activité des médias	appartient	à une autorité administrative indépendante

Fonte: A autora

Sintetizando as informações extraídas da tabela SPO, podemos construir o seguinte quadro:

Quadro 41- Síntese das estruturas frasais usadas na tradução do verbo "caber"

Tipos de sujeito	Predicado	Tipos de objeto
• Sujeito gramatical: objeto da oração (tema)	Appartenir	• [prep.. à]: entidade
• Sujeito gramatical – pode assumir papel temático de: beneficiária e valor semântico de entidade	Verbo na voz passiva	• [prep.:de] objeto indireto (tema)
• Sujeito agente	Saisir Verbo na voz ativa	• objeto direto (alvo) [no caso do sujeito agente]
• Sujeito gramatical: Entidade;	Verbo na voz ativa Réguler	• Objeto direto: tema

Fonte: A autora

Já as traduções do verbo “caber” na CRP podem ser resumidas pelo seguinte quadro:

Quadro 42 – Síntese das traduções do verbo “caber”

Verbo performativo: Tipo 2	Verbos em tradução	Observações
caber	Verbo 1 em francês (<i>saisir</i>)	Usado, no contexto da CRP, no sentido de <i>saisir une juridiction</i> , remeter à uma autoridade uma questão objeto de litígio (PICOTTE, 2018, p. 2428)
	Verbo 2 em francês (<i>appartenir</i>)	Tradução adaptação. Usado para manter a equivalência de padrão verbal.
	Verbo 3 em francês (<i>réguler</i>)	Tradução adaptação

Fonte: A autora

4.3.2.2.2 Verbo “competir”

Este verbo apresenta, na maioria das frases em português da tabela SPO, o sujeito nulo que, devido à sua agentividade implícita, não necessita ser exposto na frase. Essas frases apresentam, geralmente, a estrutura: **sujeito nulo + verbo + complemento**. Já na língua francesa, a tradução se apresenta mais equilibrada, sendo algumas traduções com o sujeito impessoal e outras que manifestam o sujeito gramatical, ou seja, o objeto da frase, na posição do sujeito:

Quadro 43- Trechos extraídos da tabela SPO referente ao verbo "competir" em contexto original

PORTUGUÊS				FRANCÊS		
ID	(S)	(P)	(O)	(S)	(P)	(O)
116	<Ø>	compete	ao Conselho de Ministros aprovar os actos do Governo que envolvam aumento ou diminuição das receitas ou despesas públicas;	Il	appartient	au Conseil des ministres d'approuver les actes du Gouvernement qui impliquent une augmentation ou une diminution des recettes ou des dépenses publiques ;

Fonte: A autora

Em francês, muitas frases são traduzidas utilizando a locução *il appartient à* como tradução do verbo “competir”. Essa estrutura impessoal é usada em contexto de obrigação, de responsabilidade imposta, e transmite a ideia de ser função, atribuição de alguém, como vimos também no verbo anterior. Essa locução é menos imperativa que a locução *il incombe à*, que veremos posteriormente (PICOTTE, 2018. p. 278).

Existem, também, outras possibilidades para a tradução dessa estrutura, são elas:

1. Nominalizar o verbo no infinitivo, ou seja, transformar o verbo em substantivo, trazendo-o para assumir a posição de sujeito gramatical (objeto – tema), conforme quadro abaixo:

Quadro 44 - Trechos extraídos da tabela SPO referente ao verbo "competir" transformados pela autora

PORTUGUÊS				FRANCÊS		
ID	(S)	(P)	(O)	(S)	(P)	(O)
116	A aprovação dos actos dos Governo que envolvam aumento ou diminuição das receitas ou despesas públicas	compete	ao Conselho de Ministros	l'approbation des actes du Gouvernement qui impliquent une augmentation ou une diminution des recettes ou des dépenses publique	appartient	au Conseil des ministres

Fonte: A autora

2. Eliminar o verbo auxiliar e trazer o verbo principal para a posição de predicado, tornando o objeto da ação em agente desta, conforme quadro abaixo:

Quadro 45- Trechos extraídos da tabela SPO referente à transformação do verbo "competir" transformados pela autora

PORTUGUÊS				FRANCÊS		
ID	(S)	(P)	(O)	(S)	(P)	(O)
116	O Conselho de Ministros	aprova	os actos do Governo	Le Conseil des ministres	approuve	les actes du Gouvernement

Fonte: A autora

Essa transformação é possível pois o verbo “competir” funciona como um verbo auxiliar modal que tem como função atribuir competências; assim, ele não é o verbo principal, o que permite que ele seja elidido na transformação SPO, deixando em posição principal o verbo pleno.

Em alguns casos, o tradutor já transformou a frase em SPO diretamente:

Quadro 46- Trechos extraídos da tabela SPO do verbo "competir" em contexto original

PORTUGUÊS				FRANCÊS		
ID	(S)	(P)	(O)	(S)	(P)	(O)
123	<Ø>	compete	à Assembleia da República Desempenhar as demais funções que lhe sejam atribuídas pela Constituição e pela lei.	L'Assemblée de la République	exerce	la compétence d'exercer toutes autres fonctions qui lui sont attribuées par la Constitution et par la loi.

Fonte: A autora

Podemos concluir, então, que há duas formas possível de traduzir o verbo “competir”:

Quadro 47 – Síntese de estruturas frasais com o verbo “competir”

Verbo performativo: Tipo 2	Verbos em tradução	Observações
competir	Verbo 1 em francês (<i>appartenir</i>)	Tradução “literal”. Mais usada e mantém a equivalência padrão verbal.
	Verbo 2 em francês (<i>verbo principal</i>)	Tradução adaptação. Remove o verbo modal e conjuga o verbo principal.

Fonte: A autora

4.3.2.2.3 Verbo “incumbir”

Na CRP, todas as ocorrências originais do verbo “incumbir” em português aparecem com o sujeito nulo seguido do destinatário da ação, em geral uma entidade, expresso pelo complemento de objeto indireto + verbo no infinitivo. Em francês, a grande maioria das traduções utiliza o sujeito impessoal *il*, empregando a expressão *il appartient à* + destinatário da ação + verbo no infinitivo:

Quadro 48- Trechos extraídos da tabela SPO com o verbo "incumbir" em contexto original

PORTUGUÊS				FRANCÊS		
ID	(S)	(P)	(O)	(S)	(P)	(O)
16	<Ø>	incumbe	às Forças Armadas, nos termos da lei, satisfazer os compromissos internacionais do Estado Português	il	appartient	aux forces armées de respecter les engagements militaires internationaux de l'Etat portugais

Fonte: A autora

O tradutor possui outras opções para a tradução de verbos como esse, como transformar a estrutura dessas frases e apresentá-las das seguintes formas:

1. Nominalização do verbo no infinitivo, trazendo-o para assumir a posição de sujeito gramatical (objeto – tema), conforme quadro abaixo:

Quadro 49- Trechos extraídos da tabela SPO sobre a transformação no verbo "incumbir" transformados pela autora

PORTUGUÊS				FRANCÊS		
ID	(S)	(P)	(O)	(S)	(P)	(O)
16	a satisfação dos compromissos internacionais do Estado Português	incumbe	às Forças Armadas	le respect aux engagements militaires internationaux de l'Etat portugais	appartient	aux forces armées

Fonte: A autora

2. Tornar o destinatário da ação em agente desta, conjugando o verbo, antes no infinitivo, conforme quadro abaixo:

Quadro 50- Trechos extraídos da tabela SPO sobre a transformação no verbo "incumbir" transformados pela autora

PORTUGUÊS				FRANÇÊS		
ID	(S)	(P)	(O)	(S)	(P)	(O)
16	as Forças Armadas	satisfazem	os compromissos internacionais do Estado Português	les forces armées	respectent	les engagements militaires internationaux de l'Etat portugais

Fonte: A autora

Ao analisar as definições dispostas na FTC, vemos que os verbos *appartenir* e *incomber* possuem acepções semelhantes, sendo o primeiro verbo sinônimo do segundo. Porém, como visto anteriormente, a locução *il appartient à* tem um sentido menos imperativo que a locução *il incombe à*. Logo, o tradutor pode optar pelo uso o verbo *incomber* para manter a impessoalidade do sujeito, desde que verificado, no contexto original, o grau de imperatividade da frase.

Vale lembrar que, quando os verbos *appartenir* e *incomber* precedem um verbo no infinitivo, a preposição “de” é colocada antes deste verbo, ex.: *il incombe à l'État de garantir les droits*.

Quadro 51 – Síntese das traduções do verbo “incumbir”

Verbo performativo: Tipo 2	Verbos em tradução	Observações
incumbir	Verbo 1 em francês (<i>appartenir</i>)	Possui um sentido menos imperativo
	Verbo 2 em francês (<i>incomber</i>)	Tradução literal. Possui um sentido mais imperativo.
	Verbo 2 em francês (<i>verbo principal</i>)	Tradução adaptação. Remove o verbo modal e conjuga o verbo principal.

Fonte: A autora

4.3.2.3 Verbos que ordenam o comportamento em uma sociedade politicamente organizada – composta pelos verbos permitir, facultar, proibir e vedar.

4.3.2.3.1 Verbos “permitir” e “proibir”

Os verbos “proibir” e “permitir”, assim como o verbo “vedar”, possuem uma tradução em comum, o verbo *interdire*:

Quadro 52- Trechos extraídos da tabela SPO com os verbos "permitir" e "proibir" em contexto original

PORTUGUÊS				FRANÇÊS		
ID	(S)	(P)	(O)	(S)	(P)	(O)
9	Ø	é + proibido	o lock-out.	Le lock-out	est interdit	

10	Ø	Não é permitida	a acumulação de empregos ou cargos públicos	Le cumul de fonctions ou d'emplois publics	est interdit	
12	A família, como elemento fundamental da sociedade, tem direito à protecção da sociedade e do Estado e à efectivação de todas as condições que	permitam	a realização pessoal dos seus membros	En tant qu'élément fondamental de la société, la famille a droit à la protection de la société et de l'État ainsi qu'à la réunion de toutes les conditions qui	permettent	la réalisation personnelle de ses membres.

Fonte: A autora

A expressão *il est interdit de (...)* é apresentada, no *Juridictionnaire*, de Picotte (2018), como uma fórmula corrente na redação de enunciados liminares de disposições legais (PICOTTE, 2018, p. 1504) e é uma possibilidade de tradução da locução “é proibido”. Mas nos IDs 9 e 10 do quadro acima, vemos que, ao invés da locução impessoal, o objeto da frase, ou seja, o sujeito impessoal, foi colocado na posição de sujeito.

Analisando esse quadro, é possível perceber alguns detalhes interessantes de tradução. O verbo “proibir”, em todas as ocorrências registradas na tabela SPO, é traduzido pelo mesmo verbo *interdire*, já o verbo “permitir” faz uso de dois verbos na tradução. Sempre que o verbo “permitir” tem conotação positiva (permitir), o verbo *permettre* é empregado, e, quando a conotação é negativa (não + permitir), o verbo *interdire* é utilizado novamente, afinal, o que não é permitido, conseqüentemente, é proibido, segundo o princípio da legalidade aplicado à administração pública que estabelece que o administrador público só deve fazer aquilo que está previsto por lei (PIRES, 2013).

Quadro 53- Síntese das traduções dos verbos "permitir" e "proibir"

Verbo performativo: Tipo 3	Verbos em tradução
proibir	Verbo 1 em francês (<i>interdire</i>)
Não + permitir	Verbo 2 em francês (<i>interdire</i>)
permitir	Verbo 2 em francês (<i>permettre</i>)

Fonte: A autora

Durante as transformações SPO desses verbos, percebemos que o sujeito agente é, na maioria das vezes, nulo, ou seja, sujeito implícito, pressuposto. Assim, as frases se compõem, em maioria, com sujeito nulo + verbo na voz passiva + complemento:

Quadro 54 – Síntese da estrutura frasal com os verbos “proibir” e “permitir”

Tipo de sujeito	Verbo	Complemento
Ø	É proibido permitido	O lock-out
sujeito nulo	verbo na voz passiva	complemento

Fonte: A autora

4.3.2.3.2 Verbo “facultar”

Há apenas uma ocorrência do verbo “facultar” na CRP, o que dificulta o mapeamento de suas estruturas usuais.

Quadro 55 - Trechos extraídos da tabela SPO com o verbo "facultar" em contexto original

PORTUGUÊS				FRANCÊS		
ID	(S)	(P)	(O)	(S)	(P)	(O)
94	todos os trabalhadores têm direito a organização do trabalho em condições socialmente dignificantes, de forma a	facultar	a realização pessoal	tout travailleur a droit à l'organisation du travail dans des conditions qui lui assurent une dignité sociale, qui	concourent	à sa réalisation personnelle

Fonte: A autora

O verbo “facultar”, segundo o dicionário Aulete, significa “1. Fazer que ou não impedir que algo se realize, ou que seja possível ou viável; FACILITAR; PERMITIR” (FACULTAR, 2014). E o verbo em francês usado na tradução *concourir*, na acepção mais próxima àquela usada em português, segundo o dicionário CNRTL, significa “buscar atingir um resultado preciso”¹¹.

Podemos pensar, então, na seguinte forma de transformação da frase para alcançar a estrutura SPO:

Quadro 56 - Trechos extraídos da tabela SPO com a transformação no verbo "facultar" proposta pela autora

PORTUGUÊS				FRANCÊS		
ID	(S)	(P)	(O)	(S)	(P)	(O)
94	organização do trabalho em condições socialmente dignificantes	faculta	a realização pessoal de todos os trabalhadores	l'organisation du travail dans des conditions qui lui assurent une dignité sociale	concourent	à la réalisation personnelle de tout travailleur

¹¹ Do original: [...] chercher à atteindre un résultat précis. CONCOURIR. In: Centre National de Ressources Textuelles et Lexicales (CNRTL), França: CNRS, 2012. Disponível em: <https://cnrtl.fr/definition/concourent>. Acesso em 24 nov 2019.

Fonte: A autora

E para compor o quadro de síntese de tradução, teremos apenas um verbo:

Quadro 57 – Síntese das traduções do verbo “facultar”

Verbo performativo: Tipo 3	Verbos em tradução	Observações
facultar	Verbo 1 em francês (<i>concourir</i>)	Única ocorrência na CRP

Fonte: A autora

4.3.2.3.3 Verbo “vedar”

O verbo “vedar” foi traduzido, na CRP, pelos verbos *interdire*, *ne pouvoir exercer* e *refuser*. Dentre os três, apenas o primeiro verbo apresenta definições jurídicas (ver FTC_vedar_interdire_pouvoir_refuser) que se relacionam com a privação de direitos, definição esta que não consta em dicionários on-line do português como Aulete, Dicio e Priberam e nem no dicionário jurídico de Santos (2001). Vejamos a tradução com o verbo *interdire*:

Quadro 58- Trechos extraídos da tabela SPO com o verbo “vedar” em contexto original

ID	PORTUGUÊS			FRANCÊS		
	(S)	(P)	(O)	(S)	(P)	(O)
19	A lei pode definir sectores básicos nos quais	seja vedada	a actividade às empresas privadas e a outras entidades da mesma natureza	La loi peut définir les secteurs essentiels	interdits	aux entreprises privées et aux autres organismes de même nature.

Fonte: A autora

Curiosamente, existe outro segmento na CRP com uma construção muito parecida, mas que foi traduzida por outro verbo em francês:

Quadro 59 - Trechos extraídos da tabela SPO com o verbo “vedar” em contexto original

ID	PORTUGUÊS			FRANCÊS		
	(S)	(P)	(O)	(S)	(P)	(O)
104	É da exclusiva competência da Assembleia da República legislar sobre as seguintes matérias, salvo autorização ao Governo: Definição dos sectores de propriedade dos	seja vedada	a actividade às empresas privadas e a outras entidades da mesma natureza	L’Assemblée de la République est seule compétente pour légiférer sur les matières suivantes, sous réserve de toute autorisation législative accordée au Gouvernement : la définition des secteurs	ne peuvent exercer	exercer leurs activités

meios de produção, incluindo a dos sectores básicos nos quais			de propriété des moyens de production, y compris celle des secteurs fondamentaux dans lesquels les entreprises privées et les autres organismes de même nature	
--	--	--	---	--

Fonte: A autora

Destacando em negrito as semelhanças entre as duas frases, tentamos entender o motivo do uso de diferentes verbos para traduzir frases tão parecidas.

A motivação para esta diferenciação se apresenta após o verbo. Na primeira frase, ID 19, apesar de aparecer na frase em português, o substantivo “atividade” não aparece na tradução da frase para o francês. Já na frase de ID 104, esse substantivo é traduzido.

Mas como um único substantivo pode provocar tamanha diferença? Assim como em casos anteriores, o substantivo *activité* é correlacionado com alguns verbos específicos, segundo o Dicionário de coocorrências do TERMIUM, e o verbo *exercer* é um deles:

Figura 6 - Resultado da pesquisa "activité" no dicionário de coocorrências TERMIUM

Search TERMIUM Plus®

To begin your search, go to the alphabetical index below and click on the first letter of the word you are searching for.

activité [Erase] [Introduction]

A B C D E F G H I J K L M N O P Q R S T U V W X Y Z

activité

1 sur 10 fiches

◀ ▶

bouillonnante, débordante, déclinante, déréglée, désordonnée, dévorante, enthousiaste, excessive, extraordinaire, fébrile, fiévreuse, florissante, folle, forcenée, forte, frénétique, grande, importante, impressionnante, incessante, inlassable, intense, intensive, inusitée, languissante, marginale, médiocre, prenante, prodigieuse, prospère, riche de possibilités, saine, sérieuse, silencieuse, somnolente, soutenue, trépidante, turbulente.

Avoir, dépenser, déployer, montrer une ~ (+ *adj.*); cesser, coordonner, décourager, développer, diriger, encourager, entreprendre, exercer, maintenir, marquer, mener, paralyser, penser, polariser, pousser, pratiquer, ralentir, réduire, suspendre une/l'/ses ~ (s); participer à une ~; être engagé, s'investir dans une/l'~; être, faire preuve d'une ~ (+ *adj.*); dépenser, déployer, marquer, montrer de l'~; être débordant, redoubler d'~; être en (pleine) ~.

© Public Works and Government Services Canada, 2019
 TERMIUM Plus®, the Government of Canada's terminology and linguistic data bank
 Writing tools - Dictionnaire des cooccurrences
 A product of the Translation Bureau

Fonte - Dicionário de coocorrências TERMIUM (2001)

Mais uma vez vemos como o fator coocorrência se mostra relevante nas escolhas de tradução.

No último exemplo, o verbo *refuser* é proposto como tradução:

Quadro 60 - Trechos extraídos da tabela SPO com o verbo "vedar" em contexto original

PORTUGUÊS				FRANÇÊS		
ID	(S)	(P)	(O)	(S)	(P)	(O)
105	Incumbe ao estado promover a igualdade de oportunidades na escolha da profissão ou género de trabalho e condições para que não	seja vedado	ou limitado, em função do sexo, o acesso a quaisquer cargos, trabalho ou categorias profissionais	il appartient à l'État de promouvoir l'égalité des chances dans le choix de la profession ou du genre de travail et des conditions telles que l'accès à une fonction, un travail ou une catégorie professionnelle	ne soit pas refusé	ou limité en raison du sexe ;

Fonte: A autora

Para que os elementos da frase pudessem ser mais facilmente identificados, fizemos duas transformações na frase, a primeira traz o objeto da frase como sujeito gramatical, seguido de verbo na voz passiva com complemento direto que pode ser elidido. A segunda tenta deixar explícito o sujeito agente da ação, colocando a frase na ordem SPO e, o que antes era o sujeito gramatical, assume a posição de complemento direto:

Quadro 61 - Trechos extraídos da tabela SPO com o verbo "vedar" com transformações propostas pela autora

PORTUGUÊS				FRANÇÊS		
ID	(S)	(P)	(O)	(S)	(P)	(O)
105	o acesso a cargos, trabalho ou categorias profissionais em função do sexo	é vedado	em função do sexo	l'accès à une fonction, un travail ou une catégorie professionnelle en raison du sexe	est refusé	en raison du sexe
105	<Ø>	veda	o acesso a cargos, trabalho ou categorias profissionais em função do sexo	<Ø>	refuse	l'accès à une fonction, un travail ou une catégorie professionnelle en raison du sexe

Fonte: A autora

O uso do verbo *refuser* se dá pelo mesmo motivo explicitado em casos anteriores, o substantivo que o acompanha. O substantivo *accès* aparece em coocorrência com o verbo *refuser*, como observado no dicionário de coocorrência do TERMIUM, por isso apresenta uma tradução diferente:

Figura 7 – Resultado da pesquisa "accès" no dicionário de coocorrências TERMIUM

Search **TERMIUM Plus®**

To begin your search, go to the alphabetical index below and click on the first letter of the word you are searching for.

accès

A B C D E F G H I J K L M N O P Q R S T U V W X Y Z

accès

1 sur 15 fiches



(*possibilité d'approche*) aisé, difficile, direct, élargi, facile, faible, gratuit, interdit, libre, rapide, réglementé, réservé, restreint, sélectif.

Barrer, bloquer, couper, élargir, fermer, fournir, gérer, interdire, libérer, limiter, maintenir, ouvrir, permettre, refuser, verrouiller un/ll'~ à/de qqn/qqch.; être d'un ~ (+ *adj.*); *bénéficier, disposer, être doté, jouir d'un ~; avoir, donner ~ à (un lieu, un poste, etc.).*

(*crise*) continuuel, grand, imprévisible, irrépressible, subit, violent; périodiques, réguliers.

Être sujet à des ~; être pris d'un ~ de (toux, mélancolie, etc.). Un ~ atteint son paroxysme, décroît, grossit, se déclenche, s'exacerbe.

© Public Works and Government Services Canada, 2019
 TERMIUM Plus®, the Government of Canada's terminology and linguistic data bank
 Writing tools – Dictionnaire des cooccurrences
 A product of the Translation Bureau

Fonte 1 - Dicionário de coocorrências TERMIUM (2001)

As transformações nos permitem perceber que o verbo “vedar” não admite a forma direta da frase, nesses contextos, pois apresenta sujeito nulo, ou seja, o sujeito agente é pressuposto. Logo, quando ocupada a posição de sujeito do SPO, é por um sujeito gramatical, que é o objeto com papel temático de tema da oração.

Quadro 62 – Síntese de traduções do verbo “vedar”

Verbo performativo: Tipo 3	Verbos em tradução	Observações
vedar	Verbo 1 em francês (<i>interdire</i>)	
	Verbo 2 em francês (ne + pouvoir + exercer)	Tradução do verbo influenciada pelo substantivo que o acompanha
	Verbo 3 em francês (<i>refuser</i>)	Tradução do verbo influenciada pelo substantivo que o acompanha

Fonte: A autora

4.4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.4.1 A tradução dos verbos performativos

No subitem 4.3.2, analisamos as traduções dadas a cada verbo performativo e, a partir dessa análise, identificamos vários motivos que incentivam o uso de diferentes verbos em francês para as traduções em português.

A partir dessa análise, pudemos fazer um mapeamento dos argumentos que acompanham cada verbo, destacando o tipo de sujeito e o tipo de objeto. Os verbos da primeira categoria de verbos performativos (ver subitem 4.3.2.1) apresentam dois padrões na estrutura das frases, sendo uma para quando o verbo está na voz ativa e outra quando está na passiva:

Quadro 63 - Síntese das estruturas dos verbos que criam uma norma jurídica ao serem proferidos

VERBOS QUE CRIAM UMA NORMA JURÍDICA AO SEREM PROFERIDOS		
VERBO PROMULGAR		
(S)	(P)	(O)
Sujeito agente (função pública)	promulgue	Objeto direito (texto normativo)
VERBO CONSAGRAR		
(S)	(P)	(O)
Sujeito gramatical (objeto)	consacré	Objeto indireto (texto normativo)
Sujeito agente (entidade)	consacre offre	Objeto direito (tema)
VERBO DECRETAR		
(S)	(P)	(O)
Sujeito gramatical - tema	prononcé	Complemento direto ou preposicionado por “par” (no caso do complemento ser a entidade agente)
Sujeito agente - entidade	prononce adopte	Complemento direto (objeto da oração)
VERBO APROVAR		
(S)	(P)	(O)
Sujeito agente	approuve	Objeto direto - tema
Sujeito gramatical - tema	est approuvé	Objeto indireto (agente) + sujeito agente

Fonte: A autora

A partir dessa análise, observa-se que os verbos performativos dessa categoria são, majoritariamente, traduzidos pelo seu correspondente em francês, havendo mais de uma possibilidade de tradução apenas nos casos em que há relação de coocorrência entre o substantivo que se apresenta na posição de objeto e um verbo específico, como nos casos dos verbos *offrir* e *adopter*.

Já os verbos da segunda categoria (ver subitem 4.3.2.2) são um pouco diferentes, nem todos possuem, por exemplo, a figura do sujeito agente:

Quadro 64 - Síntese das estruturas dos verbos que dotam determinados indivíduos e/ou instituições com uma parcela do poder governamental

VERBOS QUE DOTAM DETERMINADOS INDIVÍDUOS E/OU INSTITUIÇÕES COM UMA PARCELA DO PODER GOVERNAMENTAL		
VERBO CABER		
(S)	(P)	(O)
• Sujeito gramatical: objeto da oração (tema)	appartenir	• [prep.. à]: entidade
• Sujeito gramatical – pode assumir papel temático de: beneficiária e valor semântico de entidade	Verbo na voz passiva saisir	• [prep...de] objeto indireto (tema)
• Sujeito agente	Verbo na voz ativa	• objeto direto (alvo) [no caso do sujeito agente]
• Sujeito gramatical: Entidade;	Verbo na voz ativa réguler	• Objeto direto: tema
VERBO COMPETIR		
(S)	(P)	(O)
Sujeito gramatical	appartient à	Objeto indireto com valor semântico de entidade
Sujeito agente	Verbo principal conjugado	Objeto direto
VERBO INCOMBIR		
(S)	(P)	(O)
Sujeito gramatical	appartient à incombe à	Objeto indireto com valor semântico de entidade

Fonte: A autora

No caso desses verbos pertencentes à segunda categoria, há uma maior variedade de tradução dos verbos em francês. Observa-se que um mesmo verbo, *appartenir*, por exemplo, pode ser usado para a tradução dos três verbos em português. Isso significa que estes verbos merecem uma atenção especial do tradutor, tanto pelo fato de poderem ser traduzidos de diferentes formas, conforme tabela acima, tanto pelo fato de alguns deles poderem ser elididos na tradução por exercerem função de verbo auxiliar, como o verbo “competir”.

Por fim, os verbos da terceira e última categoria (ver subitem 4.3.2.3):

Quadro 65 - Síntese das estruturas dos verbos que ordenam o comportamento em uma sociedade politicamente organizada

VERBOS QUE ORDENAM O COMPORTAMENTO EM UMA SOCIEDADE POLITICAMENTE ORGANIZADA		
VERBO PROIBIR E NÃO + PERMITIR		
(S)	(P)	(O)
Sujeito gramatical	est interdit	∅
VERBO FACULTAR		
(S)	(P)	(O)
Sujeito agente	concourt	Objeto indireto (prep.. à)

VERBO VEDAR		
(S)	(P)	(O)
Sujeito gramatical	est refusé	∅

Fonte: A autora

Observou-se, na análise desses verbos, que, em português, a posição do sujeito se apresentava, na maioria das vezes, vazia, enquanto em francês ocorria o inverso, ficando vazia, então, a posição do objeto. Vimos também que os verbos “permitir” e “proibir” também merecem atenção especial do tradutor por poderem ser traduzidos pelo mesmo verbo *interdire*, dependendo do contexto.

A partir desses resultados, podemos concluir que a análise gramatical de textos como o a constituição permite mapear o funcionamento dos argumentos das frases bem como seus papéis temáticos, e observa-se que estes argumentos podem influenciar a escolha do verbo utilizado na tradução, como vimos na análise individual dos verbos performativos. Assim, essa análise constitui uma ferramenta muito útil ao tradutor, pois permite que este compreenda melhor o funcionamento dos argumentos, entendendo as relações que eles possuem, ou não, entre si e aplique esse conhecimento, de forma a facilitar seu ofício, em outras ocasiões tradutórias.

4.4.2 A performatividade do verbo no futuro

No subitem 3.2.1, mostramos que Maciel não considera o verbo no futuro como um verbo performativo e fizemos um questionamento: será mesmo que o futuro anula a performatividade do verbo? Vejamos.

No texto em português da Constituição da República Portuguesa, vemos algumas ocorrências de verbos no futuro, como por exemplo nas frases:

Quadro 66 - Trecho da tabela SPO de verbos no futuro em português

Sujeito (S)	Predicado (P)	Objeto (O)
A execução do Orçamento será fiscalizada pelo Tribunal de Contas e pela Assembleia da República, que	aprovará	a Conta Geral do Estado
Presidente da República	deverá promulgar	O diploma
O decreto	não poderá ser promulgado	sem que o órgão que o tiver aprovado expurgue a norma julgada inconstitucional

Fonte: A autora

O uso do futuro na língua portuguesa exprime processos certos ou prováveis que ainda não se concretizaram no momento da fala ou escrita e este tempo verbal também possui algumas funções específicas como:

a suavização do imperativo; dúvida ou incerteza em relação aos fatos do momento presente; possibilidade de realização de processos que julgamos prováveis, quando se relacionam ao futuro do subjuntivo (expressão de condição). (PEREIRA, 2013)

No caso do uso do futuro na constituição portuguesa, o emprego desse tempo verbal pode ser um recurso para suavizar o modo imperativo, visto que, como se trata da Constituição, a ação deve se realizar de toda forma. Porém, no *Guia Prático Comum do Parlamento Europeu do Conselho e da Comissão para as pessoas que contribuem para a redação de textos legislativos da União Europeia* (UNIÃO EUROPEIA, 2016), vemos a seguinte regra:

No dispositivo dos atos com caráter vinculativo, em francês, os verbos são utilizados no presente do indicativo, enquanto, em inglês, a fórmula utilizada é geralmente «shall», seguida do infinitivo. Em português, usa-se o presente do indicativo quando os verbos têm uma função declarativa (descrição) e quando têm uma função imperativa (obrigação). **Nestas três línguas, o futuro deve ser evitado na medida do possível.** (UNIÃO EUROPEIA, 2016. p. 12. Grifos nossos)

Dito isso, vejamos a tradução dos mesmos trechos da CRP para a língua francesa:

Quadro 67 - Trecho da tabela SPO de verbos no futuro em francês

Sujet (S)	Prédicat (P)	Objet (O)
L'exécution du Budget sera contrôlée par la Cour des Comptes et par l'Assemblée de la République. L'Assemblée de la République, la Cour des comptes entendue,	adoptera	le compte général de l'État
Le Président de la République	doit promulguer	le texte
Dans le cas prévu au paragraphe 1, le décret	ne peut être ni promulgué	ni signé à moins que l'organe qui l'a adopté ne retire la norme déclarée inconstitutionnelle

Fonte: A autora

De acordo com o *Guide Légistique*, atualizado em 2017, em regra geral, os verbos, no texto legislativo, são conjugados no presente do indicativo, e não no futuro, pois esse presente já possui valor imperativo. Dessa forma, o verbo no futuro no texto em português deve ser traduzido para o presente em francês. Assim, não podemos afirmar que o verbo no futuro perde sua performatividade. Esta observação pode ser feita graças à análise da tradução dos verbos performativos e dos guias legísticos. Um outro dado que refuta essa afirmação de Maciel é da

própria teoria de Austin (*apud* FAURÉ, [201-?]), que apresenta o seguinte exemplo de verbo performativos: Ex. 13 - Je viendrai demain (Eu virei amanhã)

Nesse exemplo, observamos o uso do verbo performativo no futuro. Austin (*apud* FAURÉ, [201-?]) constata uma dificuldade em diferenciar estritamente os verbos constativos e performativos pois ambos podem ser apresentados de forma explícita, como é o caso do Ex. 13.

Assim, conclui-se que, mesmo que os guias legísticos sugiram a redação dos textos normativos em tempo presente, o verbo performativo não perde seu valor caso esteja empregado em tempo futuro, pois segundo a própria teoria de Austin (*apud* FAURÉ, [201-?]) ratifica o uso implícito do verbo performativo.

4.4.3 Verbo modal

O verbo modal é um verbo auxiliar que ajuda na conjugação de outros verbos. Ele se une ao verbo principal para formar tempos compostos e locuções verbais (DIANA, 2019).

No Quadro 1, vimos que, em alguns casos, os verbos modais “competir”, “caber” e “incumbir” não são traduzidos para língua francesa, sendo a ordem da frase alterada para que o verbo principal seja colocado em evidencia. A partir desses dados, podemos inferir que o verbo modal é facultativo na língua francesa e, quando o tradutor opta por manter esse elemento na frase, é usada a expressão “*il appartient à*” que mantém implícito o sujeito agente, mas atribui o mesmo sentido de delegação de competência como fazem os verbos em português.

Em uma outra observação do *Guide Légistique* (2017, p. 292), observa-se que não é necessário usar o verbo modal “*devoir*” para expressar obrigação, pois somente o verbo no presente do indicativo é suficiente. Com base nessa informação e naquela sobre o tempo verbal, adaptamos a tradução das frases da Constituição em francês:

Quadro 68- Trecho da tabela SPO de verbos no futuro em francês com transformações propostas pela autora

Sujet (S)	Prédicat (P)	Objet (O)
L'exécution du Budget sera contrôlée par la Cour des Comptes et par l'Assemblée de la République. L'Assemblée de la République, la Cour des comptes entendue,	adoptent	le compte général de l'État
Le Président de la République	promulgue	le texte
Dans le cas prévu au paragraphe 1, le décret	ne peut être ni promulgué	ni signé à moins que l'organe qui l'a adopté ne retire la norme déclarée inconstitutionnelle

Fonte: A autora

Essa observação quanto aos verbos modais também auxilia o tradutor, que pode fazer com que suas traduções sejam mais concisas, evitando, por exemplo, que o texto traduzido tenha um número de palavras mais elevado que o texto original.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A linguagem jurídica, como vimos, envolve termos específicos que possuem sentido apenas no âmbito do direito e também termos da língua comum, que, juntos, propõem alguns desafios ao tradutor durante o processo tradutório.

Essa linguagem, usada para expressar o direito, permeia todos os três tipos de textos jurídicos: normativos, de jurisprudência e de doutrina. Mas é no texto normativo que o modo performativo mais se apresenta. A performatividade desse tipo de texto é atribuída ao verbo empregado na frase. O verbo é um elemento gramatical de bastante importância nos enunciados jurídicos pois eles são responsáveis por realizarem os atos de fala do direito, que são chamados atos jurídicos. Esses verbos que realizam o direito no momento em que são enunciados são denominados verbos performativos.

A proposta deste trabalho foi a de analisar os verbos performativos no texto constitucional de Portugal para observar os argumentos que os acompanham e identificar como tais verbos foram traduzidos na língua francesa, visando produzir conhecimento dessas estruturas para o tradutor do texto jurídico.

Para prosseguir a análise, foi necessário revisar teorias que estudam os aspectos gramaticais das frases. Para isso, utilizamos as teorias dos papéis semânticos (CANÇADO, 2005), dos elementos gramaticais, sujeito, verbo e complemento (CASTILHO, 2010), e dos verbos performativos (MACIEL, 2008).

Analisando os verbos performativos em contexto original e tradução, pudemos perceber que cada verbo apresenta características próprias que estabelecem estruturas de uso, presumindo os argumentos que o acompanharão. Alguns verbos em português possuem mais de uma tradução para o francês, o que propõe a necessidade de verificar as acepções de cada verbo, pois, como vimos, alguns são selecionados pelos seus argumentos. Para verificar a coocorrência entre verbo e substantivo, indicamos o dicionário de concorrências do *TERMIUM*, que foi uma ferramenta muito útil para o nosso trabalho.

Pode-se verificar que a língua francesa apresenta mais variações de traduções de um só verbo em português. Essas variações ocorrem devido: a) o contexto em que o verbo está inserido, sendo, neste caso, a relação de coocorrência entre o substantivo e verbo um fator de grande importância na escolha do verbo; b) a transformação da frase que está na voz passiva em português para a voz ativa em francês, necessitando uma mudança na estrutura da frase; c) a polissemia de alguns verbos em francês, o que permite que sejam empregados em diversos contextos; d) a escolha do tradutor, que pode modificar o verbo para que a tradução seja mais objetiva.

Pode ser que o tradutor responsável pela tradução da CRP para a língua francesa, que não foi identificado pelo site da Assembleia da República, não tenha se baseado em um trabalho de pesquisa como esse para realizar a tradução do texto constitucional, mas o intuito desse trabalho é justamente despertar a atenção de novos tradutores para essa possibilidade metodológica.

A análise gramatical de um texto como a constituição para fins de tradução é um recurso poderoso capaz de gerar bastante conhecimento para o tradutor pois possibilita um mapeamento de estruturas usadas no texto traduzido, ampliando o leque de possibilidades de tradução, além de fazer com que o tradutor se atente a outros fatores que influenciam a tradução que podem passar despercebidos como a coocorrência entre substantivo e verbos.

Como mencionado anteriormente, por questões de limitação de tempo para a realização e entrega deste trabalho, não foi possível cotejar a CRP aqui apresentada em português e francês com outros textos constitucionais como a Constituição Da República Federativa Do Brasil De 1988 e a Constituição Francesa. Mas, em futuros desdobramentos deste trabalho, é interessante que seja feita essa comparação para verificar os resultados que podem ser obtidos. Outra possibilidade de continuação desta pesquisa é a síntese das informações apresentadas em forma de artigo, para que o acesso aos dados obtidos a partir dessa metodologia de pesquisa possam alcançar o maior número de tradutores possível.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES JR, L. O sistema constitucional dos países lusófonos. *Rev. Fac. Direito UFMG*, Belo Horizonte, n. 59, p. 193 a 240, jul./dez. 2011

ARAÚJO, M; COLAÇO, L. Regras de Legística a Observar na Elaboração de Actos Normativos da Assembleia da República. Lisboa: Divisão de Edições da Assembleia da República, 2008.

AUTORIZAMENTO. Dicio, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2019. Disponível em: < <https://www.dicio.com.br/autorizamento/> >. Acesso em: 29 nov 2019.

BESCHERELLE. *La grammaire pour tous*. Nouvelle édition. Paris: Hatier, 2012.

BEZERRA, J. *Revolução dos Cravos*. Site: Toda matéria. Disponível em <https://www.todamateria.com.br/revolucao-dos-cravos/>. Artigo revisado em 26/04/19. Acesso em 06 nov 2019.

BOCQUET, C. *La traduction juridique: fondement et méthode*. Bruxelles: De Boeck, 2008.

CANÇADO, M. *Manual de semântica: noções básicas e exercícios*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

CARTA Constitucional. In: Artigos de apoio Infopédia. Porto: Porto Editora, 2003-2019. Disponível em < [https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/\\$carta-constitucional](https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/$carta-constitucional) >. Acesso em: 6 nov. 2019

CASTILHO, A. *Nova Gramática do Português brasileiro* - 1. ed., 1ª reimpressão.- São Paulo: Contexto, 2010.

CAUPERS, J; TAVARES DE ALMEIDA, M; GUIBENTIF, P. *Feitura das Leis. Portugal e a Europa*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2014.

CONSTITUIÇÃO. In: Dicionário Aulete. [Brasil]: Lexicon Editora Digital, 2014. Disponível em: < <http://www.aulete.com.br/constitui%C3%A7%C3%A3o> >. Acesso em: 31 out. 2019.

CORNU, G. *Linguistique juridique*. Paris: Montchrestien, 2005.

CORREIA, F. A. Texto e Contexto da Constituição Portuguesa de 1976. *e-Pública*, Lisboa, v. 3, n. 3, p. 01-40, dez. 2016. Disponível em < http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2183-184X2016000300001&lng=pt&nrm=iso >. Acesso em: 25 nov. 2019.

CONSEIL D'ÉTAT. Guide légistique. 3ª ed.- Paris: La Documentation française, 2017. Disponível em: < <https://www.legifrance.gouv.fr/Droit-francais/Guide-de-legistique2> >. Acesso em: 25 nov. 2019.

DAMIÃO, R. T. *Curso de Português* / Regina Toledo Damiano, Antonio Henriques. - 12. ed. - São Paulo: Atlas, 2015.

DIANA, D. *Verbos auxiliares*. In: Toda matéria. [Porto]: 7Graus, 2019. Disponível em: < <https://www.todamateria.com.br/verbos-auxiliares/> >. Acesso em: 29 nov 2019.

DIREITO positivo. In: Significados, 2017. Disponível em < <https://www.significados.com.br/direito-positivo/> >. Acesso em: 27 nov 2019.

DUBOIS-CHARLIER, F.; VAUTHERIN, B. *La grammaire générative et transformationnelle* : bref historique. La Clé des Langues [en ligne], Lyon, 2008. Disponível em: < <http://cle.ens-lyon.fr/plurilingues/langue/introduction-a/la-grammaire-generative-et-transformationnelle-bref-historique> >. Acesso em: 13 nov. 2019.

FACULTAR. In: Dicionário Aulete. [Brasil]: Lexicon Editora Digital, 2014. Disponível em: < <http://www.aulete.com.br/facultar> >. Acesso em: 24 nov 2019.

FAURÉ. *Fiche actes de langage* de J. L. Austin. França: [s. n.], [201-?]. Disponível em: < http://asl.univ-montp3.fr/e21slmc/doc_CM/Fiche_actes_de_langage.pdf >. Acesso em: 16 nov. 2019.

FERNANDES, M. *Transitividade verbal*. In: Toda matéria. [Porto]: 7Graus, 2019. Disponível em: < <https://www.todamateria.com.br/transitividade-verbal/> >. Acesso em: 28 nov 2019.

CONSEIL D'ÉTAT. *Guide légistique*. 3ª ed.- Paris: La Documentation française, 2017.

IGNÁCIO, S. E. Ação, agentividade e causatividade em estruturas oracionais de ação-processo. *Estudos Lingüísticos XXXVI(1)*, janeiro-abril, 2007. p. 126 / 13

JUSSIVO. In: Dicionário Aulete. [Brasil]: Lexicon Editora Digital, 2014. <http://www.aulete.com.br/jussivo>. Acesso em 11 nov 2019.

LA HIERARCHIE des normes et la pyramide de Kelsen. In : Cours de Droit, 2019. Disponível em < <http://cours-de-droit.net/la-hierarchie-des-normes-juridiques-a121608802/> >. Acesso em: 27 nov 2019.

LE « IL » impersonnel. [S. l.: s. n.], 2017. Material didático. Disponível em: < <http://users.unimi.it/djeser/L'impersonnel.pdf> >. Acesso em: 20 nov. 2019.

MACIEL, A.M.B. *Para o reconhecimento da especificidade do termo jurídico*. 2001. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

MACIEL, A.M.B. O verbo performativo na linguagem legal. *Anais do CELSUL*, 2008.

MANCILHA, J. *Estrutura da Linguagem*. In: site Pnl Portugal, José Figueira. 2005. Disponível em: < <https://pnl-portugal.com/estrutura-da-linguagem/> >. Acesso em 14 nov 2019.

MIRANDA, J. A originalidade e as principais características da Constituição portuguesa. *Cuest. Const.*, México, n. 16, p. 253-280, jun. 2007. Disponível em <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-91932007000100008&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 12 out. 2019.

MIRANDA, J. *As Constituições Portuguesas: 1822-1826-1838-1911-1933-1976*. Lisboa: Livraria Petrony, 1976.

MIROIR, J. C. Da estrutura de superfície à estrutura profunda: Sujeito-Predicado-Objeto. Brasília: Departamento de Línguas estrangeiras e Tradução da UnB, semestre 2019/1. Notas de aula.

MIROIR, J. C. Typologie des textes juridiques (2/5): Les textes normatifs. Brasília: Departamento de Línguas estrangeiras e tradução da UnB, semestre 2019/1. Material didático.

NOMINALIZAÇÃO. In: Golfinho. [Brasil]: Drupal, 2019. Disponível em: < <https://www.golfinho.com.br/glossario-pnl/nominalizacao.htm> >. Acesso em: 29 nov 2019.

NORDQUIST, R. Definition of Deep Structure. In: ThoughtCo. New York: Dotdash, 2019. Disponível em: < <https://www.thoughtco.com/deep-structure-transformational-grammar-1690374> >. Acesso em: 29 nov 2019.

ORAÇÃO sem sujeito. In: Só Português. [Brasil]: Virtuous Tecnologia da Informação, 2007-2019. Disponível em: < <https://www.soportugues.com.br/secoes/sint/sint9.php> >. Acesso em: 23 nov 2019

PICOTTE, J. *Juridictionnaire Recueil Des Difficultés Et Des Ressources Du Français Juridique*. Université de Moncton, 2018. Disponível em: < <http://www.cttj.ca/Documents/Juridictionnaire.pdf> >. Acesso em: 13 nov 2019.

PIRES, V. “Administração Pública: Princípio da Legalidade”. In: Arcos. [Brasil]: Creative Commons, 2008-2013. Disponível em: < <http://www.arcos.org.br/artigos/administracao-publica-principio-da-legalidade/> >. Acesso em: 30 dez. 2019.

PEREIRA, E. *Emprego dos tempos e modos verbais*. [Brasil]: Verbo Jurídico, 2013. Material didático. Disponível em: < http://aulas.verbojuridico3.com/DPE_Processual/portugues_Everson_pereira_19-02-13_parte_1.pdf >. Acesso em: 14 nov 2019.

PORTUGAL. [Constituição (1976)]. Constituição da República Portuguesa. VII REVISÃO CONSTITUCIONAL. ed. rev. [S. l.: s. n.], 2005. Disponível em: < <https://www.parlamento.pt/RevisoesConstitucionais/Paginas/default.aspx> >. Acesso em: 12 ago. 2019.

SANTOS, W. Dicionário jurídico brasileiro. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

SAISIR. In: Centre National de Ressources Textuelles et Lexicales (CNRTL), França: CNRS, 2012. Disponível em: < <https://www.cnrtl.fr/definition/saisir> >. Acesso em: 14 out 2019.

TERMOS essenciais da oração. In: Só Português. Virtuous Tecnologia da Informação, 2007-2019. Disponível em: < <https://www.soportugues.com.br/secoes/sint/sint7.php> >. Acesso em: 23 nov 2019.

TIPOS de sujeito. In: Português. O seu sítio da Língua Portuguesa. [S. l.]: Rede Omnia, 2019. Disponível em: < <https://www.portugues.com.br/gramatica/tipos-sujeito.html> >. Acesso em: 23 nov. 2019

UNIÃO EUROPEIA. *Guia Prático Comum do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão para as pessoas que contribuem para a redação de textos legislativos da União Europeia*. União Europeia: [s. n.], 2016. Disponível em: < <https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/3879747d-7a3c-411b-a3a0-55c14e2ba732/language-pt> >. Acesso em: 13 nov. 2019

VERBO transitivo. In: Só Português. [Brasil]: Virtuous Tecnologia da Informação, 2007-2019. Disponível em: < https://www.soportugues.com.br/secoes/sint/sint11_2.php >. Acesso em: 23 nov. 2018.

VILLARINHO, C. Sujeito Nulo no Português Brasileiro: Elementos Para Sua Análise a Partir de Situações Experimentais. In: II Jornada de Estudos da Linguagem (UERJ), 2005, Rio de Janeiro. Caderno de resumos da II JEL, 2005.

APÊNDICE A – Fichas terminológicas contrastivas (FTC)

Neste apêndice, estão reunidas as fichas terminológicas contrastivas (FTC) elaboradas pela autora para analisar as definições dos verbos que apresentavam mais de uma tradução para o francês, comparando, também, com as definições dos verbos em português. Para uma análise mais apurada, que nos permitisse chegar às conclusões apresentadas neste projeto, pesquisamos também os sinônimos dos verbos para verificar a existência, ou não, se relação de sinonímia entre os verbos de ambos os idiomas. As conclusões da análise das fichas foram apresentadas no capítulo de análise dos verbos performativos.

FTC_consagrar_consacrer_offrir

BR	FR	
Contextos: Os direitos fundamentais consagrados na constituição. Les droits fondamentaux consacrés dans la constitution. Estado consagre garantias de um processo. L'État demandeur offre les garanties d'un procès		
Consagrar	Consacrer	offrir
1. Rel. Tornar sagrado; reservar ou dedicar (algo, alguém) à divindade (por meio de culto) ou ao serviço dela (por voto, promessa) 2. Rel. Realizar a conversão do pão e do vinho no corpo e no sangue de Jesus Cristo, por meio do rito da eucaristia. 3. Rel. Abençoar; celebrar religiosamente 4. Reconhecer ou ser reconhecido publicamente pelo valor, mérito; dar ou receber reconhecimento, notoriedade. 5. Garantir a validade de; CONFIRMAR; RATIFICAR; VALIDAR 5. Sancionar. [1]	A.– [L'obj. désigne un lieu liturgique ou non, un obj., une pers.] Revêtir d'un caractère sacré en dédiant à quelque divinité par une action rituelle. – [L'obj. désigne un mot, une loc.] Adopter en conférant une signification particulière qu'on ne peut changer : B.– [L'obj. désigne une chose ou une pers.] Affecter à une fin déterminée et parfois exclusive. D.– [L'obj. désigne une chose ou une pers.] Conférer la célébrité, rendre durable, sanctionner.	-Présenter quelque chose à quelqu'un, en souhaitant qu'il l'accepte. -Proposer les services d'une personne. — Note : Il s'emploie alors avec le nom de la personne comme complément direct. -(Spécialement) (Religion) Faire une offrande ou un don en hommage à Dieu. (En particulier) (Christianisme) Présenter à Dieu, en expiation de ses péchés. Proposer. Proposer de donner ou de faire à telle ou telle condition. (Figuré) Présenter à la vue ou à l'esprit. (Familier) Se payer quelque chose. OBS. "offrir" est collocation avec "donner offrir des garanties "[1]
http://www.aulete.com.br/consagrar	https://www.cnrtl.fr/definition/consacrer	https://www.le-dictionnaire.com/definition/offrir
Sinônimos: Garantir a legitimidade de algo: 4. confirmar, ratificar, sancionar, abonar, acolher, aprovar, autorizar, legitimar, reconhecer, validar. [fonte]	Synonymes: dédier, affecter, appliquer, destiner, donner, vouer, accorder, bénir, sacrer, oindre, sanctifier, inaugurer, affermir, sanctionner , ratifier, confirmer, entériner, adonner, attacher, atteler, attribuer, cultiver, dévouer, employer, livrer, sacrifier, vaquer [fonte]	Synonymes: relation, proposer, présenter, donner, dédier, faire hommage, acheter, acquiescer, allouer, assigner, concéder, exposer, fournir, immoler, livrer, pourvoir, procurer, produire, sacrifier, soumettre, suggérer, tendre [fonte]

FTC_decretar_adopter_prononcer_décreter

BR	FR		
<p>Contextos: A Assembleia Constituinte decreta a seguinte Constituição da República L'Assemblée constituante adopte la Constitution de la République portugaise dont le texte suit A prisão preventiva tem natureza excepcional, não sendo decretada nem mantida sempre que possa ser aplicada caução La détention provisoire est de nature exceptionnelle, elle ne peut être prononcée ni maintenue dès lors que l'application d'une caution</p>			
Decretar	Adopter	Prononcer	Décréter
<p>1. Estipular por decreto ou por lei.</p> <p>2. Fig. Mandar que se faça; DETERMINAR</p> <p>3. Fig. Estabelecer, confirmar, ratificar</p>	<p>2. En partic. [En parlant d'une assemblée délibérante] Donner par un vote un caractère officiel et définitif à l'objet de la délibération : [CNRTL] Choisir quelqu'un pour fils ou pour fille et lui en donner les droits civils en remplissant certaines conditions prescrites par la loi. (Par extension) Prendre soin d'un enfant – sans formes légales – comme si c'était son fils ou sa fille.</p> <p>(Figuré) Admettre, accepter, recevoir comme sien un sentiment, un avis, un projet.</p> <p>(Spécialement) (Politique) Voter un texte.</p> <p>Choisir de préférence un genre de travail, une manière de faire quelque chose.</p>	<p>"A. – [En parlant de qqn détenant une autorité fondée en dr.] Faire entendre publiquement (un jugement, une décision).</p> <p>1. Dans le lang. jur. Prononcer un divorce, un jugement, une condamnation contre un accusé ; prononcer une confiscation, une peine, une séparation de corps; prononcer la cassation de l'arrêt, le renvoi (devant un autre tribunal); prononcer le huis-clos, (la) mainlevée, un non-lieu:"</p>	<p>2. DR. et usuel. Décider quelque chose souverainement</p> <p>– En partic. Décider, ordonner quelque chose par décret.</p> <p>B.– P. ext. Affirmer quelque chose avec autorité et force et généralement de son propre chef.</p>
http://www.aulete.com.br/decretar	CNRTL le-dictionnaire	https://www.cnrtl.fr/definition/prononcer	https://www.cnrtl.fr/definition/d%C3%A9cr%C3%A9ter
<p>Sinônimos: Ordenar através de um decreto: deliberar, decidir, promulgar, sentenciar, legislar, expedir, proclamar, pronunciar, publicar, estatuir, cominar. [fonte]</p>	<p>Synonymes: Prendre, suivre, embrasser, Accepter, emprunter, épouser, utiliser, se ranger, se rallier, imiter, choisir, approuver, admettre, acquiescer, sélectionner, ratifier, s'attacher, tomber d'accord, élire, être d'accord, pratiquer, introduire, affilier, assimiler, consentir, coopter, employer, singer, se convertir, s'aligner, ramasser, préférer, opter, faire sien, faire passer, entériner, composer, voter [fonte]</p>	<p>Synonymes: accentuer, marteler, scander, appuyer, articuler, détacher, dire, parler, déclarer, débiter, émettre, énoncer, exprimer, formuler, réciter, déclamer, juger, décréter, infliger, rendre, déclarer, affirmer, bafouiller, balbutier, bégayer, bredouiller, choisir, chuchoter, conclure, dessiner, édicter, entendre, griffonner, manifester, marquer, murmurer, opter, proférer [fonte]</p>	<p>Synonymes: droit, décider, ordonner, régler, commander, dicter, édicter, enjoindre, prescrire, promulguer [fonte]</p>

FTC_aprovar_voter_approuver_arrêter

BR	FR		
<p>Contexto : A Assembleia Constituinte aprova a seguinte Constituição da República L'Assemblée constituante vote la Constitution de la République portugaise dont le texte suit Compete ao Presidente da República assinar as resoluções que aprovem acordos internacionais Les pouvoirs propres du Président de la République sont les suivants signer les résolutions de l'Assemblée de la République qui approuvent les accords internationaux Compete à Assembleia Legislativa da região autónoma aprovar o seu regimento L'assemblée législative de la région autonome arrête son propre règlement</p>			
Aprovar	Voter	Approuver	Arrêter
<p>1. Achar bom ou merecedor de elogios; dar aprovação a, gostar de, aplaudir.</p> <p>2. Concordar com (lei, medida, regulamento etc) e autorizar; SANCIONAR</p> <p>3. Dar consentimento a; PERMITIR</p> <p>4. Considerar (aluno, candidato) apto em exame ou segundo determinados critérios.</p> <p>5. Dar a (alguém) condições para passar em prova, concurso etc.</p> <p>6. Mostrar-se ou ser considerado bom ou útil</p>	<p>1. [Dans une élection, une délibération, etc.] Exprimer son opinion, son choix par un vote. Avoir le droit, être en âge de voter; .Émettre un vote favorable ou défavorable à quelqu'un, à quelque chose.</p> <p>Se prononcer par son vote en faveur de; décider, adopter par un vote majoritaire</p> <p>Décider ensemble, se prononcer d'un commun accord en faveur de quelque chose.</p>	<p>"C.– DR. et ADMIN.</p> <p>1. [En parlant d'une autorité compétente dont le consentement est requis] Rendre exécutoire, définitif :</p> <p>2. Cour. [En parlant d'une assemblée de pers. qui a compétence dans un certain domaine] Reconnaître la valeur de quelque chose :"</p> <p>1. Donner son agrément (à quelque chose), parce qu'on a compétence et autorité pour le faire : [CNRTL]</p> <p>2.Approuver signifie notamment qu'une autorité compétente accepte de donner son consentement à qqch. Cette approbation rend la chose exécutoire et définitive. [PICOTTE, 2018, p. 302]</p>	<p>1. DR. Saisir, par voie de justice. [CNRTL]</p> <p>2. Arrêter s'emploie également dans les sens suivants : a) fixer, déterminer définitivement (arrêter un délai, une date, le rôle d'audience, les modalités de notre collaboration); b) adopter, prendre (arrêter des mesures, les dispositions d'application d'un texte, des règlements, des directives). [PICOTTE, 2018, p. 331]</p>
<p>http://www.aulete.com.br/aprovar</p> <p>Sinônimos: Dar consentimento legal; ratificar, homologar, autenticar, legalizar, legitimar, outorgar, revalidar, sancionar, validar. [fonte]</p>	<p>https://www.cnrtl.fr/definition/VOTER</p> <p>Synonymes: plébisciter, élire, aller aux urnes, ratifier, adopter, abstenir, choisir, décider, destituer, distinguer, investir [fonte]</p>	<p>https://www.cnrtl.fr/definition/approuver</p> <p>Synonymes: accepter: admettre, agréer, acquiescer, accéder, adhérer, consentir, ratifier, souscrire à, reconnaître, sanctionner, signer, valider, homologuer, permettre de [fonte]</p>	<p>CNRTL e PICOTTE</p> <p>Synonymes: accord: régler, résoudre, décider, conclure, convenir, déterminer, fixer</p>

FTC_caber_saisir_appartenir

BR	FR		
<p>Contexto : Cabe recurso para o Tribunal Constitucional das decisões dos tribunais La Cour constitutionnelle est saisie des recours formés contre les décisions de justice A iniciativa do processo cabe à Assembleia da República L'initiative de la procédure appartient à l'Assemblée de la République</p>			
caber	saisir	appartenir	réguler
<p>3. Ser adequado, compatível, oportuno. 5. Ser da competência de 6. Ser de direito ou obrigação em partilha, atribuição, ou como herança.</p>	<p>"1. DR. [Corresp. à saisie II B] Mettre quelque chose sous la main de la justice par voie de saisie Mettre quelqu'un en possession légale d'un héritage. Porter auprès d'une autorité, d'une juridiction une affaire de son ressort; la charger d'examiner, de juger ce dossier.</p>	<p>B.– DR. . Selon ce qui conviendra. . À tous ceux qu'une affaire concernera et qui auront intérêt à en prendre connaissance. Il appartient à qqn [ou à une fonction, etc., de qqn] de + inf.C'est le privilège ou la fonction de quelqu'un de... : Être la propriété de quelqu'un :</p>	<p>Contrôler, maintenir et conserver la maîtrise de l'évolution d'un phénomène``</p>
<p>http://www.aulete.com.br/caber</p>	<p>https://www.cnrtl.fr/definition/saisir</p>	<p>https://www.cnrtl.fr/definition/appartenir</p>	<p>https://cnrtl.fr/definition/r%C3%A9guler</p>
<p>Sinônimos: competir, tocar, concernir, pertencer, calhar, cumprir, incumbir, impender. [fonte]</p>	<p>Synonymes: s'agripper à, s'accrocher à, attraper, empoigner, happer, harponner, prendre, s'emparer de, gripper, appréhender, arrêter, capturer, agraffer, intercepter, confisquer, exproprier, prélever, comprendre, concevoir, déchiffrer, deviner, discerner, éclaircir, entendre, pénétrer, percevoir, voir, apercevoir, réaliser, piger, surprendre, troubler, stupéfier, suffoquer, impressionner, émouvoir, étonner, étourdir, effarer, ahurir, captiver, frapper, agripper, atteindre, capter, choper, choquer, colleter, cuire, dactylographier, démonter, dérober, dérouter, désarçonner, désorienter, ébranler, emparer, léser, offenser, réquisitionner, rôtir, s'approprier, s'emparer, soustraire, taper, toucher [fonte]</p>	<p>Synonymes: être à, dépendre, relever de, convenir, se rapporter concerner, concourir [fonte]</p>	<p>Synonymes: contrôler, limiter, modérer</p>

FTC_competir_appartenir_exercer

BR	FR	
<p>Contexto : Compete ao governo aprovar os acordos internacionais il appartient au gouvernement les accords internationaux Compete à Assembleia da República aprovar os tratados L'Assemblée de la République exerce les compétences suivantes: approuver les traités</p>		
competir	appartenir	exercer
<p>1. Entrar em disputa (por prêmio, posição, objeto de desejo etc.); CONCORRER; DISPUTAR</p> <p>2. Pretender ser igual ou superior; RIVALIZAR</p> <p>3. Ser da competência, da jurisdição ou da atribuição ou responsabilidade de; CABER</p> <p>4. Pertencer por direito; CABER</p>	<p>B.– DR. . Selon ce qui conviendra. . À tous ceux qu'une affaire concernera et qui auront intérêt à en prendre connaissance.</p> <p>Il appartient à qqn [ou à une fonction, etc., de qqn] de + inf.C'est le privilège ou la fonction de quelqu'un de... :</p> <p>Être la propriété de quelqu'un :</p>	<p>"3. Exercer qqc. a) Faire sentir le poids de son pouvoir, de sa force; mettre en action ses moyens de pression, d'influence, etc. – [+ compl. d'obj. dir. seul]" [CNRTL]</p> <p>Dresser, former, instruire à quelque chose par des actes fréquents. (Figuré) Développer par des pratiques régulières. Dresser un animal. Faire mouvoir, pour mettre ou maintenir en état de bon fonctionnement. (Par extension) Pratiquer. (Absolument) Exercer une magistrature, une charge, une profession. Faire usage, en parlant de l'éloquence, du talent, etc. Agir, faire des actes, faire éprouver les effets à autrui. User de, faire valoir un droit, un privilège, etc. (Absolument) (Fiscalité) Surveiller certaines industries et certains commerces pour assurer le paiement des impôts. [Petit Robert]</p>
http://www.aulete.com.br/competir	https://www.cnrtl.fr/definition/appartenir	https://www.cnrtl.fr/definition/exercer https://www.le-dictionnaire.com/definition/exercer
<p>Sinônimos: caber, tocar, pertencer, concernir, impender, cumprir, incumbir, calhar. [fonte]</p>	<p>Synonymes: être à, dépendre, relever de, convenir, se rapporter, concerner, concourir [fonte]</p>	<p>Synonymes: fonction, pratiquer, professer, s'acquitter de, se livrer à, cultiver, exécuter, employer, déployer, forme, façonner, développer, dresser, habituer, rompre à, accoutumer, agir, conditionner, distinguer, endurcir, enforcer, entraîner, familiariser, former, plier, provoquer, remplir, s'appliquer, s'entraîner, s'essayer [fonte]</p>

FTC_incumbir_appartenir_incomber_devoir

BR	FR		
<p>Contextos: Incumbe às Forças Armadas, nos termos da lei, satisfazer os compromissos internacionais do Estado Português il appartient aux forces armées de respecter les engagements militaires internationaux de l'Etat portugais Na administração da justiça incumbe aos tribunais assegurar a defesa dos direitos Dans l'administration de la justice, il incombe aux tribunaux d'assurer la défense des droits Para assegurar o direito à protecção da saúde, incumbe prioritariamente ao Estado Pour assurer le droit à la protection de la santé, l'État doit en priorité :</p>			
incumbir	appartenir	incomber	devoir
<p>1. Atribuir (a alguém ou a si próprio) a tarefa de; ENCARREGAR(-SE)</p> <p>2. Ser da obrigação, do dever de; estar a cargo; CABER; TOCAR</p>	<p>B.- DR. . Selon ce qui conviendra. . À tous ceux qu'une affaire concernera et qui auront intérêt à en prendre connaissance.</p> <p>Il appartient à qqn [ou à une fonction, etc., de qqn] de + inf.C'est le privilège ou la fonction de quelqu'un de... :</p> <p>Être la propriété de quelqu'un :</p>	<p>DR. Se rattacher à.</p> <p>– Incomber à qqn (pers. ou coll.).[En parlant d'une charge, d'un devoir, d'une responsabilité ou d'un acte impliquant une responsabilité ou une obligation] Être imposé, appartenir, revenir à.</p> <p>B. – Rare. Incomber à qqc.Relever, dépendre de, se rapporter à.</p>	<p>A.- Emploi trans. 1. [Il marque l'obligation; le compl. d'obj. désigne ce dont le suj. est tenu de s'acquitter envers qqn ou envers qqc.]</p> <p>B. – Rare. Incomber à qqc.Relever, dépendre de, se rapporter à.</p> <p>b) une obligation, non nécessairement contraignante, à laquelle le sujet est et se sent soumis en vertu d'un principe moral ou d'une règle tirée de l'expérience.</p> <p>a) une nécessité inéluctable à laquelle le sujet est soumis, indépendamment de sa volonté, en vertu de l'ordre des choses ou de la pression des circonstances.</p>
http://www.aulete.com.br/incumbir	https://www.cnrtl.fr/definition/appartenir	https://www.cnrtl.fr/definition/incomber	https://www.cnrtl.fr/definition/devoir
<p>Sinónimos: Atribuir um cargo ou tarefa a alguém: 1 delegar, atribuir, cometer, confiar, deputar, encargar, encarregar, encomendar.</p> <p>Ser da competência de alguém: 2 caber, competir, tocar, concernir, cumprir, impender, pertencer, respeitar, tanger. [fonte]</p>	<p>Synonymes : être à, dépendre, relever de, convenir, se rapporter, concerner, concourir [fonte]</p>	<p>Synonymes : Revenir, retomber, appartenir, peser, échoir [fonte]</p>	<p>Synonymes : fonction, travail, tâche, obligation, charge, office, responsabilité, corvée, langue, exercice, composition, épreuve, copie, examen, interrogation, principes, rédaction, vérification [fonte]</p>

FTC_vedar_interdire_pouvoir_refuser

BR		FR	
<p>Contexto: A lei pode definir sectores básicos nos quais seja vedada a actividade às empresas privadas e a outras entidades da mesma natureza La loi peut définir les secteurs essentiels interdits aux entreprises privées et aux autres organismes de même nature. Definição dos sectores de propriedade dos meios de produção, incluindo a dos sectores básicos nos quais seja vedada a actividade às empresas privadas e a outras entidades da mesma natureza la définition des secteurs de propriété des moyens de production, y compris celle des secteurs fondamentaux dans lesquels les entreprises privées et les autres organismes de même nature ne peuvent exercer leurs activités A igualdade de oportunidades na escolha da profissão ou género de trabalho e condições para que não seja vedado ou limitado, em função do sexo, o acesso a quaisquer cargos, trabalho ou categorias profissionais l'égalité des chances dans le choix de la profession ou du genre de travail et des conditions telles que l'accès à une fonction, un travail ou une catégorie professionnelle ne soit pas refusé ou limité en raison du sexe ;</p>			
vedar	interdire	(NE PAS) pouvoir + exercer	refuser
<p>1. Impedir a passagem de ar, líquido, ruído etc. por</p> <p>2. Obstruir a saída de (algo); ESTANCAR</p> <p>3. Proibir (algo) a (alguém)</p> <p>4. Servir de obstáculo a</p> <p>5. Impedir que passe (algo) através de uma abertura</p> <p>6. Impedir que corra ou que inunde</p> <p>7. Fig. Impedir (alguém) de fazer ou realizar (algo); INTERDITAR</p>	<p>DR. CIVIL et PÉNAL. Interdire qqn. Le priver de l'exercice de ses droits ou de certains de ses droits civils et politiques, pour incapacité civile ou à titre de peine; le frapper d'interdiction (v. ce mot B)</p> <p>a) Défendre absolument, refuser le droit à (l'usage, la pratique de quelque chose) par un impératif d'ordre individuel ou collectif.</p> <p>b) P. ext. Empêcher absolument (l'accès à quelque chose, la pratique de quelque chose) par une action ou des moyens matériels.</p> <p>B. – [Avec l'idée d'une nécessité, d'une contrainte non déterminée par la volonté hum.] Empêcher totalement, mettre dans l'impossibilité de (faire quelque chose), rendre impossible ou inaccessible.</p> <p>Priver quelqu'un de l'exercice de ses fonctions ou de ses droits.</p>	<p>1. [Le suj. désigne qqn] Ne pas Avoir l'autorité, la puissance de faire quelque chose.</p> <p>Ne pas Être capable de faire quelque chose.</p> <p>2. [Le suj. désigne qqc.] Ne pas Avoir une possibilité d'action.</p> <p>A. – [Valeurs modales exprimant le devoir ou le droit]</p> <p>1. Ne pas Avoir la faculté de faire quelque chose ou de produire un effet.</p> <p>a) Ne pas Avoir la capacité de (selon des qualités inhérentes à la personne et dans certaines conditions matérielles).</p> <p>Exercer :</p> <p>1. Entretien, former par un entraînement régulier et approprié.</p> <p>2. Exercer qqn à (+ subst. ou inf.), dans (+ subst.).Soumettre à un entraînement méthodique en vue de créer ou de développer une aptitude ou une habitude.</p> <p>3. Exercer qqc.</p> <p>a) Faire sentir le poids de son pouvoir, de sa force; mettre en action ses moyens de pression, d'influence, etc.</p>	<p>"1. Refuser qqc. (de qqn) a) Ne pas accepter ce qui est proposé (par quelqu'un)."</p> <p>Ne pas accepter ce qui est demandé (par quelqu'un).</p> <p>– Refuser de + inf. Ne pas accepter de faire ce qui est demandé par quelqu'un</p> <p>1. Ne pas accéder aux demandes, aux exigences de quelqu'un</p>
http://www.aulete.com.br/vedar	https://www.cnrtl.fr/definition/interdire	https://www.cnrtl.fr/definition/pouvoir https://cnrtl.fr/definition/exercer	https://www.cnrtl.fr/definition/refusé
Sinónimos:	Synonymes : opposition, défendre, proscrire, consigner,	Synonymes : savoir, être capable, avoir la capacité, avoir la force, avoir la	Synonymes : se rebeller, se rebiffer, se révolter,

<p>Obstruir: bloquear, atravancar, entravar, obstruir.</p> <p>Tapar: cobrir, cerrar, fechar, murar, tamar, tapar, tapulhar.</p> <p>Estancar: deter, estancar.</p> <p>Proibir: impedir, desautorizar, interditar, proibir, vetar.</p> <p>Estorvar: atrapalhar, dificultar, embaraçar, estorvar, impossibilitar, tolher. [fonte]</p>	<p>prohiber, proscrire, censurer, condamner, exclure, s'opposer, fonction, suspendre, mettre à pied, émotion, troubler, confondre, interloquer, déconcerter, désappointer, désorienter, ébahir, borner, cantonner, confiner, conseiller, empêcher, étonner, inhiber, limiter, refuser, révoquer, stupéfier [fonte]</p>	<p>possibilité, être à même, être en état, être en mesure de, droit, avoir le droit, avoir la permission, commander, contraindre, diriger, dominer, mener, obliger, prescrire, régir, vouloir</p>	<p>s'opposer, regimber, contester, dénier, décliner, dédaigner, rejeter, repousser, défendre, interdire, débouter, écarter, éconduire, exclure, renvoyer, évincer, blackbouler, recaler, coller, abandonner, agréer, ajourner, chasser, concéder, désavouer, donner, éliminer, entériner, fournir, homologuer, nier, pourvoir, récuser, résister, rétracter, s'abstenir, s'empêcher, s'interdire, se borner, se dérober, se priver</p>
---	--	---	--

APÊNDICE B – Resultados finais da tabela sujeito, predicado e objeto (SPO)

Neste apêndice encontram-se os resultados obtidos das transformações das frases com verbos performativos extraídas da CRP para a estrutura SPO, em que visamos colocar as frases na ordem direta (sujeito, predicado e objeto) e também figuram exemplos de transformações da frase pelas quais o tradutor pode optar, como a nominalização.

ID	Versões	Tipo de transformação	Sujeito (S)	Predicado (P)	Objeto (O)	Sujet (S)	Prédictat (P)	Objet (O)
3	02_SPO_01	Nominalização	A assinatura dos decretos legislativos	competete	ao Representante da República	Le Représentant de la République	signe	les décrets législatifs
3	02_SPO_02	Nominalização	a ordem de publicação dos decretos legislativos	competete	ao Representante da República	Le Représentant de la République	fait publier	les décrets législatifs
6	02_SPO_01	Nominalização	o exercício das demais funções que lhe sejam atribuídas pela Constituição e pela lei	competete	ao Tribunal Constitucional	l'exercice de toutes autres fonctions qui lui sont attribuées par la Constitution et par la loi	appartient	également à la Cour Constitutionnelle
7	02_SPO_01	V. Ativa	<∅>	proibe	o trabalho de menores em idade escolar	<∅>	interdit	Le travail des mineurs en âge scolaire
8	02_SPO_01	V. ativa	<∅>	proibe	o acesso a dados pessoais de terceiros	<∅>	interdit	L'accès des tiers aux données personnelles
9	02_SPO_01	V. ativa	<∅>	proibe	o lock-out.	<∅>	interdit	Le lock-out
10	02_SPO_01	V. Ativa	<∅>	não permite	a acumulação de empregos (públicos)	<0>	interdit	le cumul d'emplois publics
10	02_SPO_02	V. Ativa	<∅>	não permite	a acumulação de cargos públicos	<0>	interdit	le cumul de fonctions (publiques)

11	02_SPO_01	V. ativa	<Ø>	não decreta	a prisão preventiva com aplicação de caução	<Ø>	ne prononce	la détention provisoire dès lors que l'application d'une caution
12	02_SPO_01	V. ativa	o direito à protecção da sociedade e do Estado e à efectivação de todas as condições	permitem	à família a realização pessoal dos seus membros	le droit à la protection de la société et de l'État ainsi qu'à la réunion de toutes les conditions	permettent	à la famille la réalisation personnelle de ses membres.
13	02_SPO_01	V. ativa	As estruturas jurídicas e técnicas	permitem	o exercício de uma maternidade e paternidade conscientes	les structures juridiques et techniques	permettent	l'exercice d'une maternité et d'une paternité conscientes
14	02_SPO_01	SPO	O governo	aprova	os acordos internacionais	Le gouvernement	approuve	les accords internationaux
15	02_SPO_01	V. ativa	o presidente da República	promulga	as leis	le président de la République	promulgue	les lois
16	02_SPO_01	Nominalização	a satisfação dos compromissos internacionais do Estado Português	incumbe	às Forças Armadas	le respect aux engagements militaires internationaux de l'Etat portugais	appartient	aux forces armées
17	02_SPO_01	Nominalização	A asseguração da defesa dos direitos	incumbe	aos tribunais	l'assurance de la défense des droits	incombe	aux tribunaux
18	02_SPO_01	Nominalização	a garantia de acesso de todos os cidadãos aos cuidados da medicina preventiva, curativa e de reabilitação	incumbe	prioritariamente ao Estado	la garantie à tous les citoyens d'accès à la médecine préventive et curative et aux soins de rééducation	incombe	à l'État en priorité
19	02_SPO_01	V. passiva	a actividade	é vedada	às empresas privadas	les secteurs essentiels	sont interdits	aux entreprises privées et aux autres organismes de même nature.

19	02_SPO_01		<Ø>	veda	a actividade às empresas privadas e a outras entidades da mesma natureza			
21	02_SPO_01	SPO	A Assembleia Legislativa	aprova	o seu regimento	L'assemblée législative	arrête	son propre règlement
22	02_SPO_01	SPO	a Assembleia da República	aprova	as leis das grandes opções dos planos nacionais e o Orçamento do Estado	L'Assemblée de la République	adopte	les lois portant les grandes options des plans nationaux et le Budget de l'État
23	02_SPO_01	Direta	a Assembleia da República	aprova	os tratados	l'assemblée de la republique	approuve	les traités
24	02_SPO_01	Nominalização	o exercício do direito de contratação colectiva	competete	às associações sindicais	le droit à la négociation collective	est exercé appartient	par aux syndicats
25	02_SPO_01	SPO	O julgamento da validade dos actos	competete	aos tribunais	L'examen de la validité des actes	appartient	aux tribunaux
25	02_SPO_02	SPO	O julgamento da regularidade dos actos	competete	aos tribunais	L'examen de la régularité des actes	appartient	aux tribunaux
26	02_SPO_01		<Ø>	proíbe	a atribuição de um número nacional único aos cidadãos	<Ø>	interdit	L'attribution d'un numéro national unique aux citoyens
27	02_SPO_01		<Ø>	proíbe	a existência de tribunais com competência exclusiva	<Ø>	interdit	la création des tribunaux d'exception
28	02_SPO_01		<Ø>	proíbe	toda a ingerência das autoridades públicas na correspondência	<Ø>	interdit	l'immiscion dans la correspondance aux pouvoirs publics

28	02_SPO_01		<Ø>	proíbe	toda a ingerência das autoridades públicas na correspondência	<Ø>	interdit	aux pouvoirs publics de s'immiscer dans la correspondance
29	02_SPO_01	SPO	os deputados	aprovam	As alterações da Constituição	les députes	approuvent	Les modifications de la Constitution
31	02_SPO_01	Mudança do tempo verbal	O tribunal de contas	aprova	a Conta Geral do Estado	L'Assemblée de la République	adopte	le compte général de l'État
31	02_SPO_02	Mudança do tempo verbal	a assembleia da república	aprova	a Conta Geral do Estado	la Cour des comptes	adopte	le compte général de l'État
32	02_SPO_01	SPO	os trabalhadores	aprovam	os estatutos	les travailleurs	approuvent	leurs statuts
33	02_SPO_01		As resoluções da Assembleia da República	aprovam	acordos internacionais	les résolutions de l'Assemblée de la République	approuvent	les accords internationaux
33	02_SPO_02	V. passiva	os acordos internacionais	são aprovados	pelas resoluções	les accords internationaux	sont approuvés	par les résolutions
39	02_SPO_01	V. passiva	internamento	decretado	por autoridade judicial competente	internement	prononcée	par l'autorité judiciaire compétente
39	02_SPO_02	SPO	autoridade judicial competente	decreta	internamento de portador de anomalia psíquica em estabelecimento terapêutico adequado,	l'autorité judiciaire compétente	prononce	l'internement d'une personne atteinte d'une anomalie psychique dans un établissement thérapeutique adapté
73	02_SPO_01	SPO	<Ø>	proíbe	os despedimentos sem justa causa ou por motivos políticos ou ideológicos	<Ø>	interdit	Les licenciements sans motif justifié ou fondés sur des raisons politiques ou idéologiques sont

73	02_SPO_01	SPO	<Ø>	proíbe	os despedimentos sem justa causa ou por motivos políticos ou ideológicos	<Ø>	interdit	Les licenciements sans motif justifié ou fondés sur des raisons politiques ou idéologiques sont
77	02_SPO_01	SPO	<Ø>	proíbe	os regimes de aforamento e colonia	<Ø>	interdit	L'emphytéose et le colonage
81	02_SPO_01	V. ativa	o presidente da República	promulga	o decreto	Le Président de la République	promulgue	tout décret
94	02_SPO_01		organização do trabalho em condições socialmente dignificantes	faculta	a realização pessoal de todos os trabalhadores	l'organisation du travail dans des conditions qui lui assurent une dignité sociale	concourt	à la réalisation personnelle de tout travailleur
94	02_SPO_02		<Ø>	permite	a conciliação da actividade profissional com a vida familiar	<Ø>	permet	de concilier son activité professionnelle avec sa vie de famille ;
104	02_SPO_01	V. passiva	a actividade nos sectores básicos	é vedada	às empresas privadas	les activités dans les secteurs fondamentaux	sont interdits	aux entreprises privées et les autres organismes de même nature
105	02_SPO_01	V. ativa	<Ø>	veda	o acesso a cargos, trabalho ou categorias profissionais em função do sexo	<Ø>	refuse	l'accès à une fonction, un travail ou une catégorie professionnelle en raison du sexe

111	02_SPO_01	Nominalização	a definição das linhas gerais da política governamental, bem como as da sua execução;	competete	ao Conselho de Ministros	la définition des grandes lignes de la politique gouvernementale, ainsi que celles de sa mise en œuvre	appartient	au Conseil des ministres
112	02_SPO_01	Nominalização	a deliberação sobre o pedido de confiança à Assembleia da República	competete	ao Conselho de Ministros	la décision de demander un vote de confiance à l'Assemblée de la République	appartient	au Conseil des ministres
113	02_SPO_01	Nominalização	a aprovação das propostas de lei e de resolução	competete	ao Conselho de Ministros	l'approbation des projets de loi et les projets de résolution	appartient	au Conseil des ministres
114	02_SPO_01	Nominalização	a aprovação dos decretos-leis, bem como dos acordos internacionais não submetidos à Assembleia da República	competete	ao Conselho de Ministros	l'approbation des ordonnances et des accords internationaux qui ne sont pas soumis à l'Assemblée de la République	appartient	au Conseil des ministres
114	02_SPO_02		O Conselho de Ministros	aprova	os decretos-leis e os acordos internacionais não submetidos à Assembleia da República;	Le Conseil des ministres	approuve	les ordonnances et les accords internationaux qui ne sont pas soumis à l'Assemblée de la République ;
115	02_SPO_02	SPO	O Conselho de Ministros	aprova	os planos	Le Conseil des ministres	approuve	les plans
115	02_SPO_01	Nominalização	A aprovação dos planos	competete	ao Conselho de Ministros	l'approbation	appartient	au Conseil des ministres
116	02_SPO_02	SPO	O Conselho de Ministros	aprova	os actos do Governo	Le Conseil des ministres	approuve	les actes du Gouvernement

116	02_SPO_01	Nominalização	A aprovação dos actos dos Governo que envolvam aumento ou diminuição das receitas ou despesas públicas	compete	ao Conselho de Ministros	l'approbation des actes du Gouvernement qui impliquent une augmentation ou une diminution des recettes ou des dépenses publique	appartient	au Conseil des ministres
118	02_SPO_01	SPO	a Assembleia da República	aprova	alterações à Constituição	L'Assemblée de la République	approuve	les révisions de la Constitution
118	02_SPO_02	Nominalização	A aprovação das alterações à Constituição	compete	à Assembleia da República	la compétence d'approbation des révisions de la Constitution	appartient	à l'Assemblée de la République
119	02_SPO_01	Nominalização	a proposição ao Presidente da República a sujeição a referendo de questões de relevante interesse nacional	compete	à Assembleia da República	la proposition au Président de la République de soumettre à référendum des questions d'importance présentant un intérêt national	appartient	à l'Assemblée de la République
120	02_SPO_01	Nominalização	a autorização e confirmação da declaração do estado de sítio e do estado de emergência	compete	à Assembleia da República	l'autorisation ou confirmation de la déclaration de l'état de siège ou de l'état d'urgence	appartient	à l'Assemblée de la République
121	02_SPO_01	Nominalização	A autorização ao Presidente da República para declarar a guerra e fazer a paz	compete	à Assembleia da República	la compétence d'autoriser le Président de la République à déclarer la guerre ou à conclure la paix	appartient	à l'Assemblée de la République
121	02_SPO_02		A assembleia da República	autoriza	o Presidente da República a declarar a guerra e a fazer paz	L'Assemblée de la République	autorise	le Président de la République à déclarer la guerre ou à conclure la paix

122	02_SPO_01	Nominalização	O pronunciamento sobre as matérias pendentes de decisão em órgãos no âmbito da União Europeia que incidam na esfera da sua competência legislativa reservada	competete	à Assembleia da República	la compétence de se prononcer, dans les conditions prévues par la loi, sur les questions soumises à la décision des organes de l'Union européenne qui relèvent de sa réserve de compétence législative	appartient	à l'Assemblée de la République
123	02_SPO_01	Nominalização	O desempenho das demais funções que lhe sejam atribuídas pela Constituição e pela lei	competete	à Assembleia da República	la compétence d'exercer toutes autres fonctions qui lui sont attribuées par la Constitution et par la loi.	appartient	à l'Assemblée de la République
124	02_SPO_01		A aprovação dos estatutos político-administrativos e das leis relativas à eleição dos deputados às Assembleias Legislativas das regiões autónomas	competete	à Assembleia da República	l'approbation des statuts politiques et administratifs et des lois relatives à l'élection des députés aux assemblées législatives des régions autonomes	appartient	à l'Assemblée de la République
132	02_SPO_01	SPO	A Assembleia da República	aprova	seu regimento	l'Assemblée de la République	arrête	son Règlement
132	02_SPO_02	nominalização	a elaboração e aprovação de regimento próprio	competete	à Assembleia da República	l'élaboration et l'arrête de règlement propre	appartient	à l'Assemblée de la République
149	02_SPO_01	Nominalização	a representação do Governo	competete	ao governador civil	la représentation du Gouvernement	appartient	au préfet
149	02_SPO_02	Nominalização	o exercício dos poderes de tutela na área do distrito	competete	ao governador civil	l'exercice des pouvoirs de tutelle sur le territoire du district	appartient	au préfet
150	02_SPO_01	nominalização	a referenda dos atos do presidente da república	competete	ao governo	le contreseing des actes du président de la république	appartient	au gouvernement

151	02_SPO_01	nominalização	a fazedura de decretos-leis	compete	ao Governo	la prise des ordonnances	appartient	au gouvernement
153	02_SPO_01	nominalização	A presidência do conselho de Estado	compete	ao Presidente da República	la présidence du Conseil d'État	est exercé appartient	au Président de la République
154	02_SPO_01	nominalização	a promulgação das leis, dos decretos-leis e dos decretos regulamentares	compete	ao Presidente da República	la promulgation des lois, des ordonnances et des décrets réglementaires	appartient	au Président de la République
154	02_SPO_03	nominalização	a ordem de das leis, dos decretos-leis e dos decretos regulamentares	compete	ao Presidente da República	l'ordre de publication des lois, des ordonnances et des décrets réglementaires	est promulgué appartient	au Président de la République
85	02_SPO_01	V. passiva	o decreto	é promulgado	como lei orgânica	le décret	est promulgué	sous forme de loi organique
154	02_SPO_02	SPO	o Presidente da República	promulga	as leis, os decretos-leis e os decretos regulamentares	Le Président de la République	promulgue	les lois, les ordonnances et les décrets réglementaires,
157	02_SPO_01		A iniciativa da lei e do referendo	compete	aos Deputados, aos grupos parlamentares e ao Governo, e a grupos de cidadãos eleitores	L'initiative de la loi et du référendum	appartient	aux députés, aux groupes parlementaires, au Gouvernement et aux groupes de citoyens électeurs
157	02_SPO_02		A iniciativa da lei das regiões autónomas	compete	às respectivas Assembleias Legislativas	L'initiative des lois concernant les régions autonomes	appartient	à leurs assemblées législatives respectives.
163	02_SPO_01	nominalização	a realização das tarefas confiadas por lei ou por órgãos da respectiva freguesia nelas delegarem	compete	Às organizações de moradores	l'accomplissement des tâches conférées par la loi ou les tâches qui leur sont déléguées par les organes de leur freguesia	appartient	aux organisations d'habitants

165	02_SPO_01	nominalização	a apreciação da inconstitucionalidade e a ilegalidade	competete	ao Tribunal Constitucional	le contrôle de la constitutionnalité et la légalité	appartient	à La Cour constitutionnelle
171	02_SPO_02	SPO	a assembleia da autarquia	aprova	as opções do plano e o orçamento.	L'assemblée de la collectivité territoriale	adopte	des options du plan et du budget.
422	02_SPO_01		a defesa militar da República	incumbe	Às Forças Armadas	La défense militaire de la République	appartient	aux forces armées
423	02_SPO_01	nominalização	a programação e a execução de uma política de habitação	incumbe	ao Estado	la programmation et la mise en œuvre d'une politique du logement	appartient	à l'État
424	02_SPO_01	nominalização	a promoção da construção de habitações económicas e sociais	incumbe	ao Estado	la construction des logements économiques et sociaux	appartient	à l'État
425	02_SPO_01	nominalização	o estímulo da construção privada	incumbe	ao Estado	le stimulus de la construction privée	appartient	à l'État
426	02_SPO_01	nominalização	o incentivo e o apoio às iniciativas das comunidades locais e das populações	incumbe	ao Estado	l'encouragement et le soutien des initiatives des communautés locales et des populations	appartient	à l'État
427	02_SPO_01	nominalização	a asseguaração do ensino básico universal, obrigatório e gratuito	incumbe	ao Estado	l'assurance de l'enseignement de base universel, obligatoire et gratuit	appartient	à l'État
428	02_SPO_01	nominalização	a criação de um sistema público	incumbe	ao Estado	la création d'un système public	appartient	à l'État
428	02_SPO_02	nominalização	o desenvolvimento o sistema geral de educação pré-escolar	incumbe	ao Estado	le développement un système général d'éducation préscolaire	appartient	à l'État
429	02_SPO_01	nominalização	a garantia de educação permanente	incumbe	ao Estado	l'assurance de l'éducation permanente	appartient	à l'État

429	02_SPO_02	nominalização	a eliminação do analfabetismo	incumbe	ao Estado	l'élimination de l'analphabétisme	appartient	à l'État
430	02_SPO_01	nominalização	a garantia a todos os cidadãos do acesso aos graus mais elevados do ensino	incumbe	ao Estado	l'assurance à tous les citoyens, de l'accès aux niveaux les plus élevés de l'enseignement	appartient	à l'État
431	02_SPO_01	nominalização	o estabelecimento progressivo da gratuidade de todos os graus de ensino	incumbe	ao Estado	l'instauration progressive de la gratuité de tous les degrés d'enseignement	appartient	à l'État
432	02_SPO_01	nominalização	a inserção das escolas nas comunidades que servem	incumbe	ao Estado	l'insertion des écoles dans la communauté qu'elles servent	appartient	à l'État
432	02_SPO_02	nominalização	o estabelecimento da interligação do ensino e das actividades económicas, sociais e culturais	incumbe	ao Estado	l'organisation des relations entre l'enseignement et les activités économiques, sociales et culturelles	appartient	à l'État
433	02_SPO_03	nominalização	a promoção e o apoio ao acesso dos cidadãos portadores de deficiência ao ensino	incumbe	ao Estado	la promotion et le soutien de l'accès des citoyens atteints d'un handicap à l'enseignement, et de soutenir, si nécessaire, l'enseignement spécialisé	appartient	à l'État
433	02_SPO_04	nominalização	o apoio ao ensino especial	incumbe	ao Estado	le soutien de l'enseignement spécialisé	appartient	à l'État
434	02_SPO_01	nominalização	a protecção e a valorização da língua gestual portuguesa	incumbe	ao Estado	la protection et la valorisation de la langue des signes portugaise	appartient	à l'État

436	02_SPO_01	nominalização	a asseguaração aos filhos dos imigrantes de apoio adequado para efectivação do direito ao ensino	incumbe	ao Estado	l'assurance aux enfants des immigrants de l'aide appropriée à l'exercice du droit à l'enseignement	appartient	à l'État
1501	02_SPO_01	nominalização	a prática dos demais actos que lhe sejam cometidos pela Constituição ou pela lei	compete	ao Governo	l'accomplissement de autres actes attribués par la Constitution ou par la loi	appartient	au gouvernement d'accomplir les autres actes qui lui sont attribués par la Constitution ou par la loi.
1502	02_SPO_01	nominalização	a negociação (das convenções internacionais)	compete	ao governo	la négociation des conventions internationales	appartient	au gouvernement
1502	02_SPO_02	nominalização	o ajuste das convenções internacionais	compete	ao governo	la conclusion des conventions internationales	appartient	au gouvernement
1503	02_SPO_02	SPO	O Governo	aprova	os acordos internacionais	Le gouvernement	approuve	les accords internationaux
1503	02_SPO_01	nominalização	a aprovação dos acordos internacionais cuja aprovação não seja da competência da Assembleia da República ou que a esta não tenham sido submetidos	compete	ao governo	l'approbation des accords internationaux dont l'adoption ne relève pas de l'Assemblée de la République ou qui n'ont pas été soumis à cette dernière	appartient	au gouvernement
1504	02_SPO_01	nominalização	a apresentação de propostas de lei e de resolução à Assembleia da República	compete	ao governo	la présentation des projets de loi et de résolution à l'Assemblée de la République	appartient	au gouvernement

1505	02_SPO_01	nominalização	a proposição ao Presidente da República da sujeição a referendo de questões de relevante interesse nacional	competete	ao governo	la proposition au Président de la République de soumettre à référendum des questions d'importance présentant un intérêt national	appartient	au gouvernement
1506	02_SPO_01	nominalização	o pronunciamento sobre a declaração do estado de sítio ou do estado de emergência	competete	ao Governo	le prononcement sur la déclaration de l'état de siège ou de l'état d'urgence	appartient	au gouvernement
1507	02_SPO_01	nominalização	a proposição ao Presidente da República a declaração da guerra ou a feitura da paz	competete	ao Governo	la proposition au Président de la République de déclarer la guerre ou de conclure la paix	appartient	au gouvernement
1508	02_SPO_01	nominalização	a apresentação à Assembleia da República das contas do Estado e das demais entidades públicas que a lei determinar	competete	ao Governo	la présentation à l'Assemblée de la République des comptes de l'État et des autres personnes de droit public déterminés par la loi	appartient	au gouvernement
1509	02_SPO_01	nominalização	a apresentação à Assembleia da República de informação referente ao processo de construção da união europeia	competete	ao Governo	la présentation à l'Assemblée de la République de l'information relative au processus de construction de l'Union européenne	appartient	au gouvernement
1521	02_SPO_03	nominalização	a elaboração dos planos	competete	ao governo	l'élaboration des plans	appartient	au gouvernement
1522	02_SPO_04	nominalização	A fazedura da execução dos planos	competete	ao governo	l'exécution des plans	appartient	au gouvernement
1522	02_SPO_01	nominalização	A fazedura da execução do Orçamento do Estado	competete	ao governo	Le faire exécuter du Budget de l'État	appartient	au gouvernement

1523	02_SPO_01	nominalização	A fazedura dos regulamentos necessários à boa execução das leis	competete	ao governo	la prise des règlements nécessaires à la bonne application des lois	appartient	au gouvernement
1524	02_SPO_01	nominalização	a direção dos serviços e da actividade da administração directa do Estado, civil e militar	competete	ao governo	la direction des services et de l'activité de l'administration civile et militaire dépendant directement de l'État	appartient	au gouvernement
1524	02_SPO_03	nominalização	a superintendencia da administração	competete	ao governo	la supervision de l'administration indirecte	appartient	au gouvernement
1524	02_SPO_05	nominalização	a execução de tutela sobre esta (administração indirecta) e sobre a administração autónoma	competete	ao governo	l'exercice de sa tutelle sur cette dernière (l'administration indirecte) ainsi que sur les services autonomes	appartient	au gouvernement
1525	02_SPO_01	nominalização	a prática de todos os actos exigidos pela lei respeitantes aos funcionários e agentes do Estado e de outras pessoas colectivas públicas	competete	ao governo	la pratique de tous les actes exigés par la loi concernant les fonctionnaires et les agents de l'État et d'autres personnes morales de droit public	appartient	au gouvernement
1526	02_SPO_01	nominalização	a defesa da legalidade democrática	competete	ao governo	la défense de la légalité démocratique	appartient	au gouvernement
1527	02_SPO_01	nominalização	a prática de todos os actos	competete	ao governo	la pratique de tous les actes	appartient	au gouvernement

1527	02_SPO_02	nominalização	a tomada de todas as providências necessárias à promoção do desenvolvimento económico-social e à satisfação das necessidades colectivas	competete	ao governo	la prise de toutes les mesures nécessaires au développement économique et social et à la satisfaction des besoins collectifs	appartient	au gouvernement
1531	02_SPO_01	nominalização	a dissolução das assembleias legislativas das regiões autónomas	competete	ao Presidente da República	la dissolution des Assemblées législatives des régions autonomes, le Conseil d'État et les partis représentés dans chaque assemblée entendus	est exercé appartient	au Président de la République
1532	02_SPO_01	nominalização	a nomeação dos Representantes da República para as regiões autónomas	competete	ao Presidente da República	la nomination des Représentants de la République pour les régions autonomes	est exercé appartient	au Président de la République
1532	02_SPO_02	nominalização	a exoneração dos Representantes da República para as regiões autónomas	competete	ao Presidente da República	la révocation des Représentants de la République pour les régions autonomes	est exercé appartient	au Président de la République
1533	02_SPO_01	nominalização	a nomeação do presidente do Tribunal de Contas e do Procurador-Geral da República	competete	ao Presidente da República	le pouvoir de nomination du Président de la Cour des Comptes et du Procureur général de la République	est exercé appartient	au Président de la République
1533	02_SPO_02	nominalização	a exoneração do presidente do Tribunal de Contas e do Procurador-Geral da República	competete	ao Presidente da República	le pouvoir de révocation du Président de la Cour des Comptes et du Procureur général de la République	est exercé appartient	au Président de la République

1534	02_SPO_01	nominalização	a nomeação de cinco membros do Conselho de Estado e dois vogais do Conselho Superior da Magistratura	competete	ao Presidente da República	le pouvoir de nomination de cinq membres du Conseil d'État et deux membres du Conseil supérieur de la magistrature	est exercé appartient	au Président de la République
1535	02_SPO_01	nominalização	A presidência do Conselho Superior de Defesa Nacional	competete	ao Presidente da República	le pouvoir de présidence du Conseil supérieur de la Défense nationale	est exercé appartient	au Président de la République
1536	02_SPO_01	nominalização	a marcação do dia das eleições	competete	ao Presidente da República	le pouvoir de fixation de la date des élections	est exercé appartient	au Président de la République
1537	02_SPO_01	nominalização	a convocação extraordinária a Assembleia da República;	competete	ao Presidente da República	le pouvoir de convocation de l'Assemblée de la République en séance extraordinaire	est exercé appartient	au Président de la République
2311	02_SPO_02	SPO	A assembleia da república	aprova	os tratados	l'assemblée de la republique	approuve	les traités
2311	02_SPO_01	Nominalização	a aprovação dos tratados	competete	à Assembleia da República	l'assemblée de la republique	approuve	les traités